

Universidade Federal de Goiás – UFG
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

WANDERSON BARRETO

**A perspectiva analítico-comportamental sobre a
homossexualidade: análise da produção acadêmica
brasileira e reflexões ético-políticas**

Goiânia, março de 2020

Universidade Federal de Goiás – UFG
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

WANDERSON BARRETO

**A perspectiva analítico-comportamental sobre a
homossexualidade: análise da produção acadêmica
brasileira e reflexões ético-políticas**

Goiânia, março de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Wanderson Barreto

3. Título do trabalho

A perspectiva analítico-comportamental sobre a homossexualidade: análise da produção acadêmica brasileira e reflexões ético-políticas

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento

SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Martins Lopes, Assistente em Administração**, em 19/06/2020, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON BARRETO, Discente**, em 23/06/2020, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Toassa, Professor do Magistério Superior**, em 23/06/2020, às 21:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1391698** e o código CRC **08FCCBE5**.

Universidade Federal de Goiás – UFG
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

WANDERSON BARRETO

A perspectiva analítico-comportamental sobre a homossexualidade: análise da produção acadêmica brasileira e reflexões ético-políticas

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Toassa.

Goiânia, março de 2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Barreto, Wanderson

A perspectiva analítico-comportamental sobre a homossexualidade: [manuscrito] : análise da produção acadêmica brasileira e reflexões ético-políticas / Wanderson Barreto. - 2020. CXVIII, 118 f.

Orientador: Profa. Dra. Gisele Toassa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2020.

Inclui lista de tabelas.

1. Homossexualidade. 2. Análise do comportamento. 3. Behaviorismo radical. 4. Ética. I. Toassa, Gisele, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao décimo segundo dia do mês março de dois mil e vinte (12/03/2020) às 09:30 reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Gisele Toassa, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, Prof^ª. Dr^ª. Carolina Laurenti, doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos, Prof. Dr. Cristiano Coelho, doutor em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília e Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: "A perspectiva analítico-comportamental sobre a homossexualidade: análise da produção acadêmica brasileira e reflexões ético-políticas" em nível de Mestrado, área de concentração em Psicologia, de autoria de Wanderson Barreto, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof^ª. Dr^ª. Gisele Toassa, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo APROVADO. Os trabalhos foram concluídos e eu, Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof^ª. Dr^ª. Gisele ToassaProf^ª. Dr^ª. Carolina Laurenti

Prof. Dr. Cristiano Coelho

Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima**, Coordenadora de Pós-Graduação, em 25/03/2020, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Gisele Toassa, Professor do Magistério Superior, em 25/03/2020, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Carolina Laurenti, Usuário Externo, em 29/03/2020, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior, em 15/06/2020, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Cristiano Coelho, Usuário Externo, em 15/06/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1216988 e o código CRC B2D40D2E.

Referência: Processo nº 23070.003555/2020-37

SEI nº 1216988

Agradecimentos

Em primeiro lugar, preciso agradecer a Universidade pública que, apesar dos desafios constantes em se manter acessível às comunidades e dos ataques à sua função política, pedagógica e de produção do conhecimento, tem representado uma oportunidade de transformação social para muitas pessoas. Foi pela via da Universidade pública que consegui realizar o Mestrado e ao longo do processo adquirir não só mais conhecimento sobre a Psicologia, mas também um pensamento crítico sobre os saberes e fazeres da profissão.

Com isso, agradeço a todos e todas professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG. Agradeço, em especial, minha orientadora Gisele Toassa pela visão sistemática, reflexiva e crítica em relação à Psicologia, pela leitura minuciosa dos meus escritos e pelas orientações ao meu estudo. Gi, a partir da nossa relação de confiança e respeito, você tornou meu processo estimulante e terapêutico – obrigado por tudo!

Agradeço também o professor Anderson de Brito Rodrigues pelas maravilhosas aulas, pelo excelente modelo de ensino, diálogo e construção do pensamento, bem como pelas contribuições ao meu trabalho nos seminários, no exame de qualificação e, certamente, na defesa.

Aos membros da banca examinadora, Carolina Laurenti e Cristiano Coelho, agradeço pela leitura do meu texto, pelo diálogo e contribuições ao meu trabalho. Professora Carol, obrigado pelos apontamentos estruturais e conceituais ao trabalho no exame de qualificação. Professor Cristiano, obrigado pelo interesse em conhecer o tipo de pesquisa realizada por mim e pelo aceite imediato na participação da banca examinadora.

Aos amigos e amigas que fiz ao longo do processo de Mestrado, agradeço a todos pela companhia e pelas trocas intelectuais. Em especial, agradeço a Isana e Tamara pela escuta qualificada, pelos almoços e jantares divertidos e pelas aventuras dentro e fora da UFG.

Aos meus familiares, em especial agradeço a Vera, minha mãe, que sempre vislumbra o melhor da vida para mim e que sempre intercede junto às entidades espirituais em meu nome. Obrigado por seu amor, dedicação e pelas orações em prol do meu sucesso.

Ao Matheus pelo encontro inusitado, pela presença e pelo romance. Obrigado por me apoiar e incentivar a ser uma pessoa mais confiante em meus estudos e mais afetuosa com os outros.

Aos meus alunos pelas trocas intelectuais, pela confiança no meu estilo de ensinar e pelas relações respeitadas. Obrigado por acreditarem que juntos possamos alcançar um mundo melhor.

Aos outros tantos amigos e amigas que não citei aqui, mas que certamente merecem todos os agradecimentos por terem suportado minha ausência e, certamente, por se manterem presentes, por me encorajar e por me acolher sempre que preciso.

Sumário

Agradecimentos.....	viii
Lista de Quadros.....	xi
Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
Apresentação.....	14
Introdução.....	17
A homossexualidade: algumas notas históricas sobre as práticas e os termos.....	18
Da sodomia ao termo “homossexual” e seus desdobramentos médico-jurídicos e psicológicos.....	20
Homossexualidade no contexto brasileiro.....	28
Problema de pesquisa e objetivos.....	33
Método.....	34
Procedimentos.....	36
Capítulo 1 – Análise do Comportamento (AC) e homossexualidade.....	39
1.1 Bases históricas: o comportamento como objeto da Psicologia.....	40
1.2 Fundamentos e influências filosóficas.....	45
1.3 O compromisso ético-político: a questão do controle.....	53
1.4 Perspectivas analítico-comportamentais sobre a homossexualidade.....	58
Capítulo 2 – Apresentação e análise das produções analítico-comportamentais brasileiras sobre a homossexualidade.....	67
2.1. Definição e explicação da homossexualidade.....	68
2.1.1. Discussão e análise da categoria 1.....	74
2.2 Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia).....	77
2.2.1 Discussão e análise da categoria 2.....	82
2.3 Diálogo com outros autores e áreas.....	87
2.3.1 Discussão e análise da categoria 3.....	91
2.4 Ponderações ético-políticas.....	93
2.4.1 Discussão e análise da categoria 4.....	100
Considerações finais.....	105
Referências.....	112

Lista de quadros

Quadro 1. Textos selecionados.....	62
Quadro 2. Noção de homossexualidade presente nos textos selecionados.....	64
Quadro 3. Principais preocupações e propostas ético-políticas presentes nos textos selecionados.....	89

Resumo

Este trabalho buscou compreender a temática da homossexualidade a partir da perspectiva da Análise do Comportamento (AC), apresentando, assim, reflexões sobre seus posicionamentos e produções em relação à homossexualidade. Para tanto, o tema foi discutido a partir de implicações ético-políticas presentes na AC e, por fim, apresentamos o cenário da produção acadêmica brasileira a fim de levantar mais reflexões éticas e políticas para o campo. Até o momento, identificamos que o conjunto de saberes e práticas da AC já foi utilizado sem reflexões e críticas em tratamentos de reversão da homossexualidade. Tais tratamentos partiam do princípio que a homossexualidade era uma conduta desviante e patológica passível de modificação por meio de técnicas comportamentais aversivas. Assim, buscamos identificar como a AC no Brasil lidou com este assunto por meio de suas produções acadêmicas desde 1999 até 2019, período no qual a Psicologia brasileira, por meio da Resolução CFP 001/1999, materializou sua visão favorável às lutas em prol da diversidade sexual, determinando, então, que a homossexualidade não deve ser tratada como patologia. Esta pesquisa tem caráter teórico e bibliográfico, pois há nela uma problematização histórica e contextual, bem como um estudo e categorização de textos com o propósito de explorar o que outros autores já afirmaram sobre a homossexualidade. Os textos selecionados foram analisados a partir das seguintes categorias: 1) Definição e explicação da homossexualidade; 2) Definição e explicação do preconceito contra homossexuais; 3) Diálogo com outros autores e áreas; e 4) Ponderações ético-políticas. De modo geral, defende-se que não é a homossexualidade o problema a ser enfrentado, mas sim a cultura coercitiva contra homossexuais.

Palavras-chave: homossexualidade, análise do comportamento, behaviorismo radical, ética.

Abstract

This work sought to understand the theme of homosexuality from the perspective of Behavior Analysis (BA), thus presenting reflections on their positions and productions in relation to homosexuality. Therefore, the topic was discussed from ethical and political implications present in the BA and finally, we present the scenario of the Brazilian academic production in order to raise more ethical and policies reflections for the field. So far, we have identified that the set of knowledge and practices of BA has already been used without reflection and criticism in treatments for reversing homosexuality. Such treatments assumed that homosexuality was a deviant and pathological conduct that could be modified by aversive behavioral techniques. Thus, we seek to identify how the BA in Brazil dealt with this issue through its academic productions from 1999 to 2019, a period in which Brazilian Psychology, through Resolution CFP 001/1999, materialized its favorable view of the struggles for diversity thus determining that homosexuality should not be treated as a pathology. This research has theoretical and bibliographic because in it a historical and contextual questioning, as well as a study and categorization of texts in order to explore what others authors have already said about homosexuality. The selected texts were analyzed from the following categories: 1) Definition and explanation of homosexuality; 2) Definition and explanation of prejudice against homosexuals; 3) Dialogue with other authors and areas; and 4) Ethical and political considerations. In general, it is argued that homosexuality is not the problem to be faced, but coercive culture against homosexuals.

Key words: homosexuality, behavioral analysis, radical behaviorism, ethics.

Apresentação

Alguns eventos nos fazem perceber as razões pelas quais escolhemos alguns caminhos. Além de alguns processos psicoterapêuticos nos quais me envolvi, a própria experiência com o mestrado, que também tem sido terapêutica, me possibilitou compreender que minha trajetória pessoal foi marcada por diversos aspectos que, ao longo da minha linha temporal, complementaram-se com novos saberes e impulsionaram reflexões sobre minhas práticas profissionais e perspectivas de homem e mundo. Vou pontuar apenas quatro destes aspectos, mas estou ciente de que há muitos outros elementos relacionados.

O ponto inicial desta trajetória, que, de certo modo, influenciou minha escolha profissional pela psicologia e conseqüentemente acarretou nesta atual pesquisa, está marcado no período dos meus 15 aos 18 anos, em que integrei um grupo de teatro e me dediquei ao estudo das artes cênicas. Tratava-se de um grupo marcado pela diversidade, sobretudo em termos da sexualidade de seus integrantes. Eu me identifiquei com este grupo, principalmente por ter percebido desde cedo que minha sexualidade não estava tão alinhada com aquela exigida no contexto fora do teatro. Os integrantes do grupo apresentavam histórias de opressão em relação às suas formas de afetos e prazeres, buscavam compreender suas vivências, alguns lutavam contra seus desejos enquanto outros os experimentavam mais abertamente. Em todo caso, foi o exercício da arte, do teatro, que contribuiu, inicialmente, para um novo entendimento sobre o que era ser não-heterossexual. Havia um constante exercício de empatia e de estudo para a construção das personagens, mas todas as atividades acabavam refletindo no convívio harmonioso entre os atores e afetando nossas vidas pessoais. A época em que fiz teatro marcou definitivamente a mudança do meu olhar para a diversidade; do outro e a minha própria.

Um segundo ponto está relacionado com as experiências da graduação em Psicologia. Foram 5 anos incríveis e ricos em termos intelectuais e afetivos. Era prazeroso e desafiador fazer parte de uma turma de pretensos psicólogos e psicólogas e muitos de nós ambicionavam por carreiras edificantes, prósperas e excitantes. Para isso tínhamos de mostrar o empenho necessário enquanto ainda estávamos sob o olhar de nossos professores. Assim, eu me envolvi com monitora, pesquisa e grupos de estudos. E tudo isso foi possível em uma instituição com tradição em Análise do Comportamento, que é a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Foi neste espaço que conheci professores brilhantes, afetuosos e éticos e foram eles que possibilitaram mais debates sobre a sexualidade humana, permitindo, assim, um afinamento do meu olhar sobre o tema. Tanto que, no estágio obrigatório e no trabalho de conclusão de

curso, produzi, em parceria com minha orientadora Michela Ribeiro, um estudo sobre a homofobia a partir da perspectiva da Análise do Comportamento. Isso porque, apesar das implicações pessoais em torno no tema, prestei atendimento a pacientes com histórico de violência em decorrência de suas sexualidades fora dos padrões socialmente impostos.

Em terceiro lugar, após alguns anos de formado, veio a possibilidade de ser professor de psicologia em uma instituição privada. Aceitei o desafio pensando que seria uma atividade passageira, mas quando ministrei a primeira aula percebi que toda a minha formação em psicologia estava fazendo muito mais sentido no espaço da sala de aula do que na clínica. Isso porque, na lida com os alunos, que sempre foi positivamente estimulante, identifiquei a necessidade de estar sempre recorrendo às preocupações éticas e políticas da profissão.

Em um país como o nosso que, historicamente, se revela como conservador nos costumes e violento com as minorias sociais, práticas profissionais antiéticas, pouco reflexivas ou críticas acabam contribuindo para práticas antidemocráticas e opressoras. Este contexto, por diversas vezes, transparece nos discursos dos meus alunos que, anteriormente às reflexões feitas em sala de aula, reproduzem a ideia de que a Psicologia deverá modificar todos os comportamentos “problemáticos” no mundo e, para alguns destes alunos, a homossexualidade é um “problema” passível de reversão por meio da suposta “cura gay”. O convite às reflexões que tenho feito passam pelo estudo científico sobre a sexualidade humana, por suas construções e implicações históricas e sociais, e, principalmente, pela luta por direitos em prol da diversidade sexual.

Por fim, a atividade como professor me inclinou a buscar mais conhecimento e, então, decidi que seria a hora de fazer o mestrado. Inicialmente adentrei as dependências da Universidade Federal de Goiás como aluno especial em uma disciplina de Epistemologia da Psicologia e este estudo, por si só, mexeu ainda mais na minha visão de mundo e potencializou minhas preocupações com os usos da Psicologia. Após ser aprovado para ingressar no mestrado, vi que as disciplinas do curso teriam sempre o caráter reflexivo e crítico, o que se confirmou até o momento.

Ao fim dos dois anos do mestrado, tive um saldo extremamente positivo em termos de conhecimento, mas muito mais que isso. Com este mestrado e as relações que tenho estabelecido com meus professores, fui contemplado com a escuta qualificada dos meus mestres, com o incentivo ao estudo históricos dos fenômenos e com a abertura intelectual para com o estudo da homossexualidade e as perspectivas da Análise do Comportamento.

Esta pesquisa está intimamente relacionada com minha história pessoal, acadêmica e profissional e é com profundo respeito que me posiciono diante do meu objeto de

investigação. Mas como pesquisador, entendo que, embora nas ciências humanas o investigador seja, por muitas vezes, objeto e sujeito da pesquisa, a racionalidade investigativa e o método precisam se fazer presentes. Por isso, pretendi apresentar uma pesquisa que, a partir de sua qualidade teórica e bibliográfica, nos permitisse conhecer a relação entre a homossexualidade e o conjunto de saberes e práticas da Análise do Comportamento para que fosse possível identificar, discutir e reconstruir alguns posicionamentos no âmbito da Psicologia brasileira.

Com isso, na introdução deste trabalho há uma contextualização e uma discussão inicial sobre a Análise do Comportamento como uma das concepções no âmbito da Psicologia e de como o estudo da homossexualidade, atualmente atravessado por normativas éticas específicas, pode levar os analistas do comportamento ao debate de temas de relevância social. Além disso, a homossexualidade é apresentada a partir de seus aspectos históricos e sociais e do cenário contemporâneo em torno dela.

No Capítulo 1 há ponderações mais acuradas sobre os aspectos históricos, conceituais e ético-políticos da Análise do Comportamento. Além disso, apresentamos uma relação entre os saberes e práticas analítico-comportamentais com o estudo da homossexualidade, principalmente aqueles realizados a partir da década de 1960, período histórico em que o comportamento homossexual era visto como patologia passível de reversão.

No Capítulo 2, há uma investigação da produção acadêmica brasileira em que a temática da homossexualidade foi investigada e discutida a partir do conhecimento analítico-comportamental. Para tanto, fez-se necessária a análise dos textos a partir de quatro categorias, sendo elas: 1) definição e explicação da homossexualidade; 2) definição e explicação do preconceito contra homossexuais; 3) diálogo com outros autores e áreas; e 4) ponderações ético-políticas.

De um modo geral, este presente trabalho buscou ampliar a visão crítica sobre os aspectos sociais e políticos que incidem sobre a sexualidade humana, bem como buscou incentivar os analistas do comportamento a manter o diálogo com outras áreas do conhecimento a fim de confrontar, repensar e reconstruir seus posicionamentos diante temas de relevância social.

Introdução

Dentre as diversas concepções de ser humano e de mundo, bem como os diferentes projetos científicos e políticos da Psicologia, encontramos a Análise do Comportamento e seu aparato filosófico, o Behaviorismo Radical de B. F. Skinner, que se fundamentam no estudo das interações que os indivíduos estabelecem com o mundo à sua volta, seja físico, biológico, social ou histórico. A partir desta fundamentação, novos saberes e práticas se desenvolveram e algumas tecnologias comportamentais passaram a ser utilizadas por profissionais da psicologia como meios de obtenção de mudanças do comportamento. Dentre estes projetos de mudança comportamental, encontra-se também uma sistematização de intervenções comportamentais para as denominadas terapias de reversão da homossexualidade. Tais terapias foram baseadas em ideias predominantes nas décadas de 1960 e 1970, em que a área da saúde mental se referia à homossexualidade como um comportamento patológico passível de tratamento ou modificação para um padrão de comportamento heterossexual, considerado, assim, o mais correto e saudável.

A mudança do comportamento dos indivíduos muitas vezes é requerida, por diversas vezes, pelas demandas sociais nas quais o indivíduo está inserido, sobretudo quando este não apresenta comportamentos compatíveis com as práticas hegemônicas de sua cultura. Neste contexto, a psicoterapia tem se destacado como um meio favorável para conquistar as mudanças comportamentais sob a promessa de uma melhor qualidade de vida para as pessoas. A psicologia, então, especialmente a que está embasada nos fundamentos e princípios da Análise do Comportamento, será orientada por certos propósitos éticos. Lembrando que, no seu exercício profissional, o psicólogo expressa sua formação ética conciliada com os valores da comunidade em que atua, mas também pode refletir sobre tais valores.

No que tange aos propósitos éticos relacionados à temática da homossexualidade, a Psicologia brasileira, por exemplo, mediante seus órgãos reguladores (Conselhos Regionais e o Federal, o denominado “Sistema-Conselhos”), bem como valendo-se de seu comprometimento em defesa da democracia e posicionando-se favoravelmente às normativas afinadas com os Direitos Humanos (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005; Resolução CFP 001/99), apresenta-se como disciplina e instituição comprometida na luta contra a discriminação de pessoas LGBTIQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais ou *Queers* – pessoas que não se identificam com os modelos heterossexuais ou de gêneros binários). Tal postura se dá pelo reconhecimento do cenário

brasileiro que tradicionalmente se revelou hostil contra as diferenças de gênero e sexualidade, bem como pelo alinhamento entre a Psicologia e os movimentos sociais que lidam com a diversidade sexual.

É indiscutível a importância histórica dos movimentos militantes e seus desdobramentos na despatologização e garantia de direitos da população LGBTIQ, tanto que órgãos como a Associação Americana de Psiquiatria (APA¹) em 1973, a Associação Americana de Psicologia (APA²) em 1975 e a Organização Mundial da Saúde, na década de 1990, alinharam-se com as demandas dos militantes e retiraram a homossexualidade de suas classificações de doenças, compreendendo-a como apenas uma variante possível da sexualidade humana. Outrossim, no que tange aos direitos, foi no cruzamento com os princípios fundamentais dos Direitos Humanos, mais especificamente com o Direito à Liberdade e à Igualdade, que a população LGBTIQ passou a ter reconhecido o direito de autonomia nas decisões quanto aos seus estilos de vida, expressão de sua sexualidade e a não serem discriminados em virtude de sua orientação sexual. Estes posicionamentos, como dito, tão recentes na história da humanidade e principalmente na Psicologia, sobretudo no Brasil, ainda geram diversas polêmicas e opiniões contrárias (Ceccarelli, 2011; Facchini, 2011; Gesser, 2013; Mott, 2006; Rios, 2011).

Tais polêmicas e ideias divergentes sobre a diversidade de orientação sexual, acompanhadas também de visões tradicionalmente conservadoras, precisam ser compreendidas conforme a historicidade das práticas sexuais, tendo, aqui, a homossexualidade em foco.

A homossexualidade: algumas notas históricas sobre as práticas e os termos

Inicialmente é preciso considerar que, nas considerações históricas sobre a homossexualidade, há certos riscos de anacronismo em relação aos termos “sodomia”, “homossexual”, “homoerotismo” ou “homossexualismo”, mas para a atual pesquisa entende-se que o termo “homossexualidade”, definindo as relações eróticas e afetivas entre pessoas do mesmo sexo, ainda está presente nas ciências sociais e da saúde e é mais abrangente e compatível com diversos saberes e normativas da Psicologia. Sendo assim, optou-se por utilizar o termo “homossexualidade” até mesmo para descrever algumas práticas sexuais de épocas em que o termo sequer existia.

¹ American Psychiatric Association

² American Psychological Association

A história aponta que as práticas afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram nas culturas e instituições, das antigas às mais atuais, sendo tais práticas ora consideradas como variantes naturais das práticas de um povo, ora consideradas como doença, crime e pecado, sendo, assim, execradas e punidas. Naphy (2006) conta que em civilizações antigas, como a greco-romana, as práticas sexuais eram dominadas por ideias multifacetadas sobre como as pessoas, sobretudo os homens, deveriam ou poderiam exercer seus prazeres; ideias estas inaceitáveis para o judaísmo ou para o cristianismo, que viam no sexo apenas a função procriadora e restrita ao casamento. Este autor mostra uma história de saberes sexuais mais vinculados aos prazeres, afetos e posições sociais do que uma sexualidade meramente exercida para procriação, como sustentam as tradições judaico-cristãs.

As relações homoeróticas na Grécia antiga, por exemplo, eram aceitas a partir de um ordenamento institucional expresso nas práticas militares e pedagógicas. Tais relacionamentos se davam a partir do contato entre um homem mais velho e um jovem que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18 e tinha como finalidade a transmissão de conhecimentos. A pederastia, ou seja, a relação entre um rapaz representando a passividade e um adulto representando o lado ativo, era bastante institucionalizada. Este era o paradigma da educação masculina. No mesmo contexto grego, na sociedade militar de Esparta o incentivo era para que os soldados se relacionassem eroticamente entre si como parte do treinamento e da disciplina. Essas práticas tinham como objetivo a coesão das tropas. Tratava-se de um sistema de camaradagem masculina em que os laços afetivos e eróticos entre os soldados estavam acima dos laços conjugais entre um soldado e sua esposa. Nesta cultura, não existia uma palavra para se referir à figura do homossexual, apenas o compreendia como “amante”, bem como a palavra “homossexualidade” não fazia sentido, pois a compreensão se dava a partir da ideia de uma “amizade erótica” (Corino, 2006; Foucault, 1984b/2017; Naphy, 2006).

Naphy (2006) ainda discute a pederastia na Roma Antiga, apontando que, como na Grécia Antiga, era uma prática também institucionalizada. Um jovem com comportamentos sexualmente passivos era compreendido como alguém que estava em um momento de transição sexual e social, pois, assim que se tornasse homem, no sentido de cidadão adulto, livre e com direitos, só poderia e deveria ser ativo em todas as suas relações.

Foucault (1984b/2017) mostra que o “amor aos rapazes” era uma prática incentivada e permitida pelas leis, principalmente as leis romanas, mas dentro da institucionalização da prática homoerótica havia uma rejeição aos homens efeminados, considerados devassos ou que se entregavam facilmente ao exercício homoerótico. Superados os fatos rejeitáveis, os

homens buscavam sexo, sem distinção de gênero. A prática sexual dos homens era vista como um exercício nobre de prazer que deveria ser direcionado ao mais belo(a) ou honrado(a).

Apesar da institucionalização das práticas homossexuais em duas importantes civilizações antigas e ainda que seja importante tomar cuidado com certos anacronismos e visões etnocêntricas, podemos pensar que a homossexualidade já apareceu na história da humanidade como um comportamento comum. A perspectiva do mundo antigo é transformada por apropriações culturais, desfiguração de costumes e institucionalização de novos saberes e práticas. Assim, a homossexualidade também passa a ser compreendida a partir de outras perspectivas, sobretudo nas óticas religiosa (judaico-cristã), jurídica e médica.

Da sodomia ao termo “homossexual” e seus desdobramentos médico-jurídicos e psicológicos

Enquanto nas civilizações ocidentais antigas as expressões sexuais homoeróticas primavam pelo prazer, eram institucionalizadas, retratadas nos cultos aos deuses e incentivadas nas práticas pedagógicas, o pensamento judaico-cristão (influyente até os dias atuais) compreendia o amor, o sexo e a procriação como categorias que não podiam ser violadas e deveriam pertencer exclusivamente ao espaço do casamento heterossexual. A partir de um sistema de crença monoteísta e uma cultura amparada em livros sagrados como fonte doutrinária, a tradição judaico-cristã revelou-se diferente das religiões politeístas principalmente em relação ao sexo. Tais princípios concentravam-se na garantia da procriação, pois a produção de herdeiros era fundamental para a manutenção e perpetuação dos povos. Assim, condenava-se a prática sexual sem finalidades procriadoras.

Para entender o posicionamento judaico-cristão, Naphy (2006) mostra que a lei levítica descreve um tipo especial de proibição para condutas homossexuais. Trata-se de uma lei genérica, ou seja, não diferencia a pederastia, a posição sexual dos envolvidos e nem as relações sexuais consensuais entre homens. Tais relações eram vistas como abomináveis e a punição, de caráter moral e espiritual, era a morte.

A partir de pontos históricos específicos que contribuiriam para a estruturação da lei levítica, Coelho (2015) mostra que o Levítico foi delineado a partir do êxodo que o povo hebreu precisou fazer para se livrar do regime escravocrata no Egito. Tal fuga era uma chance de emancipação territorial, política e cultural. Assim, para que a nova comunidade se formasse e se fortalecesse, era necessário cumprir uma série de regras que visavam à perpetuação daquele povo. No Levítico há fortes restrições de costumes e condutas,

principalmente na esfera da sexualidade. Práticas como masturbação, adultério, relações entre pessoas de classes sociais diferentes e relações entre homens eram proibidas e passíveis de coerção. A preocupação com a homossexualidade, neste contexto, justificava-se pela característica de relação que não visava à procriação e, conseqüentemente, à perpetuação e fortalecimento da comunidade. Também de acordo com Coelho (2015), o tratamento dado à homossexualidade neste contexto e expresso em livros sagrados, com forte proibição e ameaça de extremas punições (excomunhão ou morte) para que não houvesse prejuízo à estabilidade sociopolítica dos hebreus, contribuiu para as ideologias heterossexistas e homofóbicas das tradições judaico-cristãs que se mantiveram até os dias atuais.

A tradição judaico-cristã, a partir de seus livros sagrados, alcança o Império Romano, entre os séculos I a IV d.C., e influenciam o ordenamento familiar, bem como as práticas sexuais dos romanos. Neste período, observou-se que alguns imperadores tinham mais afinidades com os ideais cristãos do que outros, com destaque para Teodósio I (347-395) e Teodósio II (401-450). Estes imperadores prescreveram leis rígidas, ancorados pelos textos bíblicos, sobre a monogamia heterossexual e a punição aos atos homossexuais. Eles entendiam a heterossexualidade monogâmica como o apogeu da moralidade e da lei da natureza (Coelho, 2015; Naphy, 2006).

Ainda neste contexto, Naphy destaca também a política do imperador Justiniano (482-565) que também sistematizou mais leis destinadas a proibir e condenar cidadãos que praticassem atos homossexuais. Com a perspectiva cristã, Justiniano chegou a alterar algumas leis para dar a “chance” de um homossexual se arrepender de seus atos, mas, se continuasse praticando a “sodomia”, deveria, então, ser condenado à morte.

Na Idade Média, datada entre os séculos V e XV, as palavras “sodomia” ou “sodomita” eram as mais utilizadas para se referir aos atos homossexuais, pois as palavras “homossexualidade” ou “homossexual” ainda não existiam. Freire (2012) ajuda a entender que a sodomia é uma referência à passagem bíblica que descreve a cidade de Sodoma como sendo um ambiente altamente pecaminoso devido às suas práticas imorais que, a depender da interpretação dos textos bíblicos, estavam relacionadas à sexualidade dos cidadãos de Sodoma ou até mesmo aos modos com que eles tratavam os visitantes. Em todo caso, as palavras “sodomia” ou “sodomita” ganharam significados específicos de “relações sexuais contra a natureza humana, em especial o sexo anal” (p.89).

Seguindo o estudo de Naphy (2006), o autor também revela que, após o reconhecimento imperial dos ideais cristãos, permitindo que tais ideais afetassem todas as práticas políticas e culturais do império, Roma passou a ser reconhecida como o Estado

cristão mais poderoso do mundo. Em consequência disso, todas as leis passaram a ser construídas seguindo o crivo da religião cristã. No caso da homossexualidade, como vimos, a origem das condenações está baseada no ideal de procriação como fim supremo do sexo.

Naphy (2006) esclarece que com a referida força política dos rígidos códigos morais cristãos sustentados por um Império poderoso, as ideias e leis sobre a sexualidade influenciaram a opinião pública e foram disseminadas para outras nações, muitas vezes de modo forçado, após disputas de poder. Ficou cada vez mais claro que a condenação da homossexualidade se dava por seu caráter antinatural, estéril e sodomita.

Após a disseminação da moral cristã, em especial da visão cristã sobre as práticas homossexuais (sodomitas), já não importava mais se o comportamento homossexual era apenas uma expressão isolada de imoralidade ou se representava a identidade de um determinado grupo: todos deveriam ser exterminados. Ademais, com as relações que a Igreja fez entre os atos sodomitas e os ideários de feitiçaria ou culto ao demônio, as leis que se seguiram ficaram cada vez mais cruéis e foram sistematizadas revelando as particularidades das nações nas quais tais práticas pudessem ocorrer (Naphy, 2006).

Freire (2012) aponta que uma das consequências da reprodução do ideário pecaminoso, imoral e até criminoso da sodomia, foi a noção de que o homossexual, ser impuro, seria um dos responsáveis (juntos com judeus e hereges) pelas mazelas do povo tais como catástrofes, epidemias e fome.

Naphy (2006) dá como exemplo deste processo o fenômeno da Peste Negra, mostrando que os europeus, em sua tentativa de explicar esta mazela, começaram a apontar alguns grupos, cujos comportamentos não estavam relacionados à moral cristã, como sendo os responsáveis pela ira de Deus. A Peste Negra foi vista, então, como um castigo divino aplicado ao povo como um sinal de reprovação das condutas dos sodomitas, judeus e hereges. Uma vez que estes grupos tornaram-se uma grande ameaça para o povo, a solução era, então, a erradicação dos “poluidores” e doentes. Neste período, não só os líderes religiosos, mas também os médicos, acreditavam que uma mudança ambiental era necessária para prevenir e curar a peste e, para isso, o ideal era eliminar a fonte “poluidora” por meio de expulsão, prisão ou morte. Como consequência, tanto da peste quanto da perseguição aos “poluidores”, houve uma redução populacional na Europa e, mais uma vez, para resolver este problema, impedir a ira de Deus e revigorar a sociedade com futuros trabalhadores e filhos legítimos, a ideia do sexo restrito ao casamento e exclusivamente para fins de procriação ganhou nova força.

A história europeia de violência contra homossexuais, fortalecida pela moral cristã, passou também a ser legitimada pelo sistema jurídico na forma de “crime de sodomia” e este

entendimento, cujas origens estão no período medieval, desenrolou-se nos períodos seguintes ao do século XV e, de acordo com Borrilo (2010), tornou-se a base para as formas de homofobia que encontramos na contemporaneidade.

É inegável que a religião e a justiça estiveram vinculadas, ampliaram suas forças de poder e contribuíram para a construção de um ideal moral em torno do sexo, sobretudo certa hostilidade e perseguição aos atos homossexuais. Posteriormente, tais forças políticas ganhavam apoio das perspectivas médicas.

As leis deste contexto especificavam o “crime de sodomia” como passíveis de erradicação, sendo os ordenamentos das Inquisições iniciadas pela Igreja Católica os mais fortes meios para tal finalidade. O crime *inter Christianos non nominandum* (que não deve ser nomeado entre cristãos) recebia como punição, a depender do Estado, o enforcamento, exposição e agressão pública ou trabalho forçado. O entendimento é de que os governantes e demais políticos europeus deste contexto estavam empenhados em apagar a “sodomia” e os “sodomitas” de seu presente, passado e de suas consciências.

As transgressões morais de natureza “sodomítica” estavam sob vigilância de todos. O sistema da Inquisição, que durou até meados do século XV, incentivava, por meio de prêmios ou gratificações, que a população denunciasse os atos de sodomia ou qualquer desconfiança de sua ocorrência, tais como: comportamentos efusivos, afagos, abraços ou carinhos entre homens. Para os dominantes ou para os observadores comuns o que interessava era a identificação e erradicação da sodomia (Vainfas, 1997).

A perspectiva europeia de extermínio do “sodomita” se disseminou, por meio do intercâmbio internacional e florescimento econômico promovidos pela burguesia cristã em ascensão, para outras nações. Como exemplo desta expansão de ideias contra os “sodomitas”, a exploração da costa africana e do Novo Mundo situado no continente americano marca o contato com um tipo de sexualidade muito diferente dos costumes europeus construídos até o século XV. Quando os europeus se depararam com práticas que consideravam pecaminosas ou antinaturais, logo se encarregaram de domesticar e disciplinar os povos que consideravam inferiores (Naphy, 2006; Tannahill, 1983). Somado a isso:

Baseando-se nas suas crenças antigas, os cristãos europeus concluíram que aqueles novos povos eram dominados por Satanás, entregues às práticas mais vis que se podiam imaginar para servir o Príncipe das Trevas. Era fundamental que essa gente, que se convertia ao cristianismo sob ameaça e persuasão, fosse separada do seu passado. Para as mentes dos missionários que tentavam alterar as culturas do Novo Mundo, ‘renascer’ era tanto uma benção para a sociedade como para o indivíduo. (Naphy, 2006, p. 136).

Diante disso, é possível sintetizar que os valores europeus nas suas formas cristãs e burguesas do passado se estenderam para os séculos seguintes e, de certa forma, ainda se encontram presentes em quase todas as culturas do mundo. Trata-se de uma herança colonial que deixa no seu rastro uma mistura de línguas, sistemas legais, feitos tecnológicos e religiões que alteram quase tudo que tocam. Há uma globalização destes valores que, conseqüentemente, mudam o tratamento dado à homossexualidade.

Observa-se que, historicamente, há também uma transformação de terminologias relacionadas à homossexualidade. Se, no passado mais remoto, a palavra “sodomia” era correspondente aos valores cristãos a ponto de ser também empregada nos sistemas jurídicos, em um passado menos remoto o termo “sodomita” entra em desuso e surgem os termos “homossexual” e “homossexualismo”.

A expressão “homossexual” foi criada por Karoly Maria Benkert ou Karl-Maria Kertbeny (nome em alemão), um escritor austro-húngaro, também jornalista e ativista dos Direitos Humanos, em 1868. Em um de seus manuscritos, o termo “homossexual”, que posteriormente se desdobrou em “homossexualismo” foi empregado para explicar, segundo ele, que a natureza dotou certos indivíduos com impulsos homossexuais e que, por esta razão, eles teriam aversão ao sexo oposto e desejo pelo mesmo sexo (Naphy, 2006).

De acordo com Foucault (1984b/2017), no século XIX o sujeito invertido ou portador do “homossexualismo” era, de certo modo, identificado por seus comportamentos; o homossexual era uma figura que invertia os papéis sexuais, se revelava como um erro da natureza e se apresentava com gestos e posturas femininas. Apesar destes termos aparecerem em substituição ao termo “sodomia”, a figura do homossexual ainda representava uma ameaça ao prestigiado papel viril dos homens. Acreditava-se ser esta uma imagem repugnante que sobrevivera, não se sabia como, durante os séculos anteriores.

O termo “homossexualismo” encontra-se em desuso, pois remete à relação sexual entre pessoas de mesmo sexo como uma patologia. Há muitos usos do sufixo “ismo”, entre eles encontra-se palavras cujos significados estão relacionados com doença ou ideologia. Uma vez que as práticas homossexuais ganharam outras interpretações ao longo da história, hoje em dia o termo corrente é homoafetividade ou homossexualidade, pois o sufixo “dade” expressa estado, modo de ser, comportamento. Ainda assim há certas confusões com os termos, como foi identificado na obra de Andrew Sullivan (1996) em que o autor descreve as vivências homossexuais e sempre usa o termo *homosexuality* (homossexualidade) nas suas discussões, porém, na tradução brasileira a palavra foi traduzida como “homossexualismo”.

A terminologia de Karl-Maria foi somada às ciências médicas que também se preocupavam com os atos homossexuais. Tal preocupação também era fruto da tradição cristã que, de acordo com Foucault (1984b/2017), dominou por muito tempo a ideia de que os prazeres do corpo eram um sinal de fraqueza do sujeito e que expressar uma sexualidade sem fins reprodutivos geraria um esgotamento do organismo a ponto de causar a morte.

Na obra de Naphy (2006) há referências aos principais estudiosos do “homossexualismo” nos séculos XIX e XX, entre eles o médico alemão, judeu e homossexual Magnus Hirschfeld (1868-1935), cujos trabalhos situaram-no como um notável sexólogo. Sua reputação é sustentada com a abertura, em 1919, do Instituto de Ciências Sexuais, em Berlim. Tornando-se um dos pioneiros na investigação científica da homossexualidade e também na luta contra as leis anti-homossexuais na Alemanha, Hirschfeld teve seu instituto fechado pelo partido nazista e suas ideias foram deformadas para que outros médicos viessem a praticar a cura da homossexualidade por meio de aplicações hormonais. Isso porque a opinião médica da época era de que a homossexualidade estava diretamente relacionada com anormalidades genéticas decorrentes de problemas mentais na família, ou seja, constituía uma doença congênita.

Em Naphy (2006) também encontramos referência a outros estudiosos e representantes das ciências médicas do final do século XIX e início do século XX que também complementam o rol de interessados na figura do homossexual. Entre eles está o inglês Havelock Ellis (1859-1939), que estudou a sexualidade humana motivado pelo lesbianismo de sua mulher. Suas obras levantavam um teor patológico e trágico em torno dos homossexuais e chegou a defender que o suicídio estaria relacionado a tal patologia.

Na Psicanálise, o tema também foi tratado e ganhou certa visibilidade quando o próprio Freud sustentou que o sujeito homossexual estaria expressando sua posição libidinal de modo tão legítimo quanto o heterossexual. Muitos foram os modelos explicativos de Freud para o tema da homossexualidade, até mesmo chegando a defender uma possível bissexualidade original na base de uma sexualidade que se construiria, entre outros fatores, também a partir de um imaginário cristão que atravessaria a vida futura dos sujeitos (Ceccarelli, 2008).

Posturas moderadas em relação à homossexualidade, ou seja, uma tentativa de não patologizar a figura do homossexual, eram raras. Os médicos ainda encaravam a questão homossexual como transtorno ou anomalia. Naphy (2006) também conta que na década de 1930 a visão de que a homossexualidade constituía grave doença se fortaleceu com as ideias sobre eugenia. Este período é marcado pela castração química como tratamento aceitável para

combater a homossexualidade. E mesmo com a retirada do “homossexualismo” da lista oficial de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria em 1973, Naphy acessou registros da prática de lobotomia em homossexuais na Alemanha ocidental em 1979. Além disso, um médico, em Chicago, no ano de 1993, ainda trabalhava com castração em uma prisão com a finalidade de curar apetites homossexuais.

No campo da Psicologia a homossexualidade se fez e ainda se faz presente, tanto para explicar os porquês da existência de sujeitos homossexuais, quanto para revelar possibilidades de mudança sexual. Na tentativa de explicar a etiologia da homossexualidade e as possibilidades de tratamentos, as abordagens psicológicas, das psicodinâmicas às experimentais, apresentaram seus modelos explicativos a fim de tentar resolver os mistérios (ou tabus) em torno do tema.

O olhar da Psicologia em relação à homossexualidade sempre foi multifacetado e, por diversas vezes, buscou alianças explicativas com a biologia e a sociologia. Os modelos explicativos tentavam posicionar o sujeito ou paciente homossexual como portador de desajustes químicos ou hormonais (passível de castração química) ou como sujeito que “se fez” por influências do meio (passível de restrições, castigos e educação moral). Todos estes modelos e técnicas se mostraram inconclusivos (Fernández-Martos, 1998; Salgueiro, 2016).

Shidlo e Schroeder (2002) apontam que apesar da homossexualidade ter sido reconhecida como variante natural da sexualidade humana por órgãos como a Associação Americana de Psiquiatria em 1973 (como apontado acima por Naphy) e pela Associação Americana de Psicologia em 1975, alguns profissionais de saúde mental e grupos com vertentes religiosas continuam considerando a orientação homossexual como uma doença mental e fornecem psicoterapia para modificá-la. Os autores nos contam que ainda há organizações que buscam tratar e prevenir a homossexualidade, como a Associação Nacional de Pesquisa e Terapia da Homossexualidade, uma organização sem fins lucrativos com equipe multidisciplinar em saúde mental, e a *Exodus International*, uma rede de ministérios cristãos compostas por *ex-gays*, ambas nos Estados Unidos. A perspectiva destes órgãos é a terapia reparativa ou, como é mais conhecida, terapia de reversão sexual. Os participantes são convencidos de que a terapia irá salvar seu casamento heterossexual ou, em muitos casos, as pessoas fazem tal terapia por força ou coerção.

Estes dados fortalecem a seguinte discussão de Naphy (2006, p. 223):

Durante a maior parte do século XX a ciências, a religião e a política juntaram-se para aviltar e perseguir os homossexuais e as actividades homossexuais. As teorias foram várias, desde a hipnose e a castração às terapias aversivas e reparativas. O objetivo era, e continua a ser, o mesmo: alterar as preferências e

os desejos individuais de uma pessoa para que estes obedeçam às normas culturalmente construídas da sociedade.

Apesar deste histórico que relaciona a homossexualidade com a psicologia, inclusive com as psicoterapias analítico-comportamentais (este aspecto será melhor discutido no Capítulo 1), a Associação Americana de Psicologia – APA (2009) publicou um relatório apresentando dados norte-americanos e discutindo as técnicas empregadas na modificação da orientação sexual entre os anos de 1960 e 2007. Este relatório se deu por meio de um grupo de trabalho que buscou investigar as pesquisas sobre o tema, bem como as intervenções e resultados dos trabalhos com sujeitos que exprimiam o desejo de mudar sua orientação sexual.

Para o relatório da APA (2009) foram analisadas as técnicas comportamentais, psicanalíticas, abordagens médicas e religiosas; envolvendo profissionais de saúde mental ou grupos religiosos. Identificou-se entre os participantes dos tratamentos de reversão da sexualidade uma população majoritariamente composta de homens, brancos, com bom nível escolar, indivíduos que valorizavam a religião e a tradição conservadora. Os trabalhos indicam alta taxa de abandono do tratamento e os resultados narrados foram variados. Alguns indivíduos relataram que se tornaram capazes de ignorar sua atração homossexual, enquanto outros relataram avanços maiores por terem conseguido levar vidas heterossexuais com relacionamento sexual satisfatório com um parceiro do outro sexo. Mesmo assim, houve trabalhos em que os indivíduos relataram que ainda sentiam atração pelo mesmo sexo, mesmo após o tratamento da reversão. E, ainda, alguns indivíduos foram identificados como depressivos e ansiosos durante as sessões do tratamento.

Ainda de acordo com a APA (2009), os diferentes resultados e narrativas nos trabalhos de reversão sexual levantaram preocupações de que estes trabalhos em laboratórios, clínicas ou em condições vigiadas nos grupos religiosos se mostraram inconclusivos. O relatório ainda indica que muitos destes trabalhos foram conduzidos com técnicas aversivas, o que poderia justificar o abandono do tratamento e a presença de sintomas de depressão e ansiedade. Além disso, identificaram que estes trabalhos apresentaram falhas de medidas, falta de validade dos construtos utilizados (incluindo definição e avaliação da orientação sexual) e limitações sobre a conclusão do tratamento (incapacidade de inferir mudanças na sexualidade a partir do uso da técnica aplicada e não por outros meios).

Homossexualidade no contexto brasileiro

A evolução do conceito “homossexualidade” e o tratamento conferido à figura do “homossexual” ocorreu no Brasil de modo semelhante ao que se observou na Europa dos tempos da “sodomia”. A semelhança da qual se fala diz respeito, de acordo com Vainfas (1997) e Trevisan (2002), ao uso das regras morais e religiosas, cujas raízes estão na tradição judaico-cristã, para normatizar e proteger o sexo e a união matrimonial heterossexual e reprimir e condenar o sexo e os afetos homossexuais – ou “atos de sodomia” como eram identificados.

Orientando-se pela obra de Trevisan (2002) é possível compreender que o processo de colonização do Brasil se deu pelo olhar europeu que, dado o ideal de avanço territorial, do descobrimento e da exploração, sempre se mostrou como a perspectiva dominante. Tal perspectiva apresentou duas facetas: uma mais afinada com os ideais dos livres pensadores da Renascença que “humanizavam” os índios aqui presentes e buscavam respeitar e valorizar suas características culturais; outra dos comerciantes escravistas e os missionários jesuítas mais fanáticos que viam os índios como animais selvagens e passíveis de domesticação. Neste contato com os índios³, os colonizadores logo identificaram os costumes sexuais nas tribos, tais como a poliandria e a poligamia, mas, de todas as práticas sexuais, a “sodomia” era a que mais chocava os europeus cristãos.

Trevisan (2002) conta que, a partir de 1500, os Códigos Civil e Penal aplicados no Brasil, sobretudo às restrições das relações homossexuais ou o crime por sodomia, estavam diretamente vinculados às *Ordenações do Reino de Portugal*. Tais Ordenações orientavam que as condutas que configurassem pecado ou que não pudessem ser compreendidas pelos juristas deveriam se basear no Direito Canônico ou Romano⁴; exemplo da norma religiosa determinando o ordenamento jurídico. A partir destes dispositivos, os crimes de sodomia passaram a ser julgados com penas de tortura ou morte e com a garantia de delações dos sujeitos envolvidos nos atos homoeróticos.

Trevisan também discute as mudanças na legislação brasileira que ocorreram com o código Penal Republicano de 1890 em que a sodomia passou a ser punida com prisão e tratada na esfera dos crimes contra a honra e honestidade das famílias ou ultraje público ao pudor. Com a reforma deste Código Penal em 1932 (permitindo-se aqui um salto histórico

³ Não está claro, na obra deste autor, qual tribo foi considerada para a construção da análise histórica.

⁴ Conjunto de princípios e leis utilizados na antiguidade romana e seus domínios. Tinham caráter religioso por serem elaboradas também por pontífices e legitimadas pela Igreja Católica (Novo, 2018).

para sintetizar a sucessão de fatos) observou-se a legitimação da censura aos livros ou gravuras que contivessem temas ou imagens homoeróticas ou qualquer uma que ofendesse a moral pública. A partir de 1940 os chamados atos obscenos de qualquer natureza passaram a ser penalizados com prisões ou multas somente se praticados em público.

O estudo de Trevisan (2002) ainda revela que a veiculação de materiais considerados obscenos sofreu maior censura em decorrência do regime ditatorial no Brasil de 1964, tanto que a Lei da Imprensa de 1967 ordenava prisão ou multa para quem divulgasse fatos considerados atentatórios à moral e aos bons costumes. Esta lei também foi usada para impedir material relacionado com a luta pelos direitos homossexuais no Brasil.

A campanha jurídica contra a homossexualidade ganhou uma aliada valiosa que, desde a terminologia de Karl-Maria Kertbeny e a descrição médica da figura do homossexual no século XIX, ambicionava pelo tratamento das anomalias ou loucuras homossexuais: a psiquiatria. A exemplo da Europa, abordagens científicas sobre a sexualidade humana também ascenderam no Brasil, abrindo campo para a classificação das “perversões sexuais”. Sendo visto como doença, o “homossexualismo” passou a ser também reportado aos médicos a partir de um ideal de que a psiquiatria salvaria o homossexual das prisões para, em seguida, salvá-los de suas doenças psíquicas. A psiquiatria e a criminologia andaram juntas para diferenciar o homossexual imoral dos adoecidos. A máxima da elite médica e jurídica era: prisão para o pervertido e internação para o doente. Com o surgimento dos Manicômios Judiciários no Brasil no início do século XX, o cenário ficou ainda mais propício à domesticação do homossexual (Trevisan, 2002).

Trevisan (2002) ainda aponta para alguns métodos de tratamento do “homossexualismo” no Brasil que eram defendidos por médicos e aprovados por operadores do direito, tais como: 1) controle educacional e moral para inibir atividades homossexuais precoces, 2) técnicas hipnóticas, magnéticas e de sugestão com foco na beleza das formas femininas e no horror à condição homossexual, 3) determinação do coito com mulheres vestidas de homens até que a natureza normal do desejo se manifestasse e, principalmente, 4) tratamentos hormonais.

Trevisan ainda discute sobre a política brasileira em relação às “minorias sexuais”; aponta para um cenário de tradição religiosa cristã, conservadora e patriarcal em que há enorme esforço em reprimir a expressão afetiva e erótica dos sujeitos que fogem às regras de manutenção das normas morais e aos modelos familiares cristãos e heterossexuais. Na discussão que Trevisan faz sobre a homossexualidade no Brasil, é possível compreender que a política brasileira, que parece temer o “monstro” da homossexualidade, é marcadamente

composta pelas elites identificadas pelos donos do poder político ou religioso cristão. Entre os vários exemplos que Trevisan (2002) utiliza para ilustrar o contexto político brasileiro, destaca-se que “durante a aprovação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou quase em peso contra a inclusão do item que proibia discriminação ‘por orientação sexual’” (p. 158). Este contexto apontado por Trevisan se refere aos moldes políticos do final do século XX no Brasil, mas o que o autor discute amplamente em sua obra é que a postura defensiva e até mesmo o pânico em relação ao desejo ou expressão homossexual é uma herança dos códigos morais, políticos e religiosos europeus cristãos presentes desde o Brasil-Colônia.

A Psicologia no Brasil também sofre os atravessamentos políticos desta natureza, ou seja, ainda é possível observar a corrente ideia de manutenção dos valores morais cristãos e os preceitos de fé para organizar a vida em sociedade e, além disso, a defesa da família heteronormativa e monogâmica. Desse modo, tentativas políticas de reconhecimento ou concessão de direitos às minorias sexuais no Brasil, como é o exemplo da Resolução CFP 001/1999, tem sofrido grande ofensiva de políticos no Congresso Nacional que se apresentam como cristãos (Lionço, 2017).

No Brasil ainda há movimentos representados por profissionais de diversas áreas, inclusive com concepções religiosas cristãs, que pregam a reversão da homossexualidade, conhecida como a “cura gay”, como ocorreu em 19 de setembro de 2017 no caso em que o Juiz do Distrito Federal Waldemar Cláudio de Carvalho deferiu pela plena liberdade científica em casos de (re)orientação ou atendimento de homossexuais. Tal decisão refere-se à Ação Popular Nº 1011189-79.2017.4.01.3400 movida por psicólogos e missionários, que afirmavam conseguir “curar” homossexuais e pediam a anulação da Resolução CFP 001/1999. Outros psicólogos e militantes se posicionaram contra a ideia do magistrado de uma reorientação, o que poderia dar espaço para as terapias de reversão, que são criticadas por parte da comunidade. Posteriormente, pressionado pelas manifestações contrárias ao seu posicionamento, o Juiz reconsiderou sua sentença e reforçou que a homossexualidade não é doença e os psicólogos, no exercício de sua profissão, precisam debater e estudar questões relacionadas ao tema (Betim, 2017).

A Resolução CFP 001/1999⁵ diz respeito a uma normativa de atuação dos psicólogos em relação às orientações sexuais⁶, em especial, à homossexualidade. Tal resolução fortalece o ideal não discriminatório e não patologizante da Psicologia, além disso, orienta que “os psicólogos deverão contribuir para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (p. 2). E concluindo que a homossexualidade não constitui doença mental, em seu parágrafo único, esta resolução orienta: “Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (p. 2).

As contradições entre um discurso que é contra a visão patológica do comportamento homossexual e a postura cultural brasileira, com forte componente religioso cristão, afetam alguns profissionais da Psicologia, fazendo com que deem saltos interpretativos para defender que sujeitos homossexuais possam reverter sua sexualidade, porém, os mesmos psicólogos parecem calar-se em relação a uma possível reversão da heterossexualidade. Tais contradições, além de se desdobrarem em interpretações diversas sobre o tema, obscurecem a compreensão dos fatos históricos sobre a homossexualidade e dificultam reflexões éticas e críticas sobre o assunto.

Como parte fundamental na discussão desta dissertação, ressalta-se que, por diversas questões (históricas, culturais, políticas, religiosas, etc.), o comportamento sexual dos homossexuais já foi visto como desviante ou patológico e tratado por meio de técnicas de modificação do comportamento, porém, mais recentemente a homossexualidade passou a ser defendida como diversidade e variante saudável da sexualidade humana. Ainda assim, atualmente, as controvérsias no âmbito da própria categoria profissional dos psicólogos se fazem presentes.

Neste contexto, a Psicologia no Brasil acaba ficando dividida entre grupos de psicólogos cujos trabalhos estão mais alinhados com os movimentos sociais em prol da diversidade sexual e, conseqüentemente, entendem o caráter ético-político da Resolução CFP 001/1999 em prol da despatologização da homossexualidade, e outros grupos que estão mais

⁵ De acordo com a matéria publicada no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP), intitulada “Resolução 01/99 – Psicologia e práticas homossexuais”, esta resolução entrou em vigor após diversos seminários e debates com as psicólogas e psicólogos e com integrantes do “Movimento Gay” no Brasil. O posicionamento do CFP se alinhou com o posicionamento do Conselho Federal de Medicina que, em 1985, retirou a homossexualidade da lista de transtornos mentais e com o posicionamento da Organização Mundial da Saúde que também passou a defender a despatologização da homossexualidade (<https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/historico/>, recuperado em 03, agosto, 2019).

⁶ Quanto às questões sobre gênero, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu uma resolução específica que estabelece normas de atuação em relação às pessoas transexuais e travestis. O documento é baseado na ideia de que as transexualidades e travestilidades não são patologias, que a transfobia precisa ser enfrentada e as identidades de gênero podem ser vistas como autodeclaratórias. Trata-se da Resolução CFP 001/2018.

alinhados com um conservadorismo religioso cristão no Brasil, os quais acabam entendendo que a Resolução 001/1999 fere a liberdade científica dos psicólogos que prometem a “cura gay”.

A Psicologia, também do ponto de vista histórico, está alinhada não só aos contextos culturais e políticos de determinadas épocas, mas especialmente aos modos de se produzir conhecimento das ciências hegemônicas, ou seja, houve, desde o início da psicologia como disciplina com pretensões científicas, uma alta valorização dos saberes biomédicos em detrimento das ciências humanas e sociais. Assim, os saberes científicos hegemônicos são os que mais influenciam os saberes da Psicologia, fazendo que suas produções atendam aos interesses específicos de seu tempo. Em decorrência disso, a área tornou-se mais uma das que servem à “normatização” de práticas não hegemônicas.

É neste cenário, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX, que encontramos a Análise do Comportamento e seus modelos explicativos que, vinculados aos modelos científicos da biologia e física, ganharam a hegemonia dos saberes e práticas psicológicas norte-americanas e foram utilizados para descrever o comportamento homossexual, bem como propor alguns tratamentos de reversão (perspectiva patológica) ou alternativos/afirmativos (perspectiva não-patológica). Como exemplo, a pesquisa de Carvalho, Silveira e Dittrich (2011) revelou um cenário de publicações, entre os anos 1968-2010, em uma importante revista norte-americana da Análise do Comportamento. Localizaram-se poucos trabalhos (10), cinco dos quais tratavam a homossexualidade como um desvio passível de reversão. Três deles não tinham uma posição clara sobre o tema e dois não tratavam a homossexualidade como patologia. A maior parte das publicações ocorreu entre 1969 e 1979. Os autores mostram que após o ano de 1979 as publicações que relacionavam “homossexualidade” com “análise do comportamento” no *Journal of Applied Behavior Analysis* foram ficando escassas. Os autores correlacionam a escassez de estudos sobre a homossexualidade nesta revista com os avanços dos movimentos sociais em defesa das expressões gênero e sexualidade e também com os avanços políticos e científicos dos principais órgãos da saúde após a década de 1970.

As técnicas de modificação do comportamento que lidaram com a homossexualidade como uma patologia passível de reversão, estavam, de certo modo, alinhadas aos princípios analítico-comportamentais. Ainda assim, é importante ressaltar que o projeto behaviorista radical de Skinner não lidou especificamente com a sexualidade humana, pelo menos não como eixo central de seu modelo explicativo, como feito por outros projetos da Psicologia, mas pode ser um referencial teórico para compreender a homossexualidade e as questões

ético-políticas em torno do tema. Isso porque, de acordo com Dittrich e Abib (2004), há no Behaviorismo Radical um sistema ético que, de modo geral, mostra que alguns valores são provisórios e flexíveis e, assim, precisam ser continuamente avaliados de acordo com os contextos históricos e sociais nos quais uma determinada comunidade se desenvolve. Nestes contextos, o analista do comportamento também é visto como um agente político e, em decorrência disso, suas atividades também deverão ser constantemente revisadas tendo em vista que sempre haverá consequências da prática analítico-comportamental no mundo. Por isso, estes autores defendem que a atuação ética e política dos analistas do comportamento não deve ser exclusivamente ditada por regras imutáveis, mas sim somada às experiências das comunidades de modo harmônico e colaborativo.

Considerando, então, o lugar a Análise do Comportamento como um dos projetos filosóficos, científicos e políticos da Psicologia, o uso de seus saberes e práticas nas atividades de modificação do comportamento humano, bem como os atravessamentos políticos e sociais destas atividades em relação ao tema da homossexualidade, apresenta-se, em seguida, o problema de pesquisa.

Problema de pesquisa e objetivos

Historicamente o conjunto de saberes e práticas analítico-comportamentais já foi utilizado em tratamentos com perspectiva patológica da homossexualidade com vistas à sua reversão. Porém, após os avanços em prol da luta por direitos à diversidade sexual e do posicionamento despatologizante dos órgãos de saúde já mencionados, espera-se que a postura dos analistas do comportamento tenha mudado de modo a se mostrar mais favorável ao direito de expressão da homossexualidade e contra a discriminação por orientação sexual. Isso porque, este foi o movimento observado em relação à Psicologia, campo este com o qual a Análise do Comportamento também se relaciona. Assim, a principal questão a ser investigada nesta pesquisa é: de que modo os analistas do comportamento têm se posicionado em relação à temática da homossexualidade?

Para tanto, como objetivo geral, esta pesquisa visa explicitar as conceituações, posicionamentos e possíveis silenciamentos da literatura analítico-comportamental nacional sobre a temática da homossexualidade, delineando, então, uma síntese reflexiva sobre a discussão em torno do tema. Com este objetivo geral, podemos pensar sobre como os behavioristas estão lidando com as preocupações ético-políticas de suas atividades e como se dá uma Análise do Comportamento crítica, pois o que vem se observando, de acordo com Teo

(2009), é um movimento, também comum na Psicologia como um todo, que fortalece o poder dominante e se torna utilitarista para a sociedade capitalista, coercitiva, discriminatória e com discursos de adaptação das condutas humanas.

Em seu objetivo específico, esta pesquisa visa, no Capítulo 1, apresentar o posicionamento da AC estadunidense na década de 1960-70 sobre as terapias de reversão sexual e, no Capítulo 2, sistematizar uma investigação bibliográfica sobre as produções acadêmicas dos analistas do comportamento brasileiros no que se refere à homossexualidade. Para tanto, buscou-se explorar como se dão os posicionamentos dos autores da Análise do comportamento de acordo com as seguintes categorias analisadas: 1) Definição e explicação da homossexualidade; 2) Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia); 3) Diálogo com outros autores e áreas; 4) Ponderações ético-políticas.

Método

Antes de explicitar e delinear os caminhos adotados para esta pesquisa, julga-se necessário levantar algumas considerações sobre a construção de um conhecimento a fim de justificar o método, bem como os procedimentos escolhidos.

Há diversas formas de se fazer pesquisa e muitos são os caminhos tomados para que se conheça melhor determinado fenômeno. Lima e Mioto (2007) nos ensinam que uma pesquisa é um meio de investigar um evento, conhecer problemas da vida prática e intelectual e um modo de construir ou reconstruir determinada realidade. Estas pesquisadoras ainda apontam que uma pesquisa não é um empreendimento aleatório, pois está sempre estabelecendo ligações estreitas com a realidade histórica, seja do pesquisador, dos sujeitos da pesquisa e/ou uma determinada comunidade.

Neste sentido, Andery, Micheletto e Sérgio (2000) discutem que muitas pesquisas são reveladoras das questões históricas de determinado momento e consideram que uma prática científica está sempre em função das práticas historicamente construídas pela comunidade verbal do cientista. Por outro lado, o fenômeno pesquisado ou o conhecimento construído poderá, então, afetar o cientista e sua comunidade como um todo.

De acordo com Lopes (2016), as pesquisas, sejam elas empíricas ou teóricas, são relacionadas com um conjunto de circunstâncias e regras mantidas por uma comunidade científica. Se a pesquisa for empírica, todos os dados obtidos deverão ser mediados e analisados a partir dos conhecimentos teóricos e filosóficos relacionados a eles. Se a pesquisa for teórica, os conhecimentos teóricos e filosóficos que costumam ancorar as pesquisas empíricas deverão ser estudados por uma linha investigativa que vai da dimensão histórica até

a conceitual. A relação entre pesquisa empírica e pesquisa teórica é estreita e de bastante interdependência mesmo que, por vezes, seja pouco harmoniosa, mas nem por isso menos desejável.

Uma vez que o ato de pesquisar passa a ser também um exercício de acesso à história de determinado conhecimento, uma pesquisa poderá revelar muito mais a história do cientista e de sua comunidade. A pesquisa se mostra, muitas vezes, afinada com as práticas dominantes vigentes, mas também pode se opor a elas. Isso porque, de acordo com Laurenti (2012), a ciência de modo geral é também um empreendimento social e, como tal, suas pesquisas devem “reconhecer sua natureza social e discutir consequências éticas e políticas de suas intervenções na natureza e na sociedade” (p. 370). Esta autora recomenda o compromisso ético-político das pesquisas científicas, mas entende que ainda é preciso assegurar certa racionalidade para que se alcance a resolução de problemas. Contudo, uma vez que a pesquisa é também um exercício de reflexão teórica, metodológica e técnica com consequências ético-políticas, a racionalidade científica também precisa estar preocupada com as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o mundo a sua volta.

Ainda sobre a racionalidade científica, Oliveira (1998) pondera que mesmo que as pesquisas sejam motivadas e guiadas pelos interesses particulares do pesquisador e sabendo que a experiência pessoal pode dar vida ao trabalho, ainda assim é preciso tomar cuidado com armadilhas que jogam o pesquisador em esquemas reducionistas ou verdades cristalizadas. Estas armadilhas muitas vezes são postas por conta das falhas metodológicas. Isso porque, uma pesquisa envolve método e o método em si envolve certas técnicas, mas muito mais que isso. É o método que revelará os fundamentos e processos que direcionaram as reflexões finais da pesquisa. E, neste sentido, uma postura reflexiva é uma condição importante para se pensar e repensar os caminhos da ciência.

Em todo caso, para realizar uma pesquisa é necessário que alguns caminhos sejam empregados como recursos necessários para a viabilidade do trabalho. Mesmo com uma classificação geral que costuma separar pesquisa empírica de pesquisa teórica, os estudos podem receber diversas classificações, bem como seus métodos, porque algumas vezes, uma mesma pesquisa pode se mostrar relacionada a mais de uma classificação (Silva & Menezes, 2005).

O atual trabalho tem o caráter de uma pesquisa teórica, pois, de acordo com Fontes e Falcão (2015), o interesse por este tipo de estudo se dá não só pelo exame e reconsideração de uma determinada teoria ou conceito, mas se caracteriza especialmente como um exercício amplo de reflexão ética e política. Ou ainda, de acordo com Lopes (2016), a pesquisa teórica é

um exercício de comprometimento com o contexto teórico do pesquisador, cujas reflexões e apontamentos podem motivar novas pesquisas teóricas.

Assim, há nesta atual pesquisa o interesse em discutir e reconstruir ideias pertinentes ao modelo analítico-comportamental explorando o que outros autores do campo já afirmaram sobre a homossexualidade, ou seja, ao discutirmos os posicionamentos da Análise do Comportamento sobre o tema da homossexualidade esperamos que novas reflexões e posicionamentos surjam em prol dos avanços éticos e políticos da área.

Este trabalho, por conta do interesse em explicitar um determinado problema a partir de um levantamento bibliográfico tem, então, a qualidade de ser uma pesquisa bibliográfica devido à investigação e sistematização de informações, problemas, posicionamentos ou silenciamentos sobre a homossexualidade em trabalhos já publicados na área da Análise do Comportamento.

Não se trata de apenas uma revisão da literatura, pois, como discutido por Lima e Miotto (2007), uma pesquisa bibliográfica se dá a partir de um conjunto ordenado de procedimentos que, posteriormente, indicará alguma solução para o problema investigado. Sendo assim, para atual pesquisa alguns critérios de investigação foram tomados não só para que o trabalho fosse viável em um determinado prazo, mas também para que os achados amparassem análises futuras.

Procedimentos

Para a construção do Capítulo 1, a busca por trabalhos publicados em revistas da AC internacionais se deu pela base de dados APA PsycNet com a delimitação do período (1960-1980) e com o cruzamento dos termos *behavior therapy*, *behavior analysis*, *homosexual*, *homosexuality*, *sexual deviation*. Foram selecionamos, de modo não sistemático, 5 textos para ilustrar a historicidade em torno da relação entre AC e homossexualidade no período mencionado.

Para a construção do Capítulo 2 e a apresentação da pesquisa bibliográfica foram definidas três etapas. Na primeira, foi realizada uma busca por trabalhos nacionais dos últimos 20 anos (1999 até 2019) em que a temática da homossexualidade foi apresentada e discutida pelo conjunto de saberes e práticas da Análise do Comportamento.

Na segunda etapa foi feita a leitura do material encontrado e o fichamento⁷ dos textos com os seguintes campos: 1) Identificação e localização da obra; 2) Identificação do autor e da instituição; 3) Tema central, objetivo e método; 4) Conceitos utilizados; 5) Autores e áreas com quem o pesquisador dialoga; 6) Perspectivas sobre a Homossexualidade; 7) Ponderações ético-políticas. Tais campos refletem os objetivos específicos deste atual estudo, pois permitem destacar os posicionamentos da Análise do Comportamento sobre a homossexualidade e permitem uma discussão sobre o contexto no qual estes posicionamentos ocorreram. Além disso, as opções por estes campos como guia das leituras se deram pelo fato de que se faz necessário o conhecimento mais amplo possível de uma obra para que se possa, posteriormente, interpretar seus achados e discussões, bem como refletir sobre eles e criticá-los.

Na terceira etapa foi feita a análise dos achados com a classificação da visão sobre homossexualidade apresentada nos textos, bem como das ponderações ético-políticas sobre a atuação dos analistas do comportamento em relação ao tema da homossexualidade. Foi nesta etapa (a partir das contribuições da banca de qualificação desta pesquisa) que também foi possível construir a análise dos textos a partir das 4 categorias mencionadas na seção “problema de pesquisa e objetivos”, são elas: 1) Definição e explicação da homossexualidade; 2) Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia); 3) Diálogo com outros autores e áreas; 4) Ponderações ético-políticas.

Com estas três etapas, foi possível apresentar o cenário de produções acadêmicas analítico-comportamentais no Brasil de 1999 até 2019 sobre a homossexualidade, bem como revelar a postura dos analistas do comportamento brasileiros e produzir mais reflexões ético-políticas sobre este tema.

A escolha temporal pelos últimos 20 anos se deu por duas razões. A primeira está relacionada ao fato de que durante o processo de construção desta pesquisa houve um interesse em explicitar como os analistas do comportamento brasileiros tratavam homossexuais nas décadas de 1960 e 1970, período este em que houve uma larga produção de trabalhos de terapia comportamental nos Estados Unidos que visavam à reversão da homossexualidade. Porém, após uma minuciosa investigação nas produções da Análise do Comportamento no Brasil das décadas de 1960 até os anos 2000 não encontramos qualquer

⁷ Inspirado no roteiro de leitura proposto por Lima e Miotto (2007). Este roteiro apresenta os seguintes campos: 1) Identificação da obra (referência completa e localização da obra; 2) Caracterização da obra (tema, objetivo, conceitos utilizados, paradigma teórico e referencial teórico); 3) Contribuições da obra para o estudo proposto. As próprias autoras incentivam a adaptação deste roteiro a fim de atenderem aos objetivos de determinadas pesquisas.

trabalho analítico-comportamental publicado sobre a temática da homossexualidade. O segundo motivo se justifica pelo fato de que a Psicologia brasileira, por meio da Resolução CFP 001/1999, materializou sua visão favorável às lutas em prol da diversidade sexual. Após essa normativa, que determina que a homossexualidade não deve ser tratada como patologia pelos psicólogos, ainda há controvérsias sobre o tema.

A busca pelos trabalhos foi feita em bases de dados nacionais (BVS-Psi, Google Acadêmico, CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) cruzando os termos *homossexualidade*, *homossexualismo*, *homofobia*, *desvio sexual*, *orientação sexual*, com os termos *behaviorismo radical*, *análise do comportamento*, *terapia comportamental e mudança comportamental*. Tal busca também ocorreu em veículos de publicação específicos da Análise do Comportamento no Brasil (*Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* e *Comportamento em Foco*), nos volumes dos livros *Sobre Comportamento e Cognição*, em capítulos de livros e Trabalhos de Conclusão de Curso sugeridos por colegas da área. Nos periódicos específicos a investigação se deu, inicialmente, pela busca das palavras *homossexualidade*, *homossexualismo*, *homofobia*, *desvio sexual*, *orientação sexual* nos próprios campos de pesquisa das referidas revistas e, posteriormente, a partir do uso do recurso “Ctrl+F” nos arquivos digitais baixados. O recurso “Ctrl+F” permitiu que fosse explorado no corpo do arquivo de texto as palavras fundamentais para esta atual pesquisa e, assim, trouxe maior garantia da não omissão de trabalhos relevantes.

Além dos apontamentos apresentados na introdução, este trabalho, como já mencionado, foi estruturado em dois capítulos, são eles: Capítulo 1 – Análise do Comportamento (AC) e homossexualidade – em que se discute a historicidade e os fundamentos conceituais e filosóficos do Behaviorismo Radical para, sem seguida, relacionarmos os saberes e práticas analítico-comportamentais com o estudo da homossexualidade; Capítulo 2 – Apresentação e análise das produções analítico-comportamentais brasileiras sobre a homossexualidade – em que foi revelado o cenário de produções dos analistas do comportamento no Brasil, suas visões sobre a temática da homossexualidade e suas ponderações ético-políticas.

Capítulo 1 – Análise do Comportamento (AC) e homossexualidade

A Análise do Comportamento é uma perspectiva psicológica que está filiada a uma posição behaviorista assumida, especialmente, por Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) e defendida por diversos pesquisadores que se denominam analistas do comportamento. Esta concepção está, de modo geral, baseada na ideia de que há uma constante interação entre indivíduo e ambiente e é na compreensão das variáveis componentes desta interação que se alcança uma determinada visão de ser humano e de mundo (Todorov, 1982; Todorov & Hanna, 2010).

A perspectiva analítico comportamental possibilita o estudo de diversos temas tradicionalmente tratados pela Psicologia, mas seu modelo explicativo não adota inferências sobre uma suposta “mente humana” obscura e distinta do corpo. Não se trata de eliminar a mente da tarefa de compreender a experiência humana, mas não se atribui à mente a causa dos comportamentos. Expressões mentais, tais como o pensar, o sentir e o conhecer, são também de natureza comportamental e acontecem em decorrência da história dos indivíduos com o mundo e não por fenômenos místicos ou obscuros (Skinner, 1953/2003, 1957/1992, 1974).

Esta perspectiva vê o comportamento como um processo complexo resultante de múltiplas variáveis às quais os organismos estão expostos e suscetíveis. Se as variáveis são múltiplas, elas extrapolam aquelas estudadas pela ciência tradicional e se mostram multifacetadas, ou seja, poderão ser encontradas na cultura, na política, etc. Neste sentido, um cientista do comportamento, de acordo com Skinner (1953/2003), pode assumir que o comportamento humano é um objeto complexo, fluido e instável e que, para delimitar certos sistemas e leis para dizer por que as pessoas fazem o que fazem, é preciso considerar qualquer evento ou circunstância que tenha efeitos demonstráveis sobre o comportamento.

Acontece que o modelo explicativo analítico comportamental também está ancorado em premissas científicas defendidas por Skinner e demais psicólogos comportamentais que, de modo geral, defendem que o estudo do comportamento e suas múltiplas causas será útil não só para descrever e explicar o que ele é e como é, mas principalmente para possibilitar sua previsão e controle. Tal postura é amplamente criticada dentro e fora da Psicologia, algumas vezes por entendimentos equivocados, outras vezes bem justificadas por preocupações ético-políticas.

Por termos a temática da homossexualidade como a motivação para as discussões que se seguirão, podemos, então, compreendê-la com um padrão de comportamento, que é complexo e que se fortalece, se mantém ou se enfraquece devido à influência de múltiplas

variáveis ao longo da vida dos indivíduos. Esta primeira ponderação sobre a homossexualidade pode levar o analista do comportamento a eleger a relação que se dá entre pessoas nomeadas “homossexuais” com o mundo à sua volta como o ponto central de uma possível investigação. Aqui reside o papel especial tanto da ontogênese quanto da cultura, não apenas de indicar as variáveis orientadoras do comportamento homossexual, mas também para sinalizar recomendações sobre limites ético-políticos de determinada comunidade em relação ao estudo da homossexualidade.

Sendo assim, neste capítulo a Análise do Comportamento será exposta a partir de seu histórico, dos fundamentos conceituais, da base behaviorista radical e demais influências filosóficas e seu compromisso ético-político para, sem seguida, relacionarmos os saberes e práticas analítico-comportamentais com o estudo da homossexualidade.

1.1 Bases históricas: o comportamento como objeto da Psicologia

Como um dos possíveis objetos de estudo da Psicologia, o comportamento foi, inicialmente, visto como apenas uma expressão motora e facilmente observável dos organismos, mas com as contribuições de diversas áreas do saber (biologia, psicologia, antropologia, sociologia) a palavra “comportamento” passou a se referir a qualquer expressão humana ou não humana – tanto na forma de eventos sociais ou individuais, quanto os eventos externos ou internos aos sujeitos. A posição defendida por analistas do comportamento é a de que a ideia de comportamento sintetiza toda a expressão dos organismos ao longo de suas histórias e é resultado de processos de interação com o mundo.

O termo “comportamento” é amplamente utilizado para se referir ao nosso modo de agir na presença de outras pessoas, como “Você se comporta de modo tão elegante!”, mas costuma ser também utilizado para descrever o funcionamento dos órgãos – “Só eu sei como minha cabeça se comporta!” – falar sobre as condutas morais e juízos de valores – “Seu comportamento é louvável!” – dentre outros modos. Estes exemplos ilustram alguns usos do termo e nos ajudam a compreender que os comportamentos podem ser muito mais do que respostas ou expressões motoras; a palavra adquire outros sentidos para determinada comunidade verbal e tais sentidos penetram tanto o cotidiano quanto o meio científico.

A palavra “comportamento” tem sua correspondente, “*behavior*”, na língua inglesa e é a partir deste termo que é possível observar o surgimento de uma das abordagens da Psicologia, o Behaviorismo. No Brasil, o Behaviorismo ganha, após sua tradução, a correspondente “Comportamentalismo” (Cançado, Soares & Cirino, 2015), porém é termo

pouco utilizado. Os analistas do comportamento no Brasil ainda são identificados e, por muitas vezes, também se autoidentificam como behavioristas.

Não é só pela etimologia que podemos acessar o “comportamento” e seus desdobramentos no cotidiano e na comunidade científica. O comportamento se tornou um objeto privilegiado em muitos campos do saber. Danziger (1997) explica como a categoria “comportamento”, que não foi inventada pela Psicologia, já era investigada a partir do domínio científico do século XIX como herança dos saberes da fisiologia e da psicologia comparada. No início do século XX, o termo ganha prestígio no meio científico dos Estados Unidos porque correspondia aos contextos e estudos que apresentavam uma roupagem científica baseada na física, química e biologia. De modo geral, a fonte central do conhecimento sobre o comportamento e da justificativa de seu uso estava ancorada na teoria evolucionista, que, de acordo com Hunziker (1995), foi a perspectiva que mais influenciou as ciências do século XIX e XX. O foco estava inicialmente no estudo do comportamento animal e a sofisticação dos experimentos e dos resultados publicados abriu o campo para definir os presidentes da APA (American Psychological Association). Os mais notórios presidentes desta associação foram behavioristas famosos por seus estudos com o comportamento animal, tais como: Edward Thorndike em 1912, John Watson em 1915 e Edward Tolman em 1937. Os estudos sobre o comportamento animal ainda permanecem nos campos da psicologia e das neurociências, mas de modo menos frequente e ainda com viés mentalista⁸.

No desenrolar do século XX, mais precisamente em 1913, Danziger (1997) conta que a construção da ideia de “comportamento” como objeto da psicologia ganhou força após a divulgação de um artigo conhecido como o Manifesto Behaviorista, de autoria de John Watson (1878-1958), que, na época, era considerado um psicólogo comparativo. Este artigo foi publicado com o título *Psychology as the behaviorist views it* (A psicologia como um behaviorista a vê). De acordo com Danziger, este artigo é um marco na transformação na categoria “comportamento” como sendo, também, um modo de rotular certos tipos de psicólogos com pretensões científicas.

Um dos posicionamentos de Watson foi o seguinte: o que os psicólogos deveriam fazer era garantir que o comportamento, e não a consciência, se tornasse o objeto de estudo da psicologia e que as investigações deveriam ser realizadas em laboratórios, tais como as investigações em física e química. Na perspectiva watsoniana o estudo com animais era

⁸ De acordo com Zilio (2010) o mentalismo diz respeito às concepções, leigas ou teóricas, que utilizam a linguagem dos estados mentais, tais como “intenção”, “crença”, “desejo”, para atribuir causalidade interna, psíquica ou neurológica, ao comportamento humano.

imprescindível para compreender o comportamento humano, ou seja, os resultados de experimentos análogos com sujeitos de várias espécies ajudariam a entender melhor o comportamento das pessoas e responderia melhor às questões da vida humana. Isso porque, para ele, não havia uma linha divisória entre o comportamento animal e o comportamento do ser humano; ambos se ajustam ao meio ambiente em decorrência de seu aparato biológico hereditário e do repertório de hábitos aprendidos (Watson, 1913).

Danziger (1997) ainda discute como a Psicologia se envolveu com os métodos experimentais baseados em modelos animais, substituindo, assim, engajamentos anteriores com os temas e métodos metafísicos, tais como a consciência e o método introspectivo. Sanabio-Heck (2015) explica que o método experimental (tradicionalmente desenvolvido em laboratórios e com sujeitos animais não humanos), defendido no início do século XX por psicólogos como Watson, foi fortemente inspirado no paradigma do fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936). As pesquisas pavlovianas incentivavam a compreensão dos aspectos fisiológicos da aprendizagem e suas associações ou emparelhamento entre estímulos. A partir do método experimental empregado, surge o modelo explicativo de estímulo-resposta – um evento antecedente (estímulo) afeta um determinado comportamento (resposta). Por meio deste modelo explicativo, as investigações do comportamento ganham força a partir de arranjos e tecnologias dos laboratórios experimentais.

Estes fundamentos metodológicos foram difundidos como garantia de um acesso amplo ao comportamento e passou a designar um certo campo de estudos conhecido como “ciência do comportamento”. Mesmo sem ter o monopólio do “comportamento” e de suas formas de investigação, a ideia de “investigação do comportamento” tornou-se não só um “objeto de estudo”, mas também uma categoria metodológica pertencente ao behaviorismo (Danziger, 1997).

Observa-se que a construção do “comportamento” como objeto de estudo da Psicologia é um exemplo de como um campo do saber, para se afirmar entre outros saberes, acaba sendo influenciado pelos ideais de ciências mais difundidos em uma determinada época. No caso de uma Psicologia hegemônica, o ideal do “comportamento” se torna o mais explícito meio de conquistar um lugar nas respeitadas ciências tradicionais. Para uma Psicologia que pretendia se afirmar entre as ciências naturais, as fontes biológicas foram as que se mostraram mais privilegiadas para os estudos sobre o tema “comportamento”.

Danziger (1997) sinaliza que algumas tendências intelectuais que influenciaram a Psicologia ao longo século XX, fossem elas reproduções de antigos saberes ou a ascensão de uma nova perspectiva, estavam alinhadas com visões sócio-políticas dominantes da época.

Neste contexto, a temática do “comportamento” também ganhou seu lugar nas polaridades filosóficas da época e permitiu que os psicólogos, principalmente os de orientação comparativa, usassem a linguagem do “comportamento” para atender o ideal de objetividade científica.

O *Zeitgeist* da objetividade científica, ou seja, todo o clima intelectual dominante após o alcance e a posição privilegiada das ciências modernas, ficou correspondente ao ideal da descrição, classificação e experimentação dos fenômenos por meio de uma aura científica objetiva. No entendimento de Teo (2009), a temática do “comportamento” como a unidade básica de análise da Psicologia contribuiu para o alcance da objetividade necessária às ciências naturais. Esta proximidade com as ciências biológicas, pelo menos na primeira parte do século XX, deu à Psicologia a chance de ser reconhecida como área científica e, assim, tornar-se elegível como profissão. Marx e Hillix (1997) contam que, se o comportamento a ser investigado deveria ser a resposta orgânica, reduzida a processos bioquímicos e musculares em decorrência de estímulos antecedentes, então os pressupostos do behaviorismo clássico, sobretudo o behaviorismo defendido por Watson, atendiam ao *Zeitgeist* da tão ambicionada objetividade científica.

A partir disso, Teo (2009) e Carrara (2015) sinalizam que esta ostensiva busca da Psicologia em se afirmar como ciência natural e objetiva ao longo de século XX situou-a, e ainda a situa, como alvo de muitas críticas e, conseqüentemente, contribuiu e contribui para a crise na Psicologia. Parte desta crise se deu pelas dificuldades em se estabelecer um objeto de estudo único para a Psicologia.

Em um período anterior às ideias da objetividade científica e do comportamento o *Zeitgeist* predominante era outro. No final do século XIX, o momento intelectual privilegiava o mentalismo e a ideia de “consciência” como categoria a ser estudada pela Psicologia a partir dos métodos da introspecção. O propósito que caberia à Psicologia era o desvendamento da alma humana. Neste contexto, era de se esperar certas resistências a qualquer um que contrariasse o *Zeitgeist* da “consciência” e do método introspectivo. Foi o que aconteceu a Watson e seu ideal de Psicologia quando publicou o *Manifesto Behaviorista* e iniciou sua campanha em torno dos estudos do comportamento humano a partir dos achados com animais não humanos, defendendo, assim, o abandono da introspecção como método de investigação para adotar as práticas mais objetivas possíveis como uma forma da psicologia se emancipar como ciência. A proposta watsoniana não foi admitida pelos adeptos da “consciência”. Como não foi possível aceitar que as condutas humanas tivessem um caráter pragmático, a categoria “comportamento” encontrou resistências em meio ao *Zeitgeist* da época e elevou as polêmicas

sobre qual deveria ser o objeto de estudo da Psicologia (Carrara, 2005; Strapasson & Carrara, 2008; Sanabio-Heck, 2015).

Danziger (1997) nos ajuda a atender que os objetos de estudo da Psicologia passaram por construções e reconstruções ao longo de um *continuum* histórico. Tais objetos surgem, não só em função de um determinado cenário histórico (e. g. modelo científico do século XIX), mas também pela necessidade de lidar com diferentes problemas histórico-sociais (e. g. crise econômica de 1929 nos EUA). Para Danziger, construir e reconstruir ao longo da história é o movimento perene na construção dos saberes; todas as áreas do conhecimento são construções históricas.

Nesse *continuum* histórico o uso do comportamento como objeto da Psicologia, defendido por Watson, apesar das controvérsias, floresceu. Carrara (2005) conta que outros pesquisadores ao longo do século XX contribuíram com profundas mudanças sobre a ideia de comportamento na psicologia, tal como o behaviorista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). Porém, outros importantes autores deram suas contribuições sobre o comportamento no período intermediário entre Watson-Skinner, são eles: Clark Leonard Hull (1884-1952) e Edward Chace Tolman (1886-1959).

Estes dois autores são conhecidos como behavioristas mediacionais. Ambos compartilhavam do ideal da objetividade científica de Watson, mas buscaram destacar outros elementos que consideravam constituintes do comportamento. Hull, guiado pelo reflexo condicionado de Pavlov, admitia a existência de “impulsos” mentais, naturalmente de ordem orgânica, como recursos para explicar o comportamento. Enquanto isso, o estudo de Tolman, guiado pela Psicologia da Gestalt e pela ideia de um “estado de agitação” na dinamização do comportamento, buscava considerar os processos cognitivos (intenção e propósito) nas análises comportamentais. Ambos os autores revelaram fortes inclinações em reconsiderar o estudo da consciência a partir da categoria “comportamento” (Carrara, 2005; Danziger, 1997; Marx & Hillix, 1997).

Ainda neste *continuum* histórico, B. F. Skinner se destacou por suas pesquisas e sua proposição behaviorista radical marcou profundamente o pensamento norte-americano e de outras nações, como o Brasil, tornando-o um dos principais teóricos da Psicologia. O especial interesse de Skinner pela categoria “comportamento” foi proeminente no século XX. Skinner (1974), ao considerar seus achados laboratoriais, criticar o determinismo mentalista e propor o Behaviorismo Radical, pretendia se diferenciar dos behaviorismos anteriores, sobretudo o proposto por Watson, e idealizar uma sociedade progressista: “Os maiores problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão

do comportamento humano. As concepções tradicionais têm estado em cena há séculos e creio ser justo dizer que se revelaram inadequadas” (p. 11).

No próximo tópico deste capítulo a reconstrução da categoria “comportamento” na Psicologia a partir do pensamento skinneriano será apresentada e discutida em relação aos fundamentos do Behaviorismo Radical e demais influências filosóficas.

1.2 Fundamentos e influências filosóficas

A Análise do Comportamento (AC) é um conjunto de saberes e práticas baseado nos fundamentos do behaviorismo, em especial no Behaviorismo Radical de B. F. Skinner. Está ancorada nos achados da Análise Experimental do Comportamento (AEC) e tem sido aplicada na resolução de problemas individuais, sociais e culturais por meio da Análise Aplicada do Comportamento (AAC). Com isso, o modelo explicativo da AC é composto pela tríade indissociável entre AEC, AAC e Behaviorismo Radical.

Há ainda, segundo Donahoe (1993), mais um possível empreendimento inter-relacionado com a AC, especialmente com a AEC, que é o aspecto interpretativo. A ideia da interpretação científica é a de que mesmo em contextos complexos que extrapolam a prática do laboratório ou a atuação clínica, e ainda que seja difícil identificar ou manipular variáveis responsáveis por determinados padrões comportamentais, a AC apresenta sua base teórica e conceitual para interpretar fenômenos e, conseqüentemente, produzir conhecimento.

Todorov e Hanna (2010) apresentam a AC como um dos diversos modos de se estudar os fenômenos tradicionalmente estudados pela Psicologia e, para tanto, apoiam-se na ideia de que o comportamento é uma unidade básica de análise e deve ser estudado por meio das interações entre os organismos e o mundo no qual estão inseridos. E, assim, é a tríade AEC, AAC e Behaviorismo Radical que possibilita análises sobre as interações entre organismos e ambientes e descrições mais acuradas sobre o comportamento humano e de animais não-humanos.

Especificamente, a AEC é um tipo de pesquisa que, via de regra, acontece em laboratório sob controle de variáveis experimentais. Trata-se também de um ramo em que diversos termos e princípios são arranjados para que posteriormente sejam utilizados pela comunidade científica ou entre profissionais que se baseiam na AC como modelo explicativo para seus objetos de estudo. Já a AAC é definida como um tipo de atividade criada e administrada em ambientes sociais comuns em que haverá uma aplicação dos princípios comportamentais produzidos, via de regra, pela AEC em diversos campos de atuação humana, tais como: escolas, penitenciárias, clínicas, entre outros. Em ambas as situações, o

comportamento dos sujeitos é investigado como um processo resultante da interação entre um determinado sujeito e as condições experimentais nas quais este sujeito está exposto. Assim, um dos exercícios dos analistas do comportamento será o de formular perguntas experimentais e tentar respondê-las por meio da manipulação de variáveis independentes (condições do ambiente), observando mudanças na variável dependente (o comportamento). Em geral, trabalha-se com delineamento de sujeito-único por conta das particularidades do comportamento de cada indivíduo e o objetivo final é encontrar relações funcionais entre as variáveis do estudo. Contudo, uma vez que a AC se firmou como campo de estudo por conta de seus compromissos com a vida humana, a AEC e a AAC podem também funcionar como mecanismos aferidores das necessidades humanas e dos limites de aplicação da própria AC (Carvalho Neto, 2002; Dittrich, 2011; Velasco, Garcia-Mijares & Tomanari, 2010).

O seguinte aspecto admitido como pertencente à tríade que forma a AC é o Behaviorismo Radical e este é definido como uma filosofia da ciência do comportamento proposta por B. F. Skinner. Trata-se de uma perspectiva filosófica que se forma a partir de diversos achados científicos, em especial os da AEC e carrega consigo a palavra “radical” que, apesar da polissemia, também traz o sentido de “raiz”, “cerne”, “origem” (Carrara & Strapasson, 2014).

Assim, sugere-se que um behaviorista radical, ou seja, um profissional guiado pela filosofia da ciência skinneriana, deva, então, dentre muitas posições, se preocupar com as bases originárias do comportamento. Mas o Behaviorismo Radical não trata somente de ir à origem dos fenômenos para compreendê-los, também apresenta conceitos e visões específicas de ser humano e mundo. Esta filosofia está também, de certo modo, radicalmente oposta às concepções de ser humano e mundo que, segundo Skinner (1989/1995) explicam o comportamento humano apenas como uma mera expressão de eventos dentro da pessoa que se comporta.

O determinismo internalista é criticado na filosofia behaviorista radical, porque, segundo Skinner, agentes internos iniciadores fragmentam o indivíduo que se comporta, sobretudo quando estes agentes são mais valorizados nos estudos sobre o comportamento humano. Nestes casos, agentes internos são entendidos como a causa das ações do organismo, enquanto que são apenas parte da explicação, pois é o organismo como um todo que está em interação com o mundo e sendo afetado por esta relação ao longo de sua vida. Explicações internalistas descrevem um sistema mental muitas vezes difícil de observar, mas que, mesmo sem se saber a razão, está dotado de “essências”. O modelo explicativo skinneriano considera a função das variáveis ambientais e a interação organismo-ambiente na aquisição e

manutenção do que as pessoas fazem, mas esta concepção nem sempre foi bem aceita por algumas abordagens da Psicologia. A análise comportamental, ao defender que é na relação dos indivíduos com o ambiente que encontraremos respostas para os fenômenos de natureza psicológica, parece ameaçar certos ideais que valorizam os estados da mente, as ciências do cérebro, o livre-arbítrio ou até mesmo outras concepções que responsabilizam as pessoas por suas condutas (Skinner 1953/2003, 1989/1995).

Tourinho (2003) também nos ajuda a compreender que a AC, edificada na filosofia behaviorista radical, é comprometida com a visão crítica da supervalorização dos aspectos internos, subjetivos ou intrínsecos do homem como centrais ou constituintes do comportamento humano. A ideia é buscar na interação entre o sujeito e o mundo no qual está inserido as explicações dos fenômenos humanos, das experiências subjetivas aos comportamentos públicos.

A crítica skinneriana aos eventos internos como determinantes dos comportamentos carrega certas preocupações científicas e sócio-políticas. De acordo com Skinner (1974), a ambição da ciência em explorar a mente e valorizar as explicações internas acaba cegando, por assim dizer, o interesse e a compreensão do cientista em relação aos eventos ambientais relacionados às experiências humanas. Para Skinner “a objeção ao funcionamento interno da mente não decorre de ele não ser acessível a exame, mas de ele ter obstruído o exame de coisas mais importantes” (p. 142). Além disso, o mentalismo nas ciências, além de gerar um entendimento específico de causalidade e impedir que os estudos sobre os eventos ambientais sejam mais efetivos, também abre o campo da Psicologia para a responsabilização, muitas vezes inconsistente, do indivíduo. Para ele, seria o mesmo que argumentar que são as mentes que matam e não as armas. Em culturas e ambientes que incentivam e ensinam as pessoas a terem um forte senso bélico ou de poder, posicionamentos sócio-políticos desta natureza levantariam ambições científicas para o “controle da mente” das pessoas para que elas não matassem umas às outras e acabaria negligenciando outras ações no ambiente que, para Skinner, seriam mais efetivas, como, por exemplo, a política de controle ao acesso de armas.

Nas reflexões de Skinner há o reconhecimento de que o conhecimento científico se mostrou avançado em comparação a outros tipos de conhecimento e que a ciência deveria estar a serviço da humanidade. Os cientistas do comportamento, em particular os psicólogos, neste contexto, teriam a responsabilidade de aperfeiçoar os achados científicos para aplicá-los ao cotidiano. Para tanto, o estudo da cultura e do comportamento verbal fizeram-se necessários, mas ocorreram a partir de sua concepção de ciência comportamental interessada em identificar e relacionar os múltiplos determinante do comportamento humano e não

conceber estes fenômenos de modo reduzido a uma única variável ou a um suposto estado interno iniciador. Tal análise comportamental está ancorada nas concepções gerais do autor sobre os determinantes do comportamento, ou seja, para uma ciência do comportamento o que acontece na relação entre as pessoas e o mundo é decorrente de um processo de seleção natural, do condicionamento operante e das práticas culturais, todos estes aspectos interagindo mutuamente.

Skinner (1957/1992), considerando a cultura como um dos determinantes do comportamento verbal, por exemplo, reconheceu que a aplicação dos conhecimentos da ciência no estudo da linguagem também deveria estar alinhada ao estudo da comunidade verbal, ou audiência. Neste caso, a audiência foi definida por Skinner como sendo “um estímulo discriminativo na presença do qual o comportamento verbal é caracteristicamente reforçado e na presença do qual, portanto, ele é caracteristicamente forte”⁹ (p. 172). Uma audiência poderá ter propriedades ambivalente, ou seja, ser reforçadora ou punitiva. Se especificar uma condição para que o comportamento verbal seja reforçado, dizemos que ela foi reforçadora, mas se apontar uma condição na qual o comportamento verbal não será reforçado ou será punido, dizemos que ela foi aversiva.

É na interação com nossa comunidade verbal que aprendemos a nos comportar de modos específicos a depender da relação que desenvolvemos com uma determinada audiência. O contato com uma audiência é uma das condições para que um indivíduo aprenda sobre seu mundo verbal ou não verbal e se torne um falante e/ou ouvinte. Por meio deste contato, os indivíduos aprendem também a pensar, não porque o pensamento seja uma expressão mística da existência humana, mas sim porque o pensar é entendido como um comportamento, público ou privado, verbal ou não verbal, que também está suscetível às relações que o indivíduo estabelece com seu ambiente. Em outras palavras, o pensar é visto como um comportamento complexo, o aparato biológico humano é apenas uma parte do que o compõe, que é refinado e mantido pela comunidade verbal no qual ele ocorre (Skinner, 1957/1992).

Mas esta concepção não predominou na Psicologia, pois há na área uma grande valorização dos estudos do cérebro ou de supostas entidades profundas do ser. Sobre esta implicação, Skinner (1989/1995) critica os psicólogos cognitivistas que:

⁹ “An audience, then, is a discriminative stimulus in the presence of which verbal behavior is characteristically reinforced and in the presence of which, therefore, it is characteristically strong” (Skinner, 1957/1992, p. 172).

Parecem dizer que ‘a mente é o que cérebro faz’, mas seguramente o restante do corpo desempenha seu papel. A mente é o que o corpo faz. E o que a pessoa faz. Em outras palavras, é o comportamento, e isso é o que os comportamentalistas vêm dizendo há mais de meio século. (p. 94).

Para Skinner os estudos da bioquímica e as ciências do cérebro são de fato muito atraentes, mas a ambição por encontrar os determinantes internos pode negligenciar o papel da ontogênese e da cultura como importantes aspectos da aquisição e manutenção do comportamento humano.

O estudo da causalidade do comportamento proposto por Skinner (1953/2003; 1974; 1981/2007) é baseado em seu modelo explicativo conhecido como seleção pelas consequências e é a partir deste modelo que se busca alcançar a complexidade não só do comportamento, mas também das relações que os indivíduos estabelecem com o mundo. A palavra “consequência” se refere à ideia skinneriana de que o fenômeno comportamental é suscetível às consequências que geram, ou seja, é preciso observar como e quando um dado comportamento gera certas consequências (para o mundo ou para o indivíduo) e se tais consequências fortalecem ou reduzem as chances deste comportamento ocorrer no futuro. Neste sentido, as consequências são, então, vistas como eventos que ocorrem após um comportamento, mas que apresentam alguma relação de controle sobre ele. E o comportamento, por sua vez, passa a ser compreendido como fenômeno processual e histórico, visto que ele se complexifica ou não a depender de uma relação constante e temporal com as consequências.

Tal proposta também visa substituir modelos de causalidade que se apresentam, de certa forma, obscuros e internalistas. A seleção pelas consequências está relacionada com a seleção natural, mas Skinner se dedica a descrever e explicar o fenômeno comportamental não só a história evolutiva do organismo humano (filogênese), mas também pelo desenvolvimento individual (ontogênese) e pela evolução das culturas. Para tanto, propôs, de modo geral, que o comportamento humano é adquirido, modificado e/ou mantido ao longo do tempo a depender da interação que o indivíduo estabelece com o mundo levando-se em conta a combinação da história genética de sua espécie, de sua história individual de aprendizagem e das práticas culturais do povo ao qual o indivíduo pertence. Em outras palavras, o comportamento humano é, então, produto da seleção natural relacionada à nossa espécie, do condicionamento

operante¹⁰ e das práticas culturais transmitidas de uma geração para outra (Skinner, 1981/2007).

E, sobre cultura, ainda é preciso entender que se trata de práticas comportamentais desenvolvidas por contingências de reforçamento mantidas por um determinado grupo com certos padrões de comportamento, sendo transmitidas, no caso das culturas humanas, por meio do comportamento verbal para o grupo de uma próxima geração. Quando um indivíduo nasce em um grupo, a cultura disponível diz respeito a todas as variáveis (históricas, físicas, verbais, etc) que são compartilhadas por este grupo e irão afetar o indivíduo desde muito cedo. Nesta concepção, as práticas culturais são selecionadas por meio da interação entre os membros do grupo e não por genes e, conseqüentemente, a transmissão para uma nova geração se dá por meio de episódios verbais e não por reprodução biológica (Skinner, 1953/2003; 1971/2002; 1974). Na perspectiva skinneriana, então, a visão de sujeito e mundo se relaciona com a compreensão da cultura, suas particularidades, e sua relação com o comportamento humano, que, seguindo esta reflexão, é fruto também de uma história cultural.

Ciente da complexidade em torno do assunto, Baum (2005) explica que a definição de cultura em termos de comportamento, ou seja, práticas compartilhadas entre membros de determinados grupos, acaba contrariando definições tradicionais que valorizam muito mais as crenças, em termos abstratos, como formadoras da cultura. Na perspectiva analítico-comportamental, parte do interesse em torno do nível cultural se dá pelo entendimento de que a cultura envolve comportamentos operantes, verbais ou não verbais, que são adquiridos e mantidos pelas experiências com um grupo social. Isso porque o pertencimento a um determinado grupo social pode influenciar na suscetibilidade às conseqüências programadas pelo grupo. Essa suscetibilidade às conseqüências sociais também precisa ser vista com certo “relativismo cultural” tal como foi orientado por Skinner (1971/2002), ou seja, o que é visto como reforçador por um determinado grupo pode não ser igualmente reforçador para outro. Assim, o cientista do comportamento, interessado pelo estudo da cultura, estaria mais próximo de criticar e combater atos doutrinadores, por assim dizer, que visam reduzir todas as culturas em uma só, com os mesmos princípios morais, religiosos ou econômicos.

Ainda considerando o grupo social, uma cultura se torna possível quando há agrupamentos e relações sociais. Cultura e sociedade estão imbricadas e sua manutenção ou transformação (desejável se for para o bem maior) será possível a depender das condições que

¹⁰ O condicionamento operante geralmente se refere aos métodos experimentais de Skinner em que a aprendizagem se dá pelas conseqüências produzidas por determinados comportamentos, mas também se refere ao modo como os organismos aprendem diariamente, por meio de estímulos, basicamente, reforçadores e/ou punitivos, a se comportar em diferentes contextos.

permitem que os membros de um grupo social aprendam uns com os outros e transmitam tal aprendizado ao longo do tempo. A transmissão do que foi socialmente aprendido, seja um princípio ético ou até mesmo uma prática religiosa, é fundamental para a sobrevivência das culturas. Mas, uma vez que próprio comportamento humano não é imutável, as práticas culturais também não são. Nas palavras de Skinner:

As contingências sociais também mudam à medida que o tamanho de um grupo ou seu contato com outros grupos mudam, ou à medida que as agências controladoras se tornam mais ou menos poderosas ou competem entre si, ou quando o controle exercido leva ao contra-controle na forma de fuga ou revolta. As contingências características de uma cultura podem não ser adequadamente transmitidas, portanto, a tendência de ser reforçado por um determinado conjunto de valores não é mantida. A margem de segurança ao lidar com emergências pode ser reduzida ou ampliada. Em suma, a cultura pode crescer mais forte ou mais fraca, e podemos prever o que vai sobreviver ou perecer. A sobrevivência de uma cultura surge então como um novo valor a ser levado em consideração, além dos bens pessoais e sociais (Skinner, 1971/2002, p. 104, tradução nossa).

Em uma concepção behaviorista radical, que entende a cultura como um dos níveis de seleção do comportamento e que trata de um conjunto de práticas sociais estendidas no tempo, a cultura passa a ser entendida como um meio poderoso de controle comportamental. Sobre isso, Skinner reflete:

A família do indivíduo, por exemplo, pode controlá-lo através de uma extensão das técnicas religiosas ou governamentais, pela Psicoterapia, através do controle econômico, ou como uma instituição educacional. Os grupos especiais ao qual pertence – dos grupos de brinquedos ou turma de rua, até organizações sociais de adultos – têm efeitos semelhantes. Determinados indivíduos podem também exercer formas especiais de controle. (Skinner, 1953/2003, p. 455-456).

A ideia de controle cultural implica pelo menos duas facetas – o controle por práticas de reforço social ou por punição. Uma vez que os membros de uma cultura interagem entre si e se comportam de modo operante, comportamentos considerados normais para uma cultura serão reforçados com aprovação social, garantia de direitos, acesso irrestrito aos bens culturais, etc., enquanto que os comportamentos considerados desviantes das normas culturais poderão ser punidos com aplicação de violência, exclusão social, restrição de direitos, etc. (Baum, 2005).

O estudo das práticas culturais e suas implicações na vida humana não só foram traduzidos em termos analítico-comportamentais, como também abriu espaço para uma utopia. Skinner acreditava ser possível um planejamento cultural e que seu ideal de uma

sociedade experimental não era uma utopia, no sentido de sociedade imaginária ou inviável, mas uma descrição básica de como poderíamos começar mudanças sociais. Tanto em obras de divulgação da teoria (Skinner, 1953/2003, 1971/2002, 1974), quanto em obras de ficção (Skinner, 1948/1978), o ideal skinneriano de um planejamento cultural se dava pela valorização do conhecimento científico acumulado, pelos fundamentos do Behaviorismo Radical e pela defesa de que tal conhecimento poderia ser útil na resolução de problemas sociais.

A ideia de planejamento cultural se deu pela preocupação com o futuro do mundo – devastação ambiental, consumismo, superpopulação, desigualdade social e econômica, etc. Skinner (1948/1978) descreveu uma comunidade fictícia em que a ciência do comportamento poderia ser utilizada para evitar um colapso global, identificar e solucionar problemas sociais e para ajudar seus membros a serem mais criativos e produtivos em prol de sua sobrevivência. Na obra *Walden Two* a comunidade fictícia é descrita como igualitária e seu funcionamento é garantido por cientistas do comportamento que planejam e conduzem diversas atividades, tais como: o trabalho (não exaustivo ou abusivo), as ciências e as artes (constantemente incentivadas) e as práticas interativas entre seus membros com vistas a minimizar possibilidades de controle coercitivo.

Por meio do diálogo das personagens e da descrição da comunidade ideal é possível notar diversas posições de Skinner sobre o desenvolvimento cultural em uma sociedade planejada. Por exemplo, considerando a arte como um meio possível para o avanço cultural, o personagem Frazier diz que o ambiente social poderia se revelar como uma oportunidade real para os jovens artistas e não apenas oferecer ganhos e incentivos que mantêm o interesse pela arte em um curto prazo. Isso porque, em geral, os artistas precisam alcançar recursos para sua subsistência em um mundo competitivo e coercitivo, cujo ambiente é propício às rivalidades e às brigas por poucas posições lucrativas. O mesmo vale para a ciência e para a vida do jovem cientista, com o adicional de que Frazier defende que em uma cultura planejada a experimentação é incentivada e valorizada não para reforçar o *status* particular do cientista, mas sim para o desenvolvimento e manutenção de uma ética experimental em prol do bem comum e sobrevivência da cultura. O planejamento cultural passa a ser possível quando a ciência, preocupada com o bem de todos, está aliada à política; trata-se da ciência de governar e para isso uma engenharia comportamental seria útil. Esta obra, embora fictícia, transmite uma intenção em usar os crivos da ciência para planejar culturas em larga escala. *Walden Two* seria uma espécie de experimento piloto, em escala menor com dimensões controláveis, antes de passar para uma escala maior (Skinner, 1948/1978).

Mas mesmo defendendo uma concepção científica, Skinner (1953/2003) ponderou que a compreensão da natureza humana pelo crivo científico gerou também determinadas contradições. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento da ciência pode ajudar a diminuir a mortalidade da população, cria também condições para que, em decorrência das guerras, toda uma população seja exterminada. “O poder do homem parece ter aumentado desproporcionalmente à sua sabedoria” (p. 4), diz Skinner ao refletir sobre a irresponsabilidade com que a ciência e seus produtos têm sido tratados. Ou ainda:

Em face desta condição aparentemente desnecessária, homens de boa vontade encontram-se desamparado ou com medo de agir. Alguns são tomados de profundo pessimismo. Outros atacam cegamente numa contra-agressão, em grande parte dirigida contra a ciência. Despojada de sua posição de prestígio, desacredita-se a ciência como arma perigosa nas mãos de pessoas que não a entendem. Em qualquer época é sempre a mais conspícua de suas características responsabilizada pelas dificuldades; no século XX é a ciência que desempenha o papel de bode expiatório. Mas o ataque não é inteiramente injustificado. (Skinner, 1953/2003, p. 4).

1.3 O compromisso ético-político: a questão do controle

Na obra “Sobre o Behaviorismo”, Skinner (1974) inicia a exposição desta filosofia apontando 20 ideias falsas sobre o behaviorismo ou a ciência do comportamento. No décimo oitavo tópico ele destaca a crença de que o behaviorismo “é necessariamente antidemocrático porque a relação entre o experimentador e o sujeito é de manipulação e seus resultados podem, por essa razão, ser usados pelos ditadores e não pelos homens de boa vontade” (p. 8). Este tipo de crítica iniciou-se na época em que Watson, a partir de seu manifesto, atacou o estudo introspectivo da vida mental, que era tão presente nas perspectivas psicológicas que enfatizavam os aspectos subjetivos e interiores do sujeito. As críticas recebidas por Watson perduram até a atualidade, mesmo com novos posicionamentos de outros autores do behaviorismo e mesmo com os progressos da ciência do comportamento. Skinner sabia que a ciência, de modo geral, era mal compreendida, sobretudo por não se entender muito bem o que ocorre em sessões experimentais e por não se ter notícias claras sobre os esforços éticos da comunidade científica.

Além das confusões entre os ideais de Watson e Skinner e da má compreensão sobre a ciência do comportamento, é possível que o falso entendimento de que a Análise do Comportamento é antidemocrática esteja relacionada com o uso da expressão “controle” nas diversas obras dos behavioristas. Carrara (2005) explica que o próprio Skinner não fez um trabalho exaustivamente conceitual sobre o controle e falou sobre o assunto muitas vezes de

modo provocativo, o que pode ter aumentado as críticas. Mas, de modo geral, Skinner informava que o controle poderia ser entendido como uma relação de influência entre eventos ou, em outras palavras, como um conjunto de eventos associados à determinação do comportamento e que o comportamento em si também é uma forma de controle. A ideia é a de que estamos sob controle de nossa história genética e ambiental, mas, ao mesmo tempo, como condição para nossa sobrevivência, também somos capazes de controlar o mundo ao nosso redor.

Assim, a vida neste planeta passa a ser marcada por diversas formas de controle, entre elas, as forças da natureza que controlam nosso comportamento de buscar abrigo ou conforto ou os arranjos da cultura que controlam os papéis que devemos desempenhar para reduzir as chances de punição ou aumentar as chances de aprovação social. É importante destacar que nós agimos sobre a natureza ou sobre a cultura e nossas ações controlam, por assim dizer, tanto os prejuízos que causamos à natureza quanto ajudam a amenizar os efeitos de um evento natural, ou, ainda, nossas ações podem controlar as práticas de um povo, seja perpetuando ou transformando os padrões culturais.

Ciente de que a palavra “controle” tem significados diversos, inclusive quando é empregada no Behaviorismo Radical, Carrara (2005) buscou apresentar alguns significados do controle a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, a fim de amenizar confusões. Em um primeiro entendimento o controle está relacionado com o planejamento e programação metodológica de uma determinada pesquisa. Assim, o controle está mais relacionado à manipulação de variáveis, inclusive no sentido de eliminação ou redução de variáveis estranhas.

O segundo modo de se compreender o controle, de acordo com Carrara, refere-se ao contexto das relações interpessoais. Behavioristas radicais entendem que, seja de modo consciente ou não, vivenciamos contingências que determinam os comportamentos das pessoas, ou seja, controlamos uns aos outros. Estes controles ocorrem não só quando há relações coercitivas, mas também quando nas relações estão inclusos eventos reforçadores ou discriminativos. Neste ponto, até mesmo as agências institucionais são construídas de modo a deter o poder de controlar o comportamento humano e as relações que uns estabelecem com os outros, seja por meio de recomendações, determinações legais ou proibições de natureza moral ou religiosa.

Ainda referente às relações interpessoais, é importante acrescentar que Skinner (1953/2003) apontou para um tipo de controle com vistas ao benefício próprio efetuado pelo próprio indivíduo. Este tipo especial de atuação no mundo é conhecido como “controle

pessoal” e depende do repertório de habilidades do indivíduo em gerar variáveis importantes para que o ambiente à sua volta mude e que tal mudança afete o indivíduo de volta. Um exemplo disso seria um homem forte e bonito que, cômico de que suas qualidades são aprovadas por seu meio, estabelece relações distribuindo reforços, tais como companhia afetiva e sexual e proteção, para manipular o mundo a sua volta e se beneficiar. Em todo caso, Skinner afirmou que o controle pessoal não é tão poderoso quanto o controle das agências institucionalizadas, pois um indivíduo não possui repertório suficiente para ser o único a alterar as variáveis que afetam outras pessoas.

Por fim, Carrara (2005) apresenta o terceiro sentido dado ao controle, mostrando que ele está também relacionado com as situações terapêuticas ou com as técnicas de modificação do comportamento. Neste contexto as críticas surgem pela crença de que o analista do comportamento decidirá tudo o que deverá acontecer na vida das pessoas; os pacientes seriam apenas as marionetes dos psicólogos. Os críticos veem o controle como uma arma e os analistas do comportamento como poderosos autorizados a usá-la deliberadamente. Apesar das críticas, Carrara diz que o controle exercido em psicoterapias analítico-comportamentais dependerá tanto do preparo técnico quanto da formação ética do analista. Essa formação ético-técnica deveria acontecer de tal modo que os psicoterapeutas, nas relações com seus pacientes, preocupar-se-iam em não prometer ou estabelecer objetivos terapêuticos cujos parâmetros são aqueles baseados na vida pessoal do Psicólogo.

Neste ponto da discussão, vemos que a formação ético-técnica, por meio de perspectivas mais reflexivas e críticas, poderia ser uma grande aliada na redução de práticas psicoterapêuticas com pessoas gays ou lésbicas baseadas em princípios morais, religiosos ou baseadas nos valores pessoais do psicoterapeuta que reproduzem o ideal heterossexual.

Com o que foi apresentado até o momento, Carrara diz que a ênfase no controle é o que levanta a visão de que a Análise do Comportamento estaria sempre a serviço do poder dominante, sendo, então, reacionária a partir da ideia de que os princípios do controle seriam usados por instituições a fim de dominar a maioria da população. Ou, ainda, a Análise do Comportamento seria antidemocrática, pois suas técnicas estariam sempre a favor de uma minoria privilegiada em termos políticos e econômicos, não estando, assim, ao alcance de classes desfavorecidas.

Carrara aproveita a crítica para discutir que, de fato, o conhecimento e o uso que se faz sobre o controle está mais acessível aos grupos dominantes, mas isso não é uma exclusividade dos saberes da Análise do Comportamento. Por conta da atual organização política e

econômica os grupos dominantes podem acessar mais facilmente qualquer conhecimento ou tecnologia. Diante disso, Carrara reflete:

O que resta à grande maioria da população – e é o que se parece procurar hoje, especialmente no Terceiro Mundo – é apoderar-se, por ações coletivas, dos mecanismos de controle disponíveis e do conhecimento científico produzido, para estabelecer formas de contracontrole e criar mecanismos de defesa para a equalização de condições de sobrevivência social digna para todos (Carrara, 2005, p. 287).

A defesa de Carrara é pelo estudo do controle. Estudá-lo não para fortalecer políticas reacionárias, antidemocráticas ou despóticas, pois a história da humanidade já se mostra repleta deste tipo de controle, que é aversivo sobretudo para as classes ou grupos menos favorecidos. Estudar o controle pode gerar novas oportunidades para o desenvolvimento de saberes e práticas de contracontrole, ou seja, aprender comportamentos que visem a prevenir, combater ou atenuar práticas aversivas ou exploratórias produzidas por agências de controle já institucionalizadas.

Somado a isso, é conhecido que os psicólogos, analistas do comportamento ou não, estão inseridos em um sistema cultural em que as agências de controle exercem certo poder que os tornam instrumento de manipulação e exploração. Os psicólogos assim atuam, muitas vezes, por forças de controle aversivo, mas nem sempre estão cientes de tais forças. Holland (1978) explica que, no cenário da psicologia, nem sempre a procura dos serviços dos psicólogos é determinada pelo sofrimento dos pacientes, mas pelos interesses de uma clientela que paga pelos serviços deles quando estão interessados em uma intervenção sobre o comportamento de outras pessoas (e.g.: mudar o comportamento do estudante, empregado, prisioneiro, etc.) e não sobre um sistema mais amplo (e.g.: transformar a Educação, Trabalho, Sistema Prisional, etc.). E os psicólogos aceitam, sem crítica, porque a atuação com indivíduos, evidentemente, está repleta de reforços contingentes¹¹ e porque tais psicólogos também pertencem à uma determinada comunidade (leiga e científica) que os controlam com o ideal do mérito individual e os treinam para usar a psicologia muito mais no tratamento da particularidade interna do sujeito do que nas condições de vida dele. Sobre este último ponto, Holland (1978) diz:

O mito das causas internas é fomentado por causa do reforço fornecido à elite e por causa do papel do mito na manutenção do sistema atual. Dizem que aqueles que estão na hierarquia do poder ascenderam através de grandes méritos

¹¹ Diz respeito aos eventos consequentes a um comportamento (ou classe de comportamentos). Tal consequência, se for reforçadora, possui propriedades que contribuem para a manutenção e fortalecimento do comportamento ou de um padrão comportamental.

personais. Os ricos eram livres para usar seus recursos internos, a sua vontade, a sua determinação, sua motivação, sua inteligência para chegar a seu nível elevado. Causas internas servem de justificativa para aqueles que lucram com a desigualdade (p.170, tradução nossa).

Holland (1978) também nos ajuda a entender que as contingências de nossa vida são amplamente definidas e planejadas pelas instituições sociais, as quais se configuram em sistemas que são parte do nosso ambiente histórico e cultural, afetam nosso comportamento, muitas vezes por meio de controle coercitivo. Se as pessoas de uma sociedade são infelizes, se são pobres, se estão privadas, então são as contingências incorporadas nas instituições, no sistema econômico e no governo, que devem mudar. A ideia geral é que é preciso mudar contingências para mudar o comportamento. Sistematizar mudanças nas contingências, sobretudo nas aversivas, significa também conhecer os mecanismos de controle, conforme também incentivado por Carrara (2005).

A reflexão de Holland se estende para o seguinte argumento:

Se a igualdade social é um objetivo, então todas as formas institucionais que mantêm a estratificação devem ser substituídas por formas que assegurem igualdade de poder e igualdade de status. Se a exploração deve cessar, formas institucionais que assegurem a cooperação devem ser desenvolvidas. Assim, a análise experimental fornece uma justificativa de apoio para o reformador que se propõe a mudar de sistema (Holland, 1978, p. 170, tradução nossa).

Obviamente as contingências que visam à igualdade social encontram obstáculos e desafios, pois, se algum controle sempre estará envolvido em determinadas contingências, nem sempre os interesses de quem controla serão iguais aos de quem é controlado. Em outras palavras, visando a um certo controle político, o interesse dos governantes é igual ao da população em geral? Ou ainda, considerando as questões éticas da profissão, o interesse dos psicólogos é igual ao de seus pacientes ou clientes? Estas perguntas não são tão fáceis de serem respondidas e esgotadas, mas revelam as contradições em torno das questões do controle.

Ainda refletindo sobre o controle coercitivo e suas influências na vida das pessoas, Skinner (1953/2003, 1974) e Sidman (1989/1995), baseados em seus estudos sobre a punição, advertiram os analistas do comportamento sobre o uso de qualquer técnica punitiva utilizada nas pesquisas, na psicoterapia e, conseqüentemente, na vida cotidiana. Eles defenderam que há efeitos colaterais danosos como consequência das técnicas punitivas para quem for punido e uma certa perpetuação de tais técnicas entre aqueles que a utilizam, sobretudo por conta de seus efeitos imediatos. Em outras palavras, o ato de punir pode ser perpetuado, pois, ao

controlar coercitivamente o outro, o comportamento indesejado tem sua frequência de ocorrência no futuro diminuída, mantendo, assim, o comportamento coercitivo do punidor que poderá se inclinar muito mais no uso de técnicas punitivas no futuro. Mas os efeitos sobre as vítimas da punição podem ser muito mais danosos; geralmente, expressados em seus aspectos comportamentais, tais como: respostas de ansiedade generalizada, respostas de fuga ou esquiva, redução do repertório comportamental relacionado com o comportamento punido, reações na forma de contracontrole etc.

Além do mais, os efeitos danosos ao indivíduo ou relacionados a um contexto menor justificam, certamente, o posicionamento contrário dos analistas do comportamento às práticas coercitivas, mas não é só isso. Um reflexão mais ampla nos leva ao entendimento das agências de controle, principalmente nas formas de políticas e religiões, e até mesmo nos campos das ciências e da psicologia, ao estipularem o que é certo ou errado, digno ou indigno, legal ou ilegal, santo ou pecaminoso, patológico ou saudável, definem também o destino das pessoas ou grupos. Quando as pessoas ou grupos funcionam conforme os preceitos das agências de controle, elas são aceitas, socialmente reforçadas e controladas de modo a perpetuar seus padrões. Quando outras pessoas ou grupos não correspondem aos ideais das agências controladoras, elas podem sofrer com exclusão social, repulsa, prisões ou morte. E a outra preocupação com o uso das técnicas coercitivas em escala maior se dá pelo entendimento de que seus efeitos sobre os outros garantem sua sofisticação com o passar do tempo e não uma ruptura, ou supressão, em prol de uma sociedade com saberes e práticas não coercitivas.

1.4 Perspectivas analítico-comportamentais sobre a homossexualidade

Atendendo ao objetivo de demonstrar e discutir os posicionamentos da Análise do Comportamento sobre o tema da homossexualidade, este tópico apresenta um levantamento histórico sobre os primeiros trabalhos¹² com sujeitos homossexuais publicados em revistas sobre behaviorismo ou terapia comportamental e/ou divulgados por pesquisadores behavioristas ou analistas do comportamento.

Os apontamentos históricos contidos neste tópico sobre a relação entre homossexualidade e Análise do Comportamento se justificam pelo suporte didático e crítico que a história nos dá para compreendermos determinadas práticas, sobretudo as práticas das

¹² Estes trabalhos, em grande parte norte-americanos, foram encontrados na base de dados APA PsycNET.

ciências. Para tanto, recorre-se novamente a Hobsbawm (1998/2005) para reafirmar a importância de ter a história como aliada do pesquisador. Não se trata de acessar a história de forma utilitária, pois ela não pode fornecer resoluções tão práticas para o cotidiano e nem oferecer previsões tão acuradas sobre o futuro; ela pode apenas sinalizar problemas que provavelmente teremos que resolver e quanto a isso, um estudo histórico merece nossa atenção. A história se torna uma aliada na pesquisa quando o pesquisador acessa determinadas fontes, reconta a história de seus objetos e, em decorrência disso, adquire uma compreensão ampla de como as fontes e seus objetos de pesquisa estão vinculados a determinados contextos socioculturais e políticos. Além disso, é o exercício histórico o que possibilita um olhar crítico sobre os fenômenos estudados.

Com estas palavras, passamos então a apresentar e discutir como a homossexualidade foi examinada a partir da perspectiva analítico-comportamental. Cabe aqui mencionar que a sexualidade humana não foi um construto amplamente investigado por autores clássicos do Behaviorismo e nem se constituiu em aspecto fundamental nos modelos explicativos behavioristas, tais como observou-se nos trabalhos psicanalíticos de Sigmund S. Freud (1856-1939). Porém, em uma rara menção à homossexualidade em uma das obras de Skinner, temos a seguinte passagem:

Em um procedimento experimental para o tratamento da homossexualidade, o paciente ocasionalmente recebe um choque elétrico enquanto observa fotos de pessoas do mesmo sexo, mas não fica traumatizado, e pode até mesmo ser reforçado positivamente, enquanto observa fotos do sexo oposto. A maneira como o paciente se sente em relação aos sexos muda à medida que as respostas emocionais são condicionadas, mas as mudanças no comportamento operante são os principais objetos da terapia: o paciente deve evitar certos tipos de relações com membros do mesmo sexo e abordar os membros do sexo oposto mais livremente (Skinner, 1968/2003, p. 196, tradução nossa).

Contextualizando esta citação, a menção feita por Skinner sobre o “tratamento da homossexualidade” está em sua obra *The Technology of Teaching* e se deu como um exemplo das técnicas de dessensibilização (formas de enfrentar gradativamente um estímulo aversivo) utilizadas em algumas psicoterapias, mas que alguns professores se mostravam interessados em aplicar em seus alunos. A passagem sobre a homossexualidade acontece de uma forma acessória, por assim dizer; apenas como um dos exemplos dos procedimentos de mudanças de respostas. Não há qualquer problematização em torno do tema. Por se tratar de uma obra de 1968, observa-se que a perspectiva de Skinner estava alinhada com o momento histórico e político em que as ideias predominantes entre os profissionais da saúde eram as de que a homossexualidade era um comportamento problemático, uma doença e um desvio passível de

reversão. Este tipo de perspectiva se tornou presente nas décadas de 1960 e 1970 em conjunto com a expansão das técnicas de modificação do comportamento.

De acordo com Franks (1996/2008), embora se reconheça que a modificação do comportamento seja um empreendimento antigo, usado no passado de modo intuitivo e sem a sistematização encontrada nas terapias comportamentais, é a partir da década de 1950 que pesquisadores e terapeutas começaram a compilar dados sobre tais procedimentos. Em todo caso, as técnicas de modificação do comportamento possuem muitas origens, tais como os estudos sobre condicionamento reflexo de Pavlov e os princípios da aprendizagem de Hull. Em 1960, houve a ascensão da terapia comportamental baseada em técnicas de modificação do comportamento e os terapeutas afinados com esta perspectiva enfrentaram muitas críticas, sobretudo porque se posicionavam contrários aos métodos das terapias psicodinâmicas¹³, que eram os predominantes nos campos da saúde mental.

A ascensão das técnicas comportamentais após a segunda metade do século XX também se deu por seus compromissos e afinidades com os respeitáveis métodos de investigação e intervenção das ciências naturais. A tradição da produção de conhecimento nas ciências naturais foi marcada por invenções de instrumentos e por procedimentos sistemáticos de medidas; o alcance da objetividade científica era a ambição dos que se pretendiam cientistas (Danziger, 1997).

Para o emprego das técnicas de modificação do comportamento alguns pesquisadores inventaram instrumentos de medidas e aparelhos tecnológicos específicos para fornecer dados empiricamente comprováveis sobre os padrões de respostas que posteriormente seriam passíveis de modificação. Como exemplo de uma das primeiras engenhocas e técnicas inventadas para trabalhos com foco em respostas sexuais está o aparelho de captação de respostas penianas de Kurt Freund.

Freund (1963) publicou um artigo para expor seus trabalhos relacionados à orientação sexual em que utilizou a tecnologia de seu aparelho de mensuração de respostas penianas, o pletismógrafo penil (PPG). Este aparelho contém uma fita elástica com mercúrio em seu interior e é colocada em volta do pênis. Trata-se de uma fita sensível a qualquer mudança na circunferência peniana e tais alterações são registradas por um gravador de dados. No método de investigação sexual de Freund algumas imagens de homens e mulheres nus eram expostas aos participantes masculinos enquanto o PPG estava ligado em seus pênis. Em decorrência

¹³ Atividades terapêuticas cujas teorias consideram estruturas psíquicas, forças psicológicas, motivações conscientes e inconscientes no desenvolvimento dos comportamentos. Com esta perspectiva, o terapeuta ou analista atua em prol do desvelamento dos mecanismos psíquicos relacionados às experiências dos sujeitos.

dos estímulos poderia ocorrer ereções e os dados registrados eram utilizados para se concluir sobre a sexualidade dos sujeitos. No padrão de ereção homossexual, por exemplo, a excitação de um homem a estímulos masculinos adultos deveria exceder em comparação com a apresentação de estímulos femininos adultos. Defendeu-se então que o PPG seria uma medida importante e cientificamente aceita para o exame da sexualidade humana.

Engenhocas como o PPG eram utilizadas como parte dos processos de intervenção em comportamentos considerados problemáticos e com vistas a manter a objetividade científica. Para Franks (1996/2008), a partir do ponto de vista das ciências tradicionais, as técnicas de modificação do comportamento alcançariam muito mais sofisticação metodológica com o uso de instrumentos tecnológicos. Mas não só isso, pois ainda era necessário que a completude dos procedimentos de intervenção atendesse às demandas científicas. Em meio a estes procedimentos, ganha destaque o condicionamento clássico e as técnicas que se desdobraram a partir deste modelo explicativo, tais como a terapia aversiva e a dessensibilização sistemática.

Um exemplo de trabalhos de reversão da homossexualidade por meio de princípios do condicionamento é o tratamento defendido por MacCulloch e Feldman (1967) em que fizeram uma compilação e divulgação de seus trabalhos anteriores realizados ao longo de três anos. Nesta compilação estão os resultados das técnicas da terapia aversiva aplicadas em 43 sujeitos, jovens e adultos, identificados como homossexuais, sendo que 18 deles foram encaminhados ao tratamento pelo Departamento de Psiquiatria de Crumpsall, em Manchester, na Inglaterra.

O procedimento empregado por MacCulloch e Feldman (1967) foi baseado em técnicas de condicionamento em que o paciente observava um *slide* com imagens de homens e era instruído a passar o *slide* para uma próxima imagem caso a atual lhe fosse atraente. Neste procedimento o paciente não poderia demorar mais que oito segundos para passar o *slide*, caso contrário levaria um choque. Se ele passasse o *slide* dentro do período de oito segundos, evitava o choque. O circuito utilizado podia ser manipulado pelo terapeuta a fim de que algumas tentativas do paciente de evitar o choque fossem frustradas e outras fossem negativamente reforçadas com a remoção imediata dos choques. Ao longo das sessões terapêuticas, slides com imagens de mulher eram apresentadas de modo aleatório e permaneciam na tela por 10 segundos assim que o *slide* com a imagem de homem era retirado. Por meio de um dispositivo próximo ao paciente ele podia pressionar um botão para solicitar um *slide* feminino se assim desejasse, mas seus comandos também podiam ser manipulados pelo terapeuta. Os slides com imagens de homens e mulheres foram montados

pela primeira vez pelo paciente em uma hierarquia de atratividade. As imagens de homens eram apresentadas da menos atraente até a mais atraente e as imagens de mulheres eram apresentadas de modo contrário. O estímulo aversivo incondicionado (choque) era fornecido por uma bobina de indução de 12 volts. Aproximadamente 24 apresentações de slides foram usadas por sessão e cada sessão durava cerca de 20 a 25 minutos. Em média, cada paciente recebeu de 18 a 20 sessões de tratamento. O tratamento foi continuado até que ocorresse uma mudança do interesse sexual ou ficasse claro que nenhuma mudança era provável.

Por meio das técnicas e procedimentos de MacCulloch e Feldman (1967), os resultados foram que, dos 43 participantes, 25 apresentaram resultados descritos como bem-sucedidos, ou seja, demonstraram reversão da homossexualidade, enquanto que 11 não apresentaram mudanças no comportamento homossexual e 7 deles não concluíram todas as sessões de terapia. O tempo de terapia e exposição às técnicas e procedimentos de MacCulloch e Feldman durou aproximadamente dois anos para os 25 participantes que tiveram seu comportamento sexual modificado, contra os 11 participantes que ficaram envolvidos com o tratamento por menos de um ano. É importante ressaltar que o que determinou a avaliação dos casos classificados como bem-sucedidos foi a narrativa dos pacientes e suas respostas em escalas de comportamento sexual em que os pacientes relataram estar em relacionamentos heterossexuais satisfatórios e com redução de fantasias homossexuais. Os autores ainda consideraram que a história de vida destes pacientes foi relevante para os resultados, ou seja, a história prévia de vida foi considerada como uma variável prognóstica do sucesso porque identificaram que em algum momento da vida dos pacientes houve interesse e prática heterossexual antes de se submeterem ao tratamento. Mas além disso, os autores defendem que o sucesso atribuído aos 25 casos com a homossexualidade revertida em heterossexualidade se deu pelos procedimentos e técnicas da terapia aversiva e pelo seguimento completo do programa de tratamento.

O trabalho de MacCulloch e Feldman (1967) é focado no comportamento entendido como problemático e descrito em linguagem extremamente objetiva e numérica atendendo, assim, às exigências científicas da época. Não há qualquer problematização ética em torno do tratamento executado por meio de técnicas aversivas e nem ponderações sociais ou políticas em torno do tema da homossexualidade. Neste trabalho, há uma clara visão patológica da homossexualidade, sendo esta visão compatível com o olhar das ciências biológicas e da saúde no período anterior à retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais na década de 1970.

Em meio às práticas das terapias de reversão da homossexualidade, outros autores, mesmo que de modo mais tímido e pouco convincente, questionavam intervenções comportamentais e refletiam sobre outras possibilidades de compreensão do sujeito homossexual. No estudo de Miller, Bradley, Gross e Wood (1968) houve uma revisão de trabalhos ao longo dos anos de 1960 que alegavam a reversão da homossexualidade, mas com resultados de sucesso mais baixos em comparação com os resultados de fracasso ou de abandono dos programas por parte dos pacientes. Os autores identificaram que os sujeitos das pesquisas que apresentaram “sucesso” na reversão da homossexualidade já possuíam histórico de práticas heterossexuais, eram mais jovens e buscaram as intervenções por conta própria. Eles ainda defendem que as patologias apresentadas por homossexuais não diferiam das apresentadas por heterossexuais e que a terapia do comportamento deveria ser feita para treinamento de habilidades assertivas e redução da ansiedade e desconforto social relacionados à homossexualidade e não à reversão dela.

Como veremos adiante, este tipo de perspectiva não teve o alcance esperado para aquela época. Mesmo com a mudança de perspectiva entre médicos e psicólogos na década de 1970, ainda foi possível observar que muitos outros trabalhos de reversão da homossexualidade foram empregados a partir do diagnóstico de que se tratava de uma patologia a ser curada. Este é o caso do trabalho de Marshall (1979). O tema central deste trabalho foi a mudança do comportamento sexual desviante. A homossexualidade foi apresentada pelo autor como mais um padrão de respostas passível de reversão dada sua característica desviante tal como a pedofilia e o fetichismo. O objetivo foi demonstrar a eficácia da terapia de saciedade em tratamentos desta natureza.

A terapia de saciedade é um tipo de procedimento em que o paciente é incentivado a se saciar, durante as sessões, de alguma de suas necessidades. No caso do trabalho de Marshall (1979) os pacientes foram incentivados a se masturbar enquanto verbalizavam sobre suas fantasias a partir de categorias indicadas pelo terapeuta a fim de que se reduzisse a expressão dos desvios e as chances de ocorrerem tais comportamentos desviantes fora do ambiente terapêutico. Este trabalho, ao focar os achados no tratamento da pedofilia e do fetichismo, apresentou, mesmo que indiretamente, um ideal de sexualidade saudável marcado pela heterossexualidade. Nenhum dos pacientes mencionados na pesquisa se declarou exclusivamente homossexual, mas em um dos casos o paciente relatou práticas homossexuais enquanto esteve detido em uma prisão. O autor falou pouco sobre a homossexualidade deste paciente e demonstrou certa neutralidade ao citar este fato. Mas a temática da homossexualidade foi tratada com a mesma discussão sobre a pedofilia e o fetichismo, ou

seja, esteve, mesmo que indiretamente, relacionada com “desvio sexual” ou algum tipo de transtorno passível de tratamento e mudança. O autor também citou um trabalho em que se praticou o recondicionamento orgásmico com paciente homossexual referindo-se apenas ao sucesso da mudança do comportamento, sem problematizações éticas ou sociais.

Trabalhos como os de MacCulloch e Feldman (1967) e Marshall (1979), ou seja, estudos e terapias focados nos resultados da mudança do comportamento homossexual, continuaram acontecendo, mas outras questões começaram a ser levantadas. Tanto que, no início da década de 1980 um trabalho relacionado ao campo da Análise do Comportamento foi publicado com a almejada discussão ética sobre as possibilidades de reversão da homossexualidade, mas, como veremos, não apresentou uma visão crítica sobre a homossexualidade como um fenômeno comportamental com implicações socioculturais e políticas; tratando o tema como mais um comportamento problemático passível de ajustes e higienização. Este foi o trabalho de McConaghy, Armstrong e Blaszczynski (1981) e nele há uma discussão sobre os supostos problemas éticos relacionados às terapias comportamentais que visavam à reversão sexual.

Os autores defenderam que não era possível alterar uma orientação homossexual, mas que, para alguns aspectos, tais como um comportamento homossexual compulsivo, as terapias comportamentais eram úteis e as discussões éticas em torno do tema estariam atrapalhando os avanços da área. Para tanto, estes autores replicaram, mesmo após os posicionamentos contrários das Associações de Psiquiatria e Psicologia sobre o tema, estudos e tratamentos baseados nas terapias aversivas e na dessensibilização com vistas a reverter a homossexualidade. Notaram que houve uma tendência consistente na redução de “impulsos homossexuais compulsivos”, mas não em relação à homossexualidade como sendo um padrão comportamental mais complexo do sujeito. Assim, as terapias comportamentais poderiam ser úteis para que os pacientes tivessem uma oportunidade de experimentar sua homossexualidade controlando alguns comportamentos associados a ela e que poderiam atrapalhar suas vidas.

McConaghy, Armstrong e Blaszczynski (1981) consideraram, então, que as terapias comportamentais não alteravam a orientação sexual dos sujeitos, mas ajudavam a reduzir respostas compulsivas cujo controle, muitas vezes, era perdido pelos sujeitos. A discussão feita neste trabalho estava relacionada aos supostos avanços das ciências comportamentais que, para eles, muitas vezes eram impedidos por conta das discussões éticas. Vale ressaltar que, para estes autores, a homossexualidade não era revertida de modo eficaz e consistente, mas alguns padrões compulsivos podiam ser controlados. Ao longo o texto o “comportamento compulsivo” descrito pelos autores dizia respeito às experiências homossexuais com

excitação antecipada quando os pacientes estavam em alguns locais, tais como baladas ou banheiros públicos, e “não conseguiam” controlar suas vontades. Mas desconsideraram a possibilidade de o denominado “comportamento compulsivo” ter sido, na verdade, uma prática erótica possível entre pessoas que vivenciavam uma alta vigilância de suas sexualidades e ameaças de punições. Encontros sexuais em baladas ou em banheiros públicos foram vistos por estes autores como comportamentos problemáticos passíveis de modificação ou higienização e não como um padrão comportamental de escape das condições coercitivas do cotidiano que poderiam impedir suas expressões sexuais.

Posteriormente, o trabalho de Malott (1996) apresentou uma possibilidade de discutir sobre a homossexualidade a partir de uma visão analítico-comportamental sem que para isso se mantivesse o foco na mudança do comportamento-problema. Este autor se propôs a explicar as causas da homossexualidade considerando as contingências de reforço e punição como determinantes dos padrões comportamentais identificados pela cultura como sendo homossexuais. Esta perspectiva extrapola ambições anteriores de explicar os comportamentos, sobretudo os considerados problemáticos, pela via exclusiva da biologia ou genética.

Malott (1996) não desconsidera a biologia como variável importante na aquisição e manutenção dos comportamentos, apenas se preocupou, assim como fez Skinner, com o uso da biologia para explicar e esgotar qualquer discussão por outras perspectivas. Contudo, a discussão levantada por Malott é a de que nós, humanos, temos em nossa constituição biológica uma ampla suscetibilidade à estimulação sexual, mas são as condições ontogenéticas e culturais que vão selecionar, por assim dizer, ao longo de nossa história, os modos como expressamos nossa sexualidade. Há então uma possibilidade de explicar a “heterossexualidade”, “homossexualidade” ou “bissexualidade” pela via da aprendizagem, mas em culturas internalistas como a nossa ainda é difícil considerar que nossos princípios sexuais sejam aprendidos, pois eles nos parecem muito naturais.

Embora tenha enfatizado que a orientação sexual se dá pela aprendizagem de valores sexuais ao longo da história das pessoas e da cultura, Malott (1996) levanta uma problematização em torno do tema, mas sua posição fica ambígua. Primeiramente ele levanta a questão sobre as perseguições e punições sobre aqueles que apresentam “sexualidades alternativas”, posteriormente diz que para evitarmos problemas decorrentes do preconceito temos em nossas mãos duas possibilidades: ajudar gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais a adquirirem estilos de vida sexuais tradicionais ou ajudar estas pessoas a resistir às opressões da maioria tradicional. O autor não se posiciona, não fica claro se ele defende a reversão da

homossexualidade ou se apoia a luta por direitos, apenas conclui dizendo que todos os envolvidos podem desenvolver uma sociedade mais tolerante.

Como vimos, até agora e por meio de trabalhos específicos, a homossexualidade como objeto de investigação e tratamento pelas vias da Análise do Comportamento já foi compreendida de modos diferentes, mas com predomínio de visões baseadas em “comportamento-problema” passível de reversão. Tal postura é coerente, por assim dizer, com o momento histórico anterior à retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais pelos principais órgãos da saúde – lembrando que a formalização da despatologização ocorreu apenas em 1973 pela Associação Americana de Psiquiatria, em 1975 pela Associação Americana de Psicologia e na década de 1990 pela Organização Mundial da Saúde. Vale lembrar que somente em 2009 a Associação Americana de Psicologia publicou estudo analisando e considerando os problemas metodológicos e éticos das terapias de reversão da homossexualidade. Ainda assim, em decorrência de diversos contextos políticos, dos mais conservadores até os progressistas, o tema continua controverso.

No Brasil, o contexto em torno da homossexualidade e as possíveis contribuições dos saberes psicológicos para sua reversão ainda geram debates. Vale lembrar, também, que só em 1999 foi que o Conselho Federal de Psicologia formalizou uma normativa (CFP 001/1999) cuja perspectiva foi a da não patologização da homossexualidade, além de orientar que Psicólogos não deveriam submeter seus pacientes aos procedimentos de reversão da homossexualidade.

Sendo assim, considerando que o conjunto de saberes e práticas da Análise do Comportamento, já se apresentou como um dos recursos da Psicologia em prol das terapias de reversão sexual e que se faz necessário a constante problematização ético-política em relação aos temas com impacto social, segue no próximo capítulo a análise das produções analítico-comportamentais brasileiras sobre a homossexualidade.

Capítulo 2 – Apresentação e análise das produções analítico-comportamentais brasileiras sobre a homossexualidade

Segue-se, neste capítulo, a análise dos textos selecionados. Trata-se, como especificado na introdução deste trabalho, de uma pesquisa bibliográfica sobre a produção brasileira de 1999 até 2019. A partir do critério de busca em que o tema da homossexualidade foi tratado pelo conjunto de saberes e práticas da Análise do Comportamento, chegamos ao total de 13 trabalhos conforme o quadro abaixo:

Quadro 1. Textos selecionados

Ano	Autores	Título da Obra	Tipo de Trabalho	Temática do Trabalho
2005	Menezes, A. B. C.	Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano	Dissertação de mestrado	Determinantes da homossexualidade - análise crítica
2006	Pedrosa, J. B.	Homofobia como prática coercitiva	Capítulo de livro	Estudo do preconceito sexual
2007	Baia, F. H.	O lugar das regras na análise das práticas discriminatórias	Capítulo de livro	Estudo do preconceito sexual
2007	Caixeta, V. C.	O preconceito em relação ao homossexual e o desenvolvimento de um repertório socialmente hábil	Capítulo de livro	Estudo do preconceito sexual
2007	Menezes, A. B. D. C., & Brito, R. C. S.	Reflexão sobre a homossexualidade como subproduto da evolução do prazer	Artigo	Determinantes da homossexualidade - análise crítica
2011	Carvalho, M. R. A., Silveira, J. M., & Dittrich, A.	Tratamento dado ao tema “Homossexualidade” em artigos do <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> : Uma Revisão Crítica	Artigo	Revisão de literatura
2011	Menezes, A. B. C.	Diferenças de gênero em crianças: uma comparação entre diferentes metodologias	Tese de doutorado	Estudo dos padrões de gênero e sexualidade
2014	Barreto, W, & Ribeiro, M. R.	Homossexualidade, coerção e homofobia em “Orações para Bobby”	Capítulo de livro	Estudo do preconceito sexual
2015	Fazzano, L. H. & Gallo, A. E.	Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento	Artigo	Estudo do preconceito sexual
2015	Menezes, A. B. C., & Carvalho Neto, M. B.	Reflexões sobre a Interinfluência entre Ciência e Política: O Caso da Homossexualidade	Artigo	Determinantes da homossexualidade - análise crítica

2016	Lima, J. A.	A homofobia e suas implicações coercitivas: um estudo de caso sob a perspectiva do agressor	Trabalho de conclusão de curso	Estudo do preconceito sexual
2018	Couto, M. L. B. S.	Preconceito sexual e de gênero como um arranjo de Contingências ontogenéticas e culturais	Trabalho de conclusão de curso	Estudo do preconceito sexual
2018	Mizael, T. M.	Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica	Artigo	Revisão de literatura

Diante dos trabalhos apresentados no quadro 1, a análise que se seguirá foi feita a partir de categorias para que fosse possível encontrar semelhanças, dessemelhanças entre os textos, bem como identificar os posicionamentos ético-políticos dos autores ou seus silenciamentos diante da temática da homossexualidade. Conforme explicitado na introdução desta pesquisa, as categorias são: 1) Definição e explicação da homossexualidade; 2) Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia); 3) Diálogo com outros autores e áreas; 4) Ponderações ético-políticas.

2.1. Definição e explicação da homossexualidade

Essa categoria visa apresentar e discutir qual é a noção de homossexualidade presente nos trabalhos investigados. Pretendeu-se, aqui, revelar se a definição e explicação da homossexualidade estão alinhadas com o conceito tradicional da orientação do desejo sexual direcionada às pessoas do mesmo sexo ou se os autores propõem uma explicação alternativa. Com isso, buscou-se identificar se entre os autores há convergências ou divergências quanto à noção de homossexualidade. Para cada texto analisado, também se buscou investigar se os autores apresentaram alguma perspectiva de que a homossexualidade é um desvio ou patologia conforme se observou em trabalhos analítico-comportamentais das décadas de 1960 e 1970.

Nesta categoria, visando certa organização textual, optou-se, em primeiro lugar, por apresentar as definições e explicações acerca da homossexualidade presente nos textos selecionados e só posteriormente efetuar a discussão e análise dos achados conforme o quadro 2.

Quadro 2. Noção de homossexualidade presente nos textos selecionados

Noção de homossexualidade	Quantidade de trabalhos	Autores
Um padrão de comportamento	4	Menezes (2005), Menezes e Brito (2007), Menezes (2011), Menezes e Carvalho Neto (2015)
Uma orientação sexual	5	Baia (2007), Pedrosa (2006), Carvalho, Silveira e Dittrich (2011), Barreto e Ribeiro (2014), Couto (2018)
Não específica	4	Caixeta (2007), Fazzano e Gallo (2015), Lima (2016), Mizael (2018)

No trabalho de Menezes (2005) é possível notar que a autora se refere à homossexualidade como “comportamento homossexual” e isso pode ser compreendido por duas razões. Em primeiro lugar, a autora busca discutir em seu trabalho as diversas formas do comportamento homossexual ao longo da história e reconhece que tratar todas as formas de comportamento homossexual a partir do termo “homossexualidade” pode gerar anacronismos com outros termos, tais como “homossexualismo” ou “sodomia”, e que, embora sejam entendidos também como homossexualidade, tais termos são cunhados a partir de determinações históricas, sociais e políticas específicas de um certo tempo, ou seja, “o termo utilizado sinaliza mais do que um conceito em si: um posicionamento sócio-político sobre o significado do comportamento homossexual” (p. 302). Em segundo lugar, o “comportamento homossexual” é, então, entendido como um padrão de comportamento sexual que acontece entre pessoas do mesmo sexo e tal padrão comportamental é desenvolvido ao longo da vida dos sujeitos, a partir da interação entre os aspectos biológicos do sujeito e dos aspectos ambientais nos quais ele está inserido.

Ainda em Menezes (2005) é possível notar uma ampla discussão sobre a não patologização da homossexualidade. De um modo geral, a autora fala sobre o comportamento homossexual como sendo um comportamento determinado como qualquer outro e o funcionamento sexual, seja homo ou hétero, não pode ser descolado das normativas sociais e políticas que estabelecem e impõem a exclusividade de um padrão sexual e, ao mesmo tempo, restringem múltiplas formas de prazer às quais o corpo humano está suscetível. Além disso, a autora defende que o repertório sexual de cada sujeito se desenvolverá por meio das experiências ao longo da vida, tendo em vista que os fatores sociais e biológicos estarão presentes de forma indissociada. A defesa da autora ainda se estende para ideia de que

a prática sexual (sem alterações comportamentais relacionadas ao papel sexual e a padrões típicos de gênero) não seria restrito a um sexo específico. É importante considerar que a plasticidade do repertório sexual seja maior do que costuma ser defendido – o que é respaldado pelas hipóteses de que o sexo teria outras funções evolutivas que não a reprodução. Pode-se considerar que a exclusividade na seleção de parceiros sexuais – seja ela hétero ou homossexual – seria, na realidade um produto cultural. (Menezes, 2005, p. 322-323).

As concepções acerca do comportamento homossexual apresentadas por Menezes (2005) estão presentes em outros trabalhos da mesma autora também selecionados para esta pesquisa. Em Menezes e Brito (2007) as autoras defendem que padrões de comportamento homossexual já foram observados em todas as espécies animais nas quais a sexualidade foi investigada, sendo tal padrão um subproduto do prazer ao qual várias espécies estão suscetíveis, pois a reprodução não é a única função do sexo. Para tanto, as autoras sugerem que “o padrão homossexual seria mais uma expressão da maleabilidade comportamental humana, resultando de predisposições genéticas interagindo com determinados elementos ambientais reguladores” (p. 136). Assim, a exclusividade sexual, seja homo, hétero ou bissexual, se dá por influência social. Neste ponto, dizem as autoras: “pode-se hipotetizar que a combinação do prazer (cuja função fez com que fosse selecionado) com regras sociais de imposição de exclusividade façam com que a maioria dos indivíduos adote, publicamente, práticas sexuais direcionadas a apenas um sexo” (p. 136).

Com isso, é possível fortalecer a ideia de que a homossexualidade não é uma patologia e deve ser vista como um padrão de comportamento que se manifesta como subproduto do prazer, tornado exclusivo por conta de padrões socialmente impostos. (Menezes & Brito, 2007).

Na obra de Menezes (2011), a autora destaca o comportamento homossexual como parte de um *continuum* no qual pode ocorrer variações que perpassam padrões “exclusivamente heterossexuais” até “exclusivamente homossexuais”, isso porque as variações neste *continuum* podem incluir não só as práticas sexuais, como também as fantasias eróticas (vivenciadas ou idealizadas). A autora defende também que a sexualidade humana deve ser vista como fenômeno complexo, constituído de diferentes padrões e funções e não apenas um padrão único e fixo de respostas sexuais. Esta tratativa incorre na necessidade de romper com a tradicional dicotomia inato *versus* aprendido, pois “a orientação sexual não seria resultante diretamente nem de fatores biológicos nem de culturais, mas suas múltiplas formas de manifestação decorreriam de diferentes interações entre estes elementos e, conseqüentemente, de diferentes percursos de desenvolvimento ontogenético” (p. 10).

Além disso, embora nesta pesquisa o foco tenha sido o estudo dos padrões de gênero, a discussão sobre o comportamento homossexual se dá pelos vínculos que ainda existem, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto no senso comum, entre gênero e sexualidade, mesmo que não tenha sido demonstrado correlação direta. Ainda assim, nesta obra, a autora não trata a homossexualidade como patologia ou desvio.

Já na obra de Menezes e Carvalho Neto (2015) há também a ideia de que a sexualidade humana é um comportamento que é adquirido e mantido pela interação dos componentes biológicos e ambientais que se complementam. E, ainda, descrevem como o termo “homossexualidade” é utilizado para se referir ao modo de ser dos indivíduos que se sentem atraídos afetiva e eroticamente por outros indivíduos do mesmo sexo. A partir de tal termo, tem se enfatizado os aspectos psíquicos e afetivos do comportamento homossexual. Porém, sendo a homossexualidade um comportamento que se dá dentro de um *continuum*, os autores ressaltam que:

A orientação sexual humana é um fenômeno complexo, tipicamente interdisciplinar, envolvendo um grande número de áreas científicas distintas (das ciências biológicas às ciências sociais), cada uma com seus métodos, critérios de investigação e objetivos, o que dificulta ainda mais o seu estudo” (Menezes & Carvalho Neto, 2015, p. 631).

Na busca por entender mais precisamente a visão sobre a homossexualidade presente na obra de Menezes e Carvalho Neto (2015), foi possível identificar que a perspectiva dos autores é a de não patologizar a homossexualidade, mas, para além disso, é uma perspectiva crítica no sentido de revelar que a ambição por dizer se a homossexualidade é uma patologia, ou não, acaba provocando pesquisas com retórica científica, mas com forte componente ideológico. Em outras palavras, os autores dizem que: “Determinantes da homossexualidade têm sido investigados dentro de um contexto sócio-político do qual tais pesquisas não podem ser desvinculadas, de modo que é da mesma sociedade da qual emergem perspectivas tidas como ‘revolucionárias’ que surgem também posturas consideradas ‘repressivas’” (pp 631-632).

Em Pedrosa (2006), o conceito e a explicação da homossexualidade se dão pela noção da orientação sexual. Este autor não apresenta uma definição sistemática sobre o termo “orientação sexual”, mas este termo se faz presente nas suas discussões sobre a homossexualidade. Para ele, “a determinação da orientação do desejo sexual independe da vontade das pessoas, motivo que não a caracteriza como uma opção” (p. 116). Este autor discute que a orientação sexual predominante na natureza é a heterossexual, mas que no caso do organismo homossexual, que tem uma atração minoritária, suas respostas sexuais são

eliciadas na presença de outro organismo do mesmo sexo. Ainda assim, para o autor, não existe consenso sobre como ocorre exatamente o processo de determinação da orientação sexual. Tal questão se encontra em aberto e pode ser estudada por diferentes níveis de seleção do comportamento, tais como: a filogênese, a ontogênese e/ou as práticas culturais. Diante disso, o autor não apresenta uma visão patológica sobre a homossexualidade e pondera que “atualmente ela é considerada uma variante natural da resposta sexual dos organismos (p. 134).

De modo similar, Baia (2007) também explica a homossexualidade utilizando o termo “orientação sexual” que, para este autor, é o resultado de condicionamentos que os sujeitos vivenciam em sua ontogenia. Tal definição e explicação está presente em uma nota de rodapé e não há outras problematizações em torno deste assunto no referido texto.

Carvalho, Silveira e Dittrich (2011) também descrevem e explicam a homossexualidade a partir do entendimento sobre orientação sexual. Estes autores se ancoram na definição da *American Psychological Association* para apresentar a orientação sexual como sendo um padrão persistente de atração emocional e/ou erótica por homens, mulheres ou ambos, podendo variar ao longo da vida dos sujeitos. Eles ainda consideram que não há consenso sobre os determinantes da orientação sexual, mas apresentam uma possível interpretação analítico-comportamental a partir da referência às reflexões de Malott (1996), para quem os seres humanos são suscetíveis a uma enorme variedade de reforçadores sexuais e que é a história de reforço e punição do indivíduo que determina formas particulares de expressão da sexualidade. Sugere-se, então, que há um importante fator de aprendizagem quando se fala em orientação sexual, mas que, em geral, ela é vista como herdada ou inata. Com isso, estes autores não compreendem a homossexualidade como uma patologia e, de certo modo, defendem uma postura ética e reflexiva diante do tema da homossexualidade. Ponderam que:

Atualmente, as recomendações institucionais de órgãos da área da saúde psicológica, tais como a *American Psychological Association* e o Conselho Federal de Psicologia, promovem a aceitação e o respeito à diversidade sexual. Essa posição apoia-se em evidências de que tentativas de mudança de orientação sexual costumam ser malsucedidas, e podem trazer riscos ao bem estar dos que são submetidos a tais procedimentos (Carvalho, Silveira & Dittrich, 2011, p. 79).

Em Barreto e Ribeiro (2014), também não há definição ou explicação alternativa sobre a homossexualidade. Estes autores se ancoram em definições já consagradas em que a homossexualidade é vista como uma expressão sexual e/ou uma preferência emocional e

erótica entre pessoas do mesmo sexo. Também não fazem uma definição sistemática sobre o que vem a ser orientação sexual, mas concordam com o entendimento da orientação sexual como a expressão de um *continuum* sexual dentro do qual diversas ocorrências podem estar presentes.

Notou-se que, de modo similar, nos trabalhos de Caixeta (2007), Fazzano e Gallo (2015) e Lima (2016) também não há definições ou explicações pormenorizadas sobre homossexualidade nem sobre orientação sexual. É importante ressaltar que tanto nos trabalhos de Barreto e Ribeiro (2014), Caixeta (2007), Fazzano e Gallo (2015) e Lima (2016) o foco de seus estudos foi a homofobia e não a homossexualidade. Nestes referidos trabalhos ainda é possível observar e interpretar que os autores não patologizam a homossexualidade quando, por exemplo, dizem que a homossexualidade é só mais uma expressão sexual dentre várias outras possibilidades, não sendo doença e sim mais um modo de se comportar (Barreto & Ribeiro, 2014), que as delimitações sobre o que é normal ou patológico na sexualidade humana são estabelecidas por uma moral dominante heterossexista (Caixeta, 2007), que a homossexualidade pode ser considerada natural por ocorrer também em diferentes espécies (Fazzano & Gallo, 2015) e que há normativas específicas, como as do Conselho Federal de Psicologia, que devem ser respeitadas e que orientam para a não patologização da homossexualidade (Lima, 2016).

Mizael (2018) também não apresenta uma noção alternativa para a homossexualidade. A autora trabalha o conceito de modo amplo, em conjunto com o de orientação sexual, sendo que, para ela, a “orientação sexual pode ser definida como a inclinação afetivo-sexual que uma pessoa tem dirigida a alguém do mesmo sexo, de sexo diferente do seu ou de ambos os sexos (entre outras variações)” (p. 24). Com isso, ao longo da obra, a autora fala sobre a estimulação sexual entre pessoas do mesmo gênero para se referir à homossexualidade. Além disso, esta autora apresenta sua visão não patológica sobre a homossexualidade e reflete que os psicólogos brasileiros são orientados a não oferecer psicoterapias que proponham uma “cura” ou modificação da orientação ou prática sexual dos sujeitos, incluindo o uso de métodos coercitivos que levem indivíduos homossexuais a tratamentos que não foram solicitados. Ela também se ancora nas orientações da *American Psychological Association* para explicitar que o comportamento sexual direcionado ao mesmo sexo é uma variante saudável e normal da sexualidade humana.

Já no trabalho de Couto (2018), em que o foco do estudo foi o preconceito sexual e de gênero, é possível notar que a autora levanta o termo “homossexualidade” a partir de vários aspectos históricos com a predominância da ideia de união e atração entre pessoas do mesmo

sexo. O diferencial, quando se compara com outros autores, nesta categoria, é que a homossexualidade também é entendida por Couto com parte do que compõe as “minorias sexuais” ou “sexualidades periféricas” que, nas discussões levantadas pela autora, são as sexualidades que fogem, de certo modo, do padrão heterossexual e são vistas pela sociedade como imorais, pecaminosas, patológicas e não merecedoras de direitos.

Couto (2018) também compreende que “A evolução conceitual do que se entende hoje por ‘sexualidade’, posteriormente ‘homossexualidade’ e ‘heterossexualidade’, perpassa, de início, por determinantes sociais de dimensões religiosas, jurídico-políticas, governamentais, médicas e antropológicas” (p.18). Além disso, o termo “orientação sexual” é amplamente utilizado pela autora ao longo da obra, porém não é definido de modo detalhado, apenas utilizado para se referir às inclinações afetivas e eróticas de alguém.

Em Couto (2018) o discurso contra a visão patológica da homossexualidade se dá a partir de suas ponderações históricas sobre o tema, bem como das lutas em prol da diversidade sexual. Além disso, a autora ressalta como os estudos que patologizavam a homossexualidade ou propunham a “cura gay” não são mais aprovados e, acrescenta que “diversas organizações e instituições já ponderaram acerca dos danos causados pelas terapias de reversão, propagadas por tantos meandros da Psicologia, e tais práticas são proibidas por lei” (p. 90).

2.1.1. Discussão e análise da categoria 1.

Reconhece-se que as definições e explicações do comportamento variam conforme a comunidade e que, por diversas vezes, é importante a utilização de termos comuns e compartilhados entre diversas áreas, tal como o termo “orientação sexual”. Tradicionalmente, conforme definições do senso comum e/ou teóricas (Priberam, 2018), a orientação sexual tem sido definida como preferência sexual ou ainda como inclinação do desejo sexual. Estas definições, embora se oponham à ideia de “opção sexual” (tão popularizada), podem levar à noção de que a sexualidade humana é adquirida e mantida por eventos desconhecidos ou inexplicáveis deixando, assim, uma lacuna no entendimento das razões pelas quais, por exemplo, a heterossexualidade está tão presente nas práticas culturais.

Um estudo alternativo sobre a orientação sexual, pela perspectiva analítica-comportamental, entende a sexualidade humana como um padrão de respostas afetivas e sexuais desenvolvido ao longo da vida dos sujeitos pela interação que se dá entre os sujeitos e o mundo no qual estão inseridos (Malott, 1996; Menezes, 2005).

De modo geral, as concepções de Menezes (2005), Menezes e Brito (2007), Menezes (2011), Menezes e Carvalho Neto (2015) se alinham ao ponto de vista comportamental, pois a compreensão dos padrões comportamentais se dá pelo entendimento da existência de interação entre o sujeito e o mundo no qual ele vive e é por meio desta interação que determinados comportamentos se fortalecem, sofisticam, enfraquecem ou desaparecem. Além disso, descrever a homossexualidade como um padrão de comportamento sexual contribui para que não se caia, conforme criticado pelo Behaviorismo Radical, em explicações obscuras ou de causalidade interna dos fenômenos.

Por outro lado, nos trabalhos analítico-comportamentais que optaram pela noção consagrada de orientação sexual presente nas ciências sociais e da saúde, embora estejam alinhados com tais ciências e utilizem o termo para explicar que a sexualidade humana é, de certo modo, orientada e não escolhida, os autores que utilizaram o termo orientação sexual para falar sobre a homossexualidade não especificaram de que modo se dá esta orientação, deixando assim, uma possibilidade de interpretação de que a sexualidade humana se forma (é causada) por forças obscuras ou internalistas. Neste contexto, apesar de necessário o diálogo com outras áreas do conhecimento, seria importante traduzir, por assim dizer, o conceito de orientação sexual em termos e conceitos analítico-comportamentais para que se mantenha a proposta de interpretação da sexualidade humana como sendo resultado de interações ao longo do tempo e para que se possa evitar explicações que reduzem a sexualidade humana à causalidade de forças internas.

O modelo explicativo do comportamento humano pode, de certo modo, influenciar as tratativas psicológicas que se dão aos comportamentos não hegemônicos ou socialmente indesejáveis. Isso porque admitir que um comportamento diferente do socialmente esperado é uma manifestação causada por forças psicológicas internas ou que se dá por forças exclusivamente biológicas, pode levar determinados grupos ou instituições a prometer e promover a “cura” ou ajuste do comportamento, por diversas vezes pela via da coerção, visto como diferente. Ou ainda, a crença de que há forças internas que causam os comportamentos indesejáveis pode levar as pessoas a solicitar aos profissionais da saúde que seus “defeitos” ou “desvios” sejam “curados”. Com isso, a “cura” e o ajuste comportamental podem ser incentivados e fortalecidos por sistemas políticos cujos interesses se alinham mais com a padronização dos comportamentos e das práticas sociais vigentes e desejáveis do que com a diversidade humana e seus direitos.

Essas preocupações também se apresentam nas reflexões de Holland (1978) quando ele aponta que há um mito das causas internas, mas que tem sido amplamente utilizado para

justificar certos trabalhos com foco nas particularidades internas dos sujeitos e não nas condições sociais com as quais eles estão em interação. Holland torna mais compreensível a ideia de que as condições de nossa vida são amplamente definidas e planejadas por sistemas sócio-políticos específicos, os quais, recorrentemente, utilizam-se de controle coercitivo nas formas de punições ou ameaças aos que não se alinham ao que é imposto.

Com essa discussão, é possível compreender algumas razões que tornam o uso do termo “orientação sexual”, principalmente em trabalhos analítico-comportamentais, tão obscuro. Isso porque, geralmente, o termo é utilizado sem que haja uma definição e explicação sistemática de como as pessoas adquirem ou desenvolvem suas orientações sexuais. Ou ainda, se há “orientação” da sexualidade humana, fica uma lacuna sobre quem ou o que está orientando cada tipo de sexualidade, sobretudo as sexualidades socialmente indesejáveis.

Outras duas questões importantes neste ponto da discussão são: uma vez que alguns autores dos textos selecionados (ver quadro 2) mantiveram o uso do termo “orientação sexual” para se referir aos modos de expressar a sexualidade – nos quais podem ocorrer algumas variações – como se explicam os padrões sexuais fixos? Por que há uma predominância de comportamentos heterossexuais?

Para ambas as questões, apenas nos trabalhos de Menezes (2005) e Menezes e Brito (2007) foi possível identificar posicionamentos críticos e mais compatíveis, por assim dizer, com as ideias analítico-comportamentais. Estas autoras sustentam a noção de que, embora seja necessária a ruptura com as dicotomias inato *versus* aprendido ou biológico *versus* social, tanto os padrões sexuais fixos quanto a predominância do comportamento heterossexual são decorrentes de imposições sociais que restringem as múltiplas formas de prazer.

Esta discussão se alinha com as reflexões analítico-comportamentais acerca do comportamento governado por regras. Skinner (1974) explica que o ambiente social é marcado por diversos costumes e convenções e parte deles se sustenta por práticas coercitivas ou por ameaças de punição. Os grupos sociais puderam formular advertências para o comportamento que consideram indesejável, assim, o controle por regras coercitivas, geralmente construído e mantido por agências religiosas e governamentais, visa garantir ao sujeito que obedece a lei ou as regras a chance de evitar punições.

Em um ambiente social em que há regras específicas e ameaçadoras para aqueles e aquelas que expressam sua homossexualidade, comportamentos que evitam punições, tais como “ficar no armário” ou tentar relações heterossexuais, garantem, pelo menos em curto

prazo, uma salvação das estimulações aversivas que estão relacionadas com o comportamento homossexual, tais como violência, ridicularização e/ou exclusão social.

2.2 Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia)

O objetivo desta categoria é apresentar e discutir de que modo os autores levantam o problema do preconceito contra homossexuais. Pretendeu-se, aqui, revelar se a definição e explicação dos autores em relação ao preconceito específico aos homossexuais estão equiparadas com o conceito tradicional da homofobia, bem como identificar se entre os autores há convergências ou divergências quanto à noção de homofobia. Após a apresentação, a discussão e a análise dos achados nos textos selecionados são reveladas no final deste tópico.

No trabalho de Menezes (2005), o termo “homofobia” é usado para se referir às pressões preconceituosas sofridas pela população homossexual, mas a autora o utiliza raras vezes, preferindo os termos “preconceito sexual” ou “preconceito contra homossexuais”. Para a autora este tipo de preconceito sexual também pode ser fortalecido nos ambientes científicos que, por diversas vezes, buscam desvendar muito mais os comportamentos polêmicos e indesejáveis, tais como a homossexualidade, do que qualquer outro comportamento que não ameace os padrões sociais. O problema da investigação da homossexualidade, seja em termos orgânicos ou ambientais, é que historicamente algumas destas pesquisas não buscavam uma chance de compreender este comportamento para defender os direitos homossexuais, mas sim para estabelecer técnicas e procedimentos para seu ajuste ou “cura”, tal como observou-se nos trabalhos comportamentais das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos.

De modo similar, Menezes e Carvalho Neto (2015) também mencionam a homofobia ou o preconceito sexual em suas reflexões sobre o estudo da sexualidade em contextos em que há uma predominância de pressupostos preconceituosos quanto à homossexualidade, tais como a ideia de que se trata de uma patologia (viés biológico) ou de uma conduta criminosa (viés ambiental). Para estes autores, as pesquisas com viés biológico costumavam ser respaldadas por ideais de que, caso a homossexualidade fosse geneticamente determinada, então gestações de potenciais homossexuais deveriam ser interrompidas. Por outro lado, as pesquisas com viés ambiental costumavam reproduzir a ideia de que a homossexualidade é uma escolha e se dá por desvio de caráter.

O tema da homofobia ou do preconceito sexual não é investigado e nem discutido na obra de Menezes (2011). Enquanto que, na obra de Menezes e Brito (2007), embora também

não haja discussões sobre a homofobia, há uma breve menção ao preconceito. Estas autoras ponderam que a exclusividade sexual é influenciada, em partes, por regras sociais rígidas que normatizam a sexualidade humana e indicam preconceito e discriminação contra aqueles que fogem destas regras.

Em Pedrosa (2006), o termo “homofobia” é utilizado e definido como partindo do entendimento analítico-comportamental sobre a “coerção social”, ou seja, o uso de punição nas relações sociais como meios de fazer uma pessoa se comportar de modo socialmente desejável. Este autor mostra que a palavra “homofobia” pode ser um modo econômico de se referir às opressões contra homossexuais incluindo ódio, discriminação, assédio moral e violência física. Este autor ainda diz:

A homofobia ocorre dentro do contexto de replicador cultural, que são ações de membros do grupo passadas de um indivíduo para o outro, por imitação e educação. A coerção sobre o homossexual inicia-se na infância período em que a criança recebe mensagens implícitas e explícitas da comunidade verbal reprovando a homossexualidade. Punir gays e lésbicas passa a ser um comportamento reforçado positivamente e a fazer parte do repertório comportamental adquirido na ontogênese (Pedrosa, 2006, p. 131).

Em Baia (2007) o termo “homofobia” não é utilizado. O autor utiliza o termo “práticas discriminatórias” para se referir às situações em que um determinado grupo exerce controle aversivo sobre outro grupo. Nas práticas discriminatórias há uma relação de dominação que, em geral, é construída e perpetuada via regras. O autor explica que as regras, a partir da perspectiva analítico-comportamental, são descrições verbais (reais ou fictícias) aprendidas com a comunidade e que especificam uma contingência, podendo, assim, alterar a probabilidade de ocorrência de determinados comportamentos. Com isso, o autor discute que, por exemplo, a regra religiosa de “não praticar atos homoeróticos” geralmente é construída a partir da ideia de que tais atos são pecaminosos e conduzem o praticante ao inferno, ou seja, há uma especificação do que é proibido e as consequências de desobedecer tal regra. Em uma passagem do seu texto há a seguinte discussão:

Durante o período Vitoriano, a homossexualidade foi considerada uma doença (...). Porém, até hoje o argumento de que a homossexualidade é uma anomalia passível de ser consideradas como doença, continua a ser uma regra que governa o comportamento de muitos indivíduos. Não é incomum encontrar pastores, padres, políticos que ofertam “cura” para aqueles que emitem conduta homossexual. (Baia, 2007, p. 230).

Enquanto isso, na obra de Caixeta (2007) é possível notar que a autora define brevemente o termo “homofobia” como sendo uma expressão do medo e do ódio generalizado em relação ao homossexual, mas a autora optou por utilizar o termo “preconceito contra o homossexual” no desenrolar de seu texto. Esta autora explica este tipo de preconceito como um fenômeno cultural em que há uma relação de controle aversivo entre sujeitos heterossexuais, que seguem regras impostas por agências de controle que especificam sua superioridade, e sujeitos homossexuais que, neste contexto, são atacados pelo grupo homofóbico. Esta relação se dá por uma regra de “normalidade”, tal como discutido por Baia (2007), estabelecida por um grupo dominante e passada entre gerações. Observa-se que as regras homofóbicas, por diversas vezes expressadas em reprovação, censura e agressão ao homossexual, são mantidas e fortalecidas por membros do grupo homofóbico. Para Caixeta (2007), as práticas preconceituosas contra homossexuais são reforçadas com reconhecimento e admiração e são perpetuadas por, de certo modo, garantir a manutenção de ideais de masculinidade e virilidade tão aprovados pela cultura.

A partir da perspectiva analítico-comportamental sobre a coerção e sobre a aprendizagem, Barreto e Ribeiro (2014) também discutem que a homofobia é, em linhas gerais, uma prática cultural coercitiva, que também é aprendida no contato dos sujeitos com as práticas de seu povo. Estes autores, ancorados em Sidman, 1989/1995 e Skinner, 1953/2003, apontam que a sociedade, de um modo geral, recorre às práticas punitivas para resolver, em curto prazo, problemas que ameaçam alguma circunstância social (tal como a heterossexualidade) e, assim, passa a aceitar a prática da coerção como algo natural, pertencente aos costumes.

Barreto e Ribeiro (2014) ainda discutem a fenômeno da “homofobia internalizada” que, apesar a expressão ter um caráter de causalidade internalista, incompatível com os fundamentos do Behaviorismo Radical (Baum, 2005), é entendida como desconforto do indivíduo em relação à própria homossexualidade e a dos demais, cujo desenvolvimento se dá pela história de condicionamento do indivíduo. O termo “homofobia internalizada” costuma ser empregado como se algo estivesse fora do indivíduo e de algum modo passasse a estar dentro dele, controlando seus comportamentos. Do ponto de vista analítico-comportamental defendido pelos autores, o que ocorre é que, inicialmente, a homofobia, que não fazia parte do repertório do indivíduo, vai sendo aprendida por meio da interação entre o indivíduo e seu mundo. Dessa maneira, caso tenha presenciado algum tipo de homofobia ou tenha sofrido punições ou ameaças por se comportar como aquilo que sua sociedade entende como sendo

“homossexualidade”, uma nova forma de agir, de pensar e de sentir pode começar a ocorrer com este indivíduo a partir das interações que se seguirem com seu ambiente.

Na mesma linha reflexiva, Fazzano e Gallo (2015) também apresentam a homofobia como um modo popularizado de explicar os comportamentos de medo ou ódio contra homossexuais. Porém, estes autores apresentam uma visão crítica sobre o termo e se valem dos pressupostos analítico-comportamentais para sustentar esta crítica. Isso porque, o termo “homofobia” pode levar ao viés da causalidade interna e conotar “uma resposta fóbica psicopatológica, não refletindo a extensão de agressões e atitudes contra homossexuais” (p. 537). Eles revelam que, em geral, na literatura há estudos sobre a homofobia a partir de causas “mentalistas”, sobretudo pela via das teorias psicodinâmicas, que explicariam o preconceito contra homossexuais como, por exemplo, uma expressão dos impulsos homossexuais do próprio indivíduo agressor. Essas explicações podem ser problemáticas para o entendimento e combate da homofobia, pois:

atribuem as causas da violência a uma entidade ontológica, a qual é inacessível e imutável. Desconsideram-se os contextos nos quais este indivíduo esteve inserido ao longo de sua vida, e, não raro, acaba-se por desconsiderar, também, o sujeito que aprende formas de agir no mundo, ensinado através de seus pares (Fazzano e Gallo, 2015, p. 537).

Uma proposta behaviorista radical para o estudo da homofobia, de acordo com Fazzano e Gallo (2015), deve, inicialmente, entender o preconceito sexual como um conjunto de comportamentos referentes às várias modalidades de agressão (seja física, psicológica ou sexual) contra homossexuais. Por ser um comportamento aprendido a partir das relações que o indivíduo estabelece em diferentes contextos ao longo da vida, selecionado e mantido pelas consequências, o preconceito sexual é entendido como um comportamento operante. Em uma sociedade que vê a homossexualidade como algo danoso aos costumes, a presença de um sujeito homossexual pode, por si só, ser entendida como um estímulo aversivo e desencadear o comportamento do agressor de eliminar tal estímulo. Na perspectiva do agressor, a agressão pode ser negativamente reforçada se houver sucesso na retirada do estímulo aversivo (o sujeito homossexual).

As discussões e análises feitas por Baia (2007), Caixeta (2007), Barreto e Ribeiro (2014) e por Fazzano e Gallo (2015) são compartilhadas por Lima (2016), que, após um estudo de caso para compreender as contingências envolvidas nos comportamentos coercitivos de uma mãe para com seu filho supostamente homossexual, chegou ao entendimento de que a homofobia também pode ser uma prática cultural amplamente

incentivada por agências de controle, tal como a comunidade religiosa. Isso porque, a mãe participante de sua pesquisa apresentava a regra de que a homossexualidade é “condenada por Deus e os sujeitos que as praticam não terão salvação” (p. 12). Além disso, os relatos dessa mãe revelaram que ela temia o julgamento e a exclusão por parte dos membros de sua comunidade religiosa e, diante disso, foi coercitiva com o filho na tentativa de que ele não expressasse sua suposta homossexualidade.

Em Mizael (2018), também é possível identificar que a autora apresenta o fenômeno da homofobia a partir da perspectiva de Fazzano e Gallo (2015) e, de certo modo, concorda com eles. Ela também faz uma ampla discussão sobre a homofobia ressaltando os aspectos históricos em torno do fenômeno, tais como as condenações religiosas contra atividades sexuais não reprodutivas. Para esta autora,

a análise do comportamento poderia contribuir no estudo de questões ligadas à homossexualidade, não enquanto uma “busca causal”, mas principalmente no estudo do estabelecimento e manutenção da homofobia/preconceito sexual, e na proposição de modelos experimentais de preconceito e/ou estigmatização, os quais poderiam ser utilizados em aplicações futuras que objetivem diminuir tais preconceitos, entre outras contribuições (Mizael, 2018, p. 17).

Em uma passagem final da obra de Mizael, no tópico “Lacunas e Sugestões para Pesquisas Futuras”, a autora sugere que é possível entender a homofobia pela via do estudo das relações verbais que os indivíduos estabelecem com seu ambiente de aprendizagem e cita o seguinte exemplo:

quando criança, um menino pode aprender que “viado” é algo ruim, mesmo sem saber um significado para essa palavra. Quando ele cresce, aprende que viado é equivalente a “gay” e/ou “homossexual”. Desse modo, os atributos negativos de viado podem ser compartilhados/transferidos para indivíduos que se definem ou que são percebidos como gays/homossexuais (Mizael, 2018, p. 25).

Na obra de Couto (2018) há uma ampla discussão sobre a construção histórica do termo “homofobia” e seu problema da causalidade interna. Ela mostra que, historicamente, a palavra “homofobia” foi criada pelo psicólogo norte americano George Weinberg em 1972 para descrever o preconceito e a discriminação contra homossexuais. Porém, a autora também defende que o termo é problemático por dar ao fenômeno a ideia de causalidade interna e a noção de que a homofobia não tem relação com contexto social, historicamente preconceituoso e discriminatório, no qual o indivíduo interage. Dada a imprecisão do termo em relação aos fundamentos do Behaviorismo Radical, o termo homofobia pode ser

substituído por “atitudes contra homossexualidade” ou “preconceito sexual”, sendo, portanto, entendidos como produto de uma construção histórica heteronormativa.

Couto (2018) também menciona o termo “homofobia internalizada” e seu desenvolvimento por supostas entidades internas. Ela defende que este fenômeno pode ser visto como construído na relação entre indivíduo e ambiente, uma vez que “cotidianamente são vivenciadas situações em que apresentar indícios de heterossexualidade é favorável, ou situações em que apresentar indícios de homossexualidade é prejudicial (p. 51).

Por fim, no trabalho de Carvalho, Silveira e Dittrich (2011) não há análises ou discussões sobre a homofobia ou sobre o preconceito sexual.

2.2.1 Discussão e análise da categoria 2.

Dos 13 textos selecionados, em 11 há ponderações e discussões sobre a homofobia a partir dos fundamentos analítico-comportamentais. Como vimos, as concepções sobre a homofobia presentes nos textos revelam que o tema tem sido estudado com base na ideia de aprendizagem em contexto social, ou seja, por meio da interação do sujeito com mundo, diversas regras sociais podem ser ensinadas e transmitidas para as próximas gerações. Tanto a aprendizagem quanto a transmissão de práticas homofóbicas e/ou preconceituosas podem se perpetuar por meio do controle via coerção ou normas coercitivas, ou seja, o uso da punição ou promessa de punição contra indivíduos que se expressam como homossexuais.

Ao punir e impedir que a homossexualidade se faça presente na vida dos sujeitos, as instituições que detém o poder de controlar coercitivamente tudo e todos, se tiverem sucesso no uso da punição à homossexualidade, poderão garantir que os padrões heterossexuais não sejam ameaçados e, em decorrência disso, transmitir a ideia de que a homossexualidade sempre será errada e indesejável para o funcionamento da sociedade.

Em outras palavras, as práticas homofóbicas e/ou preconceituosas ainda estão presentes tanto na comunidade científica quanto em outros espaços sociais e são também exercidas a partir do ideal de que se, por tratamentos, violências e proibições, a homossexualidade for eliminada da sociedade, então a tão consagrada heterossexualidade será preservada e com ela o futuro da humanidade.

Neste sentido, embora ainda seja necessário tomar cuidado com anacronismos e questões conceituais, as práticas culturais homofóbicas da atualidade se assemelham aos ideais da eugenia do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Pretes e Vianna (2007) relembram que a criação da palavra “homossexual”, vinculada aos saberes médico-legais da

Europa e às ideias de doença hereditária, teve um impacto negativo no modo como não só a comunidade científica, mas também todos os sistemas sociais, passaram a tratar pessoas não-heterossexuais. A perspectiva do passado de que a homossexualidade era uma degeneração hereditária que influenciava na má formação do caráter dos homossexuais e que, sendo homossexual, o sujeito deveria ser internado ou preso, ainda está viva apesar de alguns avanços em prol da diversidade.

Com estas ponderações, foi possível notar que as discussões apresentadas nos textos selecionados revelam algumas preocupações dos autores quanto aos preconceitos ainda presentes nos meios científicos e demais meios sociais. Além disso, os argumentos dos autores dos textos selecionados estão coerentes com os pressupostos do Behaviorismo Radical ao traduzirem, por assim dizer, o termo “homofobia” para o linguajar analítico-comportamental e ao se preocuparem em definir e explicar o fenômeno a partir da aprendizagem que se dá entre indivíduos e ambientes e não a partir de concepções obscuras ou internalistas tal como a ideia de que a homofobia seria a expressão de uma psicopatologia ou entidade psíquica motivadora do ódio contra homossexuais.

É importante reconhecer que os autores que se propuseram ao estudo da homofobia, buscaram fazê-lo de modo interdisciplinar e, com isso, revelaram alguns aspectos da história de preconceito contra homossexuais influenciada por algumas agências de controle, tanto em termos das relações sociais (Baia, 2007; Caixeta, 2007; Pedrosa, 2006; Menezes & Brito, 2007; Barreto & Ribeiro, 2014; Fazzano & Gallo, 2015; Lima, 2016; Mizael, 2018 e Couto, 2018) quanto na comunidade científica (Menezes, 2005; Menezes & Carvalho Neto, 2015).

E, para contribuir com as ponderações e discussões apresentadas nesta categoria, é também importante ressaltar que, em geral, uma agência de controle tem seu poder preservado por questões históricas e políticas. Observa-se que, historicamente, castigar as pessoas por suas condutas indesejáveis (como no caso da homossexualidade, apresentado na introdução desta pesquisa) foi uma prática amplamente executada e aceita, seja do ponto de vista de uma agência controladora judaico-cristã até médico-jurídica. Isso porque, do ponto de vista analítico-comportamental, uma agência controladora constitui um sistema social que conserva o poder de comandar a vida das pessoas. Esse poder, que é tomado por uma minoria, se fortalece, inicialmente, pela transmissão da ideia de que é preciso determinada ordem para se viver em sociedade e de pessoas específicas para manter a ordem. Simultaneamente também é transmitida uma ideia de que pessoas comuns não são capazes de governar a si mesmas.

Assim, uma agência controladora e os indivíduos por ela controlados compõem um todo social em que, por exemplo, um determinado governo institui, a partir do poder que lhe é

conferido, os comportamentos desejáveis e indesejáveis, sendo que para estes últimos haverá algum tipo de punição ou alguma condição para que o indivíduo deixe de se comportar de maneira “errada” e passe a fazer o “correto”. Caso haja mudança no comportamento do indivíduo controlado, então haverá uma maior probabilidade de o governo perpetuar seu poder e sua prática coercitiva. Em outras palavras, o poder de uma agência controladora se eleva na medida em que suas práticas levem a mais resultados eficientes. E é nessa linha de ponderações que Skinner (1953/2003; 1971/2002; 1974) mostra que as práticas coercitivas são selecionadas a partir das consequências que geraram no passado. Tais práticas coercitivas avançam pelas gerações por conta de seus efeitos imediatos na resolução daquilo que uma determinada agência de controle identifica como sendo problemático.

Tendo como exemplo o caso da homossexualidade, a invisibilidade, o preconceito e a discriminação em relação aos homossexuais se dá e, historicamente, se constitui, por práticas coercitivas manejadas por agências controladoras que impõem a ideia de que a homossexualidade é anormal, antinatural, patológica, proibida e desaprovada por Deus, devendo ser, então, erradicada. Por outro lado, estas mesmas agências controladoras perpetuam a ideia de que a heterossexualidade é normal, natural, saudável, legal e aceita por Deus, devendo ser, então, amplamente preservada.

No caso da homofobia internalizada, os autores que mencionaram e discutiram sobre esse fenômeno (Barreto & Ribeiro, 2014; Couto, 2018), o fizeram traduzindo, por assim dizer, o conceito a partir da perspectiva analítico-comportamental. Isso porque, em geral, o conceito de “homofobia internalizada” tem sido apresentado para se referir a um processo de canalização de mensagens e valores negativos em relação à homossexualidade para o interior dos indivíduos. Há a defesa de que a rejeição à própria homossexualidade se origina nas relações sociais e posteriormente passa a fazer parte do *self* dos indivíduos, causando, então, diversos problemas psicológicos (Pereira & Leal, 2002; Silveira & Cerqueira-Santos, 2019).

Vimos que, do ponto de vista analítico-comportamental, a homofobia internalizada pode ser compreendida como um fenômeno que se constrói na relação entre o sujeito e o mundo. A ênfase na interação indivíduo-ambiente é fundamental para compreender que a origem e a manutenção da homofobia internalizada está nas experiências cotidianas coercitivas em relação aos homossexuais, mas, ao contrário das outras concepções, não há “canalização”, “internalização” ou ainda uma formação de *self* homofóbico. Acontece que, após sofrer alguma consequência coercitiva por se comportar como homossexual ou observar homossexuais sendo discriminados ou ainda viver em um mundo em que a homossexualidade é vista como pecado ou desvio abominável, um indivíduo que se vê atraído por alguém do

mesmo gênero poderá fugir ou se esquivar das diversas consequências coercitivas identificadas por ele.

Neste sentido, o indivíduo pode, por exemplo, apresentar constantemente negativas diante de questionamentos sobre sua homossexualidade, pode, também, se comportar como “ficar no armário”, ou seja, buscar esconder sua homossexualidade apresentando comportamentos socialmente compatíveis com seu gênero, tal como se engajar em relacionamentos heterossexuais. Ainda, a partir da relação coercitiva com seu mundo, um sujeito homossexual que deseje experimentar os prazeres de sua sexualidade pode buscar sexo em contextos “discretos”, “às escondidas”, em que há poucas chances de sofrer punição. Além disso, até mesmo indivíduos que apresentam uma melhor aceitação quanto sua homossexualidade, ou seja, se sentem razoavelmente confortáveis com sua sexualidade, ainda podem preferir expressar seus comportamentos em ambientes com baixa probabilidade de punição, tais como os espaços identificados como *gay friendly*.

Contudo, ainda pode ser necessário que o fenômeno da homofobia internalizada seja, não só traduzido e explicado pela perspectiva analítico-comportamental, mas também que seja forjado um termo e conceito próprio para a descrição, explicação e solução do que estamos entendendo como um fenômeno problemático à vida dos e das homossexuais.

Neste sentido, a sugestão que se pode deixar neste ponto da discussão é que o termo “homofobia” seja, tal como sugerido nos trabalhos aqui investigados, restabelecido pelo termo “preconceito sexual”, pois a palavra “preconceito” tem sido compreendida como um conjunto de condutas hostis frente às diferenças ou ao que se distingue dos padrões socialmente desejáveis, ou seja, tais condutas, em geral, podem ser impostas pelo meio social. Assim, a expressão “preconceito sexual” se refere às condutas hostis contra as pessoas que expressam uma sexualidade diferente daquela que é socialmente desejável. Além disso, o termo “internalizada” pode ser repensado a partir do que se entende, em análise do comportamento, por eventos privados.

Conceitualmente, é importante mencionar que Skinner (1974) propôs um estudo dos estímulos e das respostas presentes no “mundo interior” dos indivíduos considerando, assim, que os eventos privados são parte do fenômeno comportamental. Trata-se, mais especificamente, de estímulos e respostas relacionados com o aparato biológico e com a história de condicionamento dos indivíduos, cujo acesso é restrito a eles próprios. A restrição do acesso ao “mundo interno” do indivíduo diz respeito às dificuldades de observação pública direta, mas tal restrição, como salientado por Pompermaier (2016), é apenas circunstancial, pois tais eventos privados costumam estar relacionados com outros eventos comportamentais,

costumam ser inferidos a partir do que se observa no “mundo público” e sua compreensão se dará a partir das interações que o indivíduo estabelece com sua comunidade.

Retomando o interesse em repensar o termo “homofobia internalizada”, temos, então, o conceito de “preconceito sexual” como substituto de “homofobia” e uma proposta de estudo sobre os eventos privados e sua participação no fenômeno comportamental. Assim, a expressão “preconceito sexual privado” é uma sugestão terminológica para guiar o estudo dos eventos relacionados com as dificuldades de expressão da própria homossexualidade. Trata-se também de uma sugestão conceitual, no sentido de que, a partir da expressão “preconceito sexual privado”, fique evidente que este fenômeno está sendo investigado a partir da perspectiva relacional e funcional¹⁴ da análise do comportamento e que estamos buscando compreender o conjunto de eventos privados desconfortáveis em relação à homossexualidade do próprio indivíduo cuja causa e superação do problema, por assim dizer, está nos modos como se dá a relação deste indivíduo com sua comunidade.

Em outras palavras, dizer que alguém apresenta “preconceito sexual privado” seria o mesmo que dizer que um determinado sujeito, por conta de sua história de interação com sua comunidade, aprendeu, de modo coercitivo e/ou por ameaças de punição, que não se comportar como heterossexual é sinal de que há algo errado e que ele precisa, para não sofrer as punições que já sofre ou as que estão por vir, se comportar como sua comunidade deseja.

Tais experiência podem, então, ser experimentadas também como eventos privados, tais como: medo, ansiedade, sentimento de culpa, vergonha, etc. Estes eventos privados são apenas parte do fenômeno comportamental aqui entendido como preconceito sexual privado, mas não podem ser entendidos como a causa dos problemas vivenciados pelo sujeito. Não há o que se falar em termos de causas, mas sim em termos de eventos que estão em interação e que estabelecem relações funcionais com os diversos estímulos presentes no ambiente.

“Ficar no armário”, por exemplo, pode ser considerado um padrão de comportamento que também se apresenta por meio de eventos privados, tal como, em um nível encoberto, desejar secretamente e internamente estar em uma relação homossexual, mas, em um nível aberto, publicamente negar estes sentimentos por medo de algum tipo de punição. Neste exemplo, o comportamento de “ficar no armário” está em função de um padrão aprendido de fuga (negar imediatamente seus desejos homoeróticos para não ser punido) e/ou esquiva

¹⁴ A compreensão do fenômeno comportamental, seja ele público ou privado, se dá pela identificação de seus determinantes e pela demonstração, em probabilidades, das relações funcionais entre o comportamento e o ambiente. Em geral, há uma proposta em entender as interações entre um evento comportamental e as variáveis ambientais que o determina. Para tanto, questiona-se: Qual é o comportamento alvo? Em qual contexto ele ocorre? Qual sua função? Quais suas consequências? Qual é a probabilidade de ocorrer no futuro em contextos similares?

(evitar contextos em que qualquer sinal de homossexualidade será punido) de estímulos coercitivos relacionado a “sair do armário”.

Assim, complementando a proposta aqui mencionada, o estudo do preconceito sexual privado, tanto em termos de sua aquisição e manutenção, quanto em relação aos danos à vida das pessoas, ainda pode gerar novos estudos para o desenvolvimento de uma nova engenharia comportamental com vistas a eliminar o preconceito sexual da sociedade ou ainda novas vias de intervenção para solucionar problemas comportamentais apresentados em contexto clínico.

2.3 Diálogo com outros autores e áreas

Buscou-se, nesta categoria, identificar e apresentar de que modo os autores dos textos selecionados, interessados em ampliar as discussões em torno da temática da homossexualidade, interagiram com outros autores e com outras áreas do conhecimento. Reconhecendo que, por diversas vezes, é insustentável estudar um determinado fenômeno comportamental sem considerar uma visão multidisciplinar em diálogo outras ciências, esta categoria visa demonstrar quais áreas e autores foram privilegiados nas discussões apresentadas nos textos selecionados. De modo geral, as áreas do conhecimento e seus autores que contribuíram com as discussões apresentadas nos textos selecionados foram: História e Biologia.

Alguns autores dos textos selecionados recorreram às reflexões históricas para demonstrar e situar os padrões de comportamento homossexual ou as práticas homofóbicas ao longo do desenvolvimento das civilizações. Informações sobre as práticas homossexuais como sendo um fenômeno que, apesar das diferenças tanto na época quanto na região estudada, acompanham o ser humano ao longo de sua história são apresentadas por Menezes (2005), Baia (2007), Pedrosa (2006), Carvalho, Silveira e Dittrich (2011), Barreto e Ribeiro (2014), Menezes e Carvalho Neto (2015), Mizael (2018) e Couto (2018). Estes autores recorrem a alguns historiadores da sexualidade humana para apresentar seus apontamentos históricos, a contar: Michel Foucault (estudou a sexualidade humana ocidental pela via das relações de poder e saber que se formaram ao longo da história da humanidade), João Silvério Trevisan (estuda a homossexualidade no Brasil desde o período colonial), Luiz Mott (estuda as práticas homofóbicas, principalmente as praticadas no Brasil) e Chandler Burr (embora seja jornalista de formação, estuda a historicidade da influência da política em torno das pesquisas sobre as causas da homossexualidade).

Ressalta-se que, nos textos de Menezes (2005), Menezes e Carvalho Neto (2015) e Couto (2018), há preocupações históricas em torno do fenômeno da homossexualidade em

relação aos anacronismos, pois é comum, embora equivocado, dizer que no passado havia homossexualidade tal como se observa nos tempos atuais. Estes autores defendem a ideia de que é preciso compreender que a homossexualidade é um fenômeno recente na nossa história, pois ela é entendida atualmente a partir da luta por direitos e por diversas perspectivas em saúde. Apesar de carregar algumas semelhanças com o comportamento homossexual observado no passado, a figura do(a) homossexual, que nas civilizações antigas era aceita no meio social, atualmente se mostra resistente aos preconceitos ainda presentes nas relações sociais.

Exceto nos trabalhos de Menezes (2005), Menezes e Carvalho Neto (2015) e Couto (2018), que buscaram discutir a historicidade do tema ponderando as questões sociais e políticas atravessadas tanto no fenômeno da homossexualidade quanto da homofobia, foi possível observar que o diálogo com a história identificado nos outros textos selecionados se deu, de modo geral, de forma objetiva e passageira, pois os outros autores apresentaram breves relatos sobre a homossexualidade no passado e sua presença nos tempos atuais como uma simples sucessão de fatos.

Entre os textos selecionados, ainda há trabalhos em que as questões históricas não foram discutidas de modo pormenorizado, mantendo, assim, o foco do estudo apenas em conceitos e interpretações analítico-comportamentais sobre a homossexualidade e/ou homofobia, a contar: Caixeta (2007), Menezes e Brito (2007), Menezes (2011), Fazzano e Gallo (2015) e Lima (2016). No texto de Caixeta (2007), embora haja ponderações sobre a construção do preconceito como fenômeno cultural, a autora manteve seu diálogo apenas com analistas do comportamento. Menezes e Brito (2007), embora façam uma reflexão sobre as imposições sociais relativas aos padrões sexuais, tiveram como objetivo da pesquisa apresentar o caráter evolutivo da homossexualidade. Na tese de doutorado de Menezes (2011) os objetivos se concentram na investigação das diferenças de gênero em relação à socialização das crianças. Há uma breve discussão sobre o comportamento homossexual neste trabalho quando a autora identifica nas literaturas vínculos entre gênero e sexualidade, mesmo que não tenha sido demonstrado correlação direta. No artigo de Fazzano e Gallo (2015) o foco se mantém no conceito de homofobia e na proposta interpretativa deste fenômeno a partir da análise do comportamento. De modo semelhante, no trabalho de conclusão de curso de Lima (2016) o foco também se mantém nos conceitos e interpretações analítico-comportamentais sobre a homofobia.

Com isso, dos 13 textos selecionados, em três foi possível observar um estudo detalhado da história da homossexualidade com ponderações sociais e políticas, em 5 há

menção à história da homossexualidade e/ou homofobia como uma sucessão de fatos ao longo do tempo e em outros 5 textos a historicidade do fenômeno investigado não é mencionada.

É importante ressaltar que parte dos textos selecionados (Menezes & Brito, 2007; Fazzano & Gallo, 2015) são artigos publicados e provavelmente passaram por revisões até o aceite final, e, neste processo, pode ter sido orientado que algumas informações fossem suprimidas ou adicionadas a depender das propostas dos trabalhos. Não se pode, então, dizer que, apesar da importância em se ter discussões históricas sobre os fenômenos que se pretende investigar, os autores optaram por não incluir a historicidade da homossexualidade ou da homofobia em seus trabalhos.

Por outro lado, há em alguns dos textos selecionados certos diálogos com as ciências biológicas. Em Menezes (2005), por exemplo, há um diálogo com pesquisas biológicas sobre a determinação do comportamento homossexual, mas, além disso, há também uma discussão sobre os vieses preconceituosos presentes neste tipo de pesquisa científica e as implicações éticas da divulgação dos resultados. Nessa obra, as linhas de pesquisas empíricas investigadas pela autora foram principalmente as medidas e efeitos hormonais, genética e funcionamento cerebral. De acordo com a autora, tais pesquisas partiram de concepções de sexualidade como sendo um fenômeno exclusivamente biológico e dicotômico, opondo masculino/feminino, hétero/homossexual, normal/patológico. Os dados destas pesquisas se mostraram inconclusivos e precipitados, pois os trabalhos lidaram com amostras pequenas de hospitais psiquiátricos e penitenciárias e com sujeitos cujos comportamentos sexuais eram bastante distintos, impossibilitando o isolamento de algumas variáveis, além de buscarem respostas sobre a homossexualidade a partir de medidas biológicas que ainda não foram completamente investigadas.

Menezes (2005) ainda conclui que não é possível desconsiderar o papel da biologia no favorecimento ou na dificuldade de desenvolvimento de determinados padrões sexuais, mas um modelo explicativo que foque apenas neste tipo de variável se mostrará, por diversas vezes, inconclusivo, pois ainda é preciso compreender como os fatores sociais interagem com os biológicos. Para tanto, a autora cita amplamente os trabalhos de Alfred Kinsey, biólogo que se dedicou a investigar o *continuum* da orientação sexual. Para a viabilidade de seus estudos, Kinsey desenvolveu uma escala de investigação focada em descrever o comportamento sexual de uma pessoa ao longo de sua vida. Tal escala apresenta uma variação que vai de 0 (exclusivamente heterossexual) até 7 (exclusivamente homossexual).

Dialogando com Kinsey, Menezes (2005) observa que é difícil tornar nítida a dicotomia entre homo e hétero, uma vez que estes comportamentos se apresentam ao longo

das experiências de vida dos sujeitos e, mesmo que se observe atualmente um padrão de exclusividade sexual, é possível identificar outros padrões sexuais, no mesmo sujeito, em outras fases de sua vida. As pesquisas de Kinsey não explicam a homossexualidade, mas, além de dar visibilidade para o tema, indicam certa maleabilidade da sexualidade humana.

Em Pedrosa (2006) há uma breve passagem em que o autor menciona uma pesquisa sobre homossexualidade observada em outros animais, como mamíferos e aves, levantando, assim, uma ideia de que o comportamento homossexual é biologicamente natural. A pesquisa a que Pedrosa se refere é a do biólogo Bruce Bagemihl e sua obra *Biological Exuberance – Animal Homosexuality and Natural Diversity*, em que há a reunião de dados sobre as práticas sexuais de várias espécies animais. Porém, o que Pedrosa não discutiu foi que Bruce Bagemihl buscou evitar comparações entre o que é ser gay ou lésbica nas práticas humanas com os comportamentos de cortejo, exibição e formação de casais entre animais do mesmo sexo. A ideia de Bagemihl foi mostrar como a sexualidade é variada na natureza, mas o repertório sexual desenvolvido deve ser analisado a partir das especificidades de cada espécie. Em outras palavras, a função de um comportamento homossexual para os cisnes, por exemplo, é muito diferente da função de uma prática homoerótica para humanos (Burgierman, 2006).

Esse movimento de apresentar informações sobre a diversidade sexual animal para, em seguida, levantar discussões sobre a naturalidade do fenômeno, também pode ser observado em Menezes e Brito (2007), que, dialogando com Simon Levay (neurocientista), com Desmond Morris (zoólogo e etólogo) e com Alfred Kinsey, apontam que o sexo possui mais funções do que apenas a reprodutiva e que o desenvolvimento dos organismos ao longo do tempo permitiu uma abrangência de estimulação e interação sexual que podem variar em um *continuum*. Esse tipo de apontamento também pode ser brevemente observado nas obras de Menezes (2011) e Fazzano e Gallo (2015).

Menezes e Carvalho Neto (2015) fazem uma discussão mais ampla sobre o estudo da homossexualidade pela via biológica. Estes autores apontam que algumas pesquisas com viés biológico já foram executadas a fim de fortalecerem a luta por direitos, no sentido de afirmar que, se a homossexualidade fosse biologicamente comprovada, então indivíduos homossexuais seriam melhor aceitos, já que sua sexualidade não seria um desvio de caráter e, sim, algo natural. Porém, as pesquisas com a finalidade de desvendar as causas biológicas da homossexualidade influenciaram outra postura na comunidade científica, que diz respeito aos projetos de reversão da homossexualidade, buscando, então, a “normalização” dos sujeitos. Isso porque, conforme discutido por estes autores, pesquisas sobre a homossexualidade

aconteceram em contextos sócio-políticos específicos que, em geral, viam a homossexualidade como uma condição patológica passível de cura.

Em Carvalho, Silveira e Dittrich (2011) não há um diálogo mais elaborado com a biologia, apenas uma menção à ideia de que não há consenso sobre as determinações biológicas da sexualidade humana e de que ela pode ser entendida a partir do *continuum* proposto por Kinsey.

Nas obras de Baia (2007), Caixeta (2007), Barreto e Ribeiro (2014), Fazzano e Gallo (2015) e Lima (2016) não houveram discussões sistemáticas sobre os aspectos biológicos da homossexualidade e/ou homofobia, apenas breves menções às respostas orgânicas que podem estar presentes em um episódio homofóbico, tanto para a vítima quanto para o agressor, tais como medo e irritabilidade.

Nos trabalhos de Mizael (2018) e Couto (2018) há breves discussões sobre as tentativas de explicar a sexualidade pela via exclusiva da biologia, privilegiando a investigação da homossexualidade e não da heterossexualidade, mas que, do ponto de vista analítico-comportamental, o comportamento humano, seja qual for, deve ser compreendido pela interação de variáveis e eventos, sendo os fatores biológicos (genética, hormônios, estruturas cerebrais, etc.) apenas parte do fenômeno.

2.3.1 Discussão e análise da categoria 3.

A Análise do Comportamento possui um objeto de estudo que difere dos objetos tradicionalmente estudados pela psicologia. Enquanto há vasta preocupação em se estudar e desvendar a natureza estrutural, interna e profunda de uma suposta mente humana, os analistas do comportamento estão buscando compreender as interações entre organismos e o ambiente. Neste processo de revelar as especificidades presentes nas interações, o comportamento humano é um dos objetos privilegiados do estudo, pois ele é o resultado da interação entre o organismo e o ambiente e não um objeto estático, imutável e sem história. Mas não é só a Análise do Comportamento que está empenhada em explicar os processos de interações e os comportamentos resultantes destes processos.

Diversas áreas do conhecimento, tais como História, Biologia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Ciências Políticas e tantas outras também se preocupam com o estudo das interações entre humanos e seus espaços, bem como com comportamento humano. Sendo assim, a Análise do Comportamento não possui o monopólio do estudo do comportamento e nem do estudo das interações. Isso, por si só, já demonstra a importância do diálogo com

outras áreas do conhecimento, principalmente quando estamos diante de temas socialmente polêmicos, tais como aqueles que envolvem sexualidade humana.

De modo geral, a História e a Biologia, tal como se observou nas discussões de alguns autores do textos selecionados, apresentam propostas relevantes para o estudo da sexualidade humana e os analistas do comportamento podem buscar o diálogo com estas áreas não para capturar e se servir das informações de modo utilitarista, mas para que se ampliem as problematizações em torno do tema. Tanto pela via histórica quanto pela biológica, nos é permitido questionar os modos pelos quais os humanos se construíram enquanto seres em interação uns com os outros, com seus espaços e com o tempo. Enquanto a História nos ajuda a entender as semelhanças e dessemelhanças entre o presente e o passado, dando a nós várias chances de repensar nossas práticas discriminatórias e preconceituosas, a Biologia nos ajuda a entender a complexa interação entre organismos e o meio ambiente, bem como revela os aspectos anatômicos dos humanos e suas sensibilidades a diversas formas de reforço e punição.

Analistas do comportamento que se interessam pelo estudo da sexualidade humana encontrarão na História um suporte reflexivo sobre como as práticas sexuais humanas estão entrelaçadas com práticas culturais mais amplas guiadas por agências de controle, cujo poder se expressa, tradicionalmente, em sistemas governamentais e por regras religiosas. Este entendimento pode auxiliar análises mais críticas, bem como direcionar novos modos de lidar com o fenômeno da sexualidade humana. Além disso, estudos sobre sexualidade também podem se fortalecer com o saber da Biologia, pois na área biológica é possível acessar modelos explicativos sobre a suscetibilidade orgânica aos mais variados tipos de estímulos sexuais e formas de prazer. Este entendimento pode auxiliar o analista do comportamento a compreender a amplitude dos prazeres sexuais ao longo da vida dos sujeitos sem que para isso se caia em discursos patologizantes da diversidade sexual.

Além da História e da Biologia, consideradas aqui como a base de tantos outros conhecimentos, é possível que outras áreas também apresentem contribuições relevantes e quanto mais conhecimentos os analistas do comportamento, em seus estudos da sexualidade humana, acessarem, mais próximo de compreender a complexidade do fenômeno sexual eles estarão.

2.4 Ponderações ético-políticas

Visando convidar a Análise do Comportamento para o debate contemporâneo e refletindo sobre os posicionamentos dos autores dos textos selecionados, nesta categoria foram investigadas as ponderações ético-políticas destes autores em relação à homossexualidade. O projeto ético-político é entendido aqui como um conjunto de saberes (científicos ou não) e ações (governamentais ou não) que organizam, influenciam e guiam a sociedade. Parte-se do pressuposto de que qualquer área do conhecimento apresenta algum projeto ético-político que pode estar aliado a outros dominantes (ou seja, hegemônicos) ou ainda pode se mostrar oposto e resistente aos projetos já instituídos (ou seja, contra-hegemônicos). Com isso, buscou-se, nesta categoria, identificar e discutir se os analistas do comportamento aqui selecionados apresentaram posicionamentos que podem fortalecer o poder dominante, coercitivo e discriminatório em relação aos homossexuais ou se seus posicionamentos estão comprometidos com o desenvolvimento de saberes e práticas livres de preconceitos e demais coerções.

É importante ressaltar que as posições ético-políticas dos autores dos textos selecionados também podem ser identificadas nas categorias anteriores. Admitir, por exemplo, que a sexualidade humana é um fenômeno complexo, fruto da interação do sujeito com seu mundo ao longo do tempo e que sua expressão pode se efetuar na busca de diversas formas de prazeres, pode guiar pesquisas, práticas clínicas e demais ações na Psicologia cujos projetos ético-políticos sejam mais inclusivos, menos discriminatórios e mais voltados para a afirmação da diversidade sexual. Ou ainda optar, por exemplo, pelo estudo da sexualidade humana a partir de um projeto ético-político baseado em uma perspectiva histórica e crítica, pode contribuir para que os privilégios dados às ciências biológicas, neste campo, sejam repensados e para que os achados dos estudos subsidiem o desenvolvimento de uma luta por direitos sexuais.

Com isso, na presente categoria, foram apresentadas outras preocupações ético-políticas que se mostraram salientes nas obras selecionadas. Inicialmente, apresentamos as principais preocupações ético-políticas presentes nos textos selecionados, bem como as principais propostas dos autores para lidar com a temática da homossexualidade, e posteriormente houve a análise e discussão dos achados conforme o quadro 3.

Quadro 3 – Principais preocupações e propostas ético-políticas presentes nos textos selecionados

Autores	Principal preocupação ético-política	Principais propostas
Menezes (2005)	Reavaliar processos de pesquisas sobre homossexualidade	Estudar criticamente as influências sociais e políticas presentes nas pesquisas
Pedrosa (2006)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Psicoterapia afirmativa para ajudar homossexuais
Baia (2007)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Planejamento cultural para combater a homofobia
Caixeta (2007)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Planejamento cultural para combater a homofobia
Menezes e Brito (2007)	Reavaliar o viés biologicista no estudo da sexualidade	Estudar a extensão do prazer sexual e suas influências culturais
Carvalho, Silveira e Dittrich (2011)	Reavaliar o uso das terapias de reversão da homossexualidade	Guiar-se pelas normativas éticas atuais e conhecer criticamente as influências sociais e políticas
Menezes (2011)	Reavaliar o viés biologicista no estudo da sexualidade	Estudar a extensão do prazer sexual e suas influências culturais
Barreto e Ribeiro (2014)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Psicoterapia afirmativa para ajudar homossexuais
Fazzano e Gallo (2015)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Promover uma educação sexual emancipatória
Menezes e Carvalho Neto (2015)	Reavaliar a neutralidade científica quanto ao tema da homossexualidade	Estudar criticamente as influências sociais e políticas presentes nas pesquisas
Lima (2016)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Planejamento cultural para combater a homofobia
Couto (2018)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Guiar-se pelas normativas éticas atuais e conhecer criticamente as influências sociais e políticas
Mizael (2018)	Manutenção da cultura homofóbica e seus danos às vítimas	Guiar-se pelas normativas éticas atuais e conhecer criticamente as influências sociais e políticas

Na obra de Menezes (2005), as reflexões de caráter ético-político se dão pela análise do que é entendido como um problema de pesquisa. A autora apresentou um trabalho detalhado sobre as pesquisas que buscaram encontrar os determinantes da homossexualidade, mas revelou que elas estavam amplamente alinhadas com perspectivas políticas que

apresentavam pelo menos duas facetas: uma favorável e a outra desfavorável aos direitos sociais dos homossexuais. Quando as pesquisas apresentavam argumentos a partir dos determinantes biológicos cuja perspectiva era favorável aos direitos sociais dos homossexuais, diziam que a homossexualidade era um fenômeno natural e imutável, não passível de reversão. Porém, pesquisas com a mesma perspectiva biológica, quando não eram favoráveis aos direitos homossexuais sustentavam seus achados pelo argumento de que a homossexualidade era uma patologia a ser prevenida e eliminada quando possível. Por outro lado, os argumentos científicos com base nos determinantes sociais em pesquisas favoráveis aos direitos sociais dos homossexuais diziam que a homossexualidade era apenas uma manifestação cultural, sem necessidade de intervenções médico-terapêuticas. Porém, pesquisas com perspectivas sociais que não eram favoráveis aos direitos homossexuais diziam que a homossexualidade era um desvio de caráter e o sujeito homossexual deveria se adequar às normas sociais vigentes.

Com esta discussão, Menezes (2005) defende que: “A temática da homossexualidade se configura, antes de uma questão científica, uma questão política” (p. 296). Esta autora ainda reconhece que:

A análise de um problema de pesquisa não pode ser feita desvinculada do contexto em que a mesma ocorreu, pois este acaba por influenciar o desenvolvimento de linhas de pesquisa quanto aos objetivos, às metodologias, à análise dos resultados e à terminologia utilizada (Menezes, 2005, pp. 308-309).

As implicações de Menezes (2005) também foram contempladas em outra obra da autora. Menezes e Carvalho Neto (2015) também discutem como os conhecimentos científicos acerca da orientação sexual estão atravessados por interesses sócio-políticas. Tais interesses não deveriam influenciar as pesquisas, mas a neutralidade científica é difícil de ser alcançada uma vez que pesquisas são sempre empreendimentos humanos e sociais permeados por ideologias. Com isso, os interesses e ideologias sócio-políticas não podem ser desconsideradas na compreensão da análise dos resultados. Caberá, então, ao cientista, discutir sobre os limites e os alcances de suas pesquisas. Estes autores ainda levantam a seguinte ponderação ético-política:

pode-se perceber que da mesma forma que questões políticas afetam o desenvolvimento da pesquisa, questões políticas são muitas vezes pautadas no conhecimento científico. É preciso atentar para estas questões de modo a evitar que a política, a religião e/ou a moralidade acabem por funcionar como empecilhos para o pleno desenvolvimento científico na área (Menezes & Carvalho Neto, 2015, p. 631).

No texto de Pedrosa (2006) há breves apontamento sobre períodos da história europeia e brasileira em que a homossexualidade passou a ser considerada pela ótica da medicina e sua intenção em erradicar este “vício”. O autor diz que “a cura da homossexualidade era proposta através de tratamentos psiquiátricos e psicológicos que incluía internações em manicômios, terapia de aversão, terapia hormonal, lobotomia, eletrochoque e castração” (p. 120). Porém, uma vez que práticas de erradicação da homossexualidade não são mais permitidas, os psicólogos precisam seguir as normativas específicas sobre o assunto e não podem prometer ou impor a suposta “cura gay”. Para este autor, o que precisa ser estudado e compreendido é a homofobia como fenômeno social que se expressa em práticas coercitivas incentivadas pelas agências de controle. Os analistas do comportamento precisam ajudar as pessoas homossexuais a aceitarem sua homossexualidade sem medo ou culpa e a enfrentarem seu ambiente homofóbico. Mas não indica sistematicamente quais seriam os caminhos além do estudo da homofobia.

Em Baia (2007), é possível observar uma ampla discussão sobre regras discriminatórias contra homossexuais que são amplamente reproduzidas e perpetuadas entre gerações. A preocupação ético-política que se observa nesta obra diz respeito não só às regras discriminatórias em si, mas principalmente à sua apropriação pelos grupos que foram historicamente construídos e mantidos no poder dominante, os quais aprenderam e reproduzem regras contra homossexuais valendo-se, muitas vezes, da força, manipulação e promessa de punição. São estes grupos que, a partir de normativas morais, principalmente de tradição cristã, estabelecem as práticas que devem ser mantidas e perpetuadas e as que devem ser impedidas e exterminadas. Com esta crítica, o autor ainda defende o estudo das regras a partir da perspectiva analítico-comportamental, pois, para ele, ainda é possível planejar culturas em que práticas discriminatórias contra homossexuais sejam minimizadas. Porém, ele não especifica de que modo pode ocorrer este planejamento cultural, se por eliminação das regras discriminatórias, se pela criação de novas regras pró homossexualidade, ou ambas as formas.

Em Caixeta (2007) também há o reconhecimento de que há uma moral dominante, heterossexista, que pratica amplamente vários tipos de punições às sexualidades não-heterossexuais, porém, tais punições, decorrente de preconceitos, têm se mostrado prejudiciais aos homossexuais principalmente por gerarem privações de reforçadores sociais. Neste sentido, a preocupação ético-política do analista do comportamento deveria estar relacionada ao uso de seus saberes e práticas para auxiliar as vítimas a lidarem com o sofrimento decorrente do preconceito sexual. Mas, para a autora, antes de pensar nos meios de ajudar o

indivíduo que sofre punições por ser homossexual, deveríamos voltar nosso olhar para como o preconceito contra a homossexualidade vem se formando de modo complexo ao longo da história. Esse entendimento auxiliaria em uma mudança da cultura homofóbica, gerando, assim, uma transformação nas condições em que as práticas homofóbicas são amplamente reforçadas pelo grupo dominante homofóbico. Estas práticas, sim, deveriam ser eliminadas, principalmente por serem extremamente punitivas às vítimas.

Em Menezes e Brito (2007), a partir de uma revisão teórica sobre o caráter evolutivo da homossexualidade, há uma reflexão sobre outros elementos, não só os biológicos, que podem estar relacionados ao processo de seleção do padrão homossexual exclusivo na espécie humana. Para tanto, voltam o olhar para a cultura e como esta estabelece regras rígidas de exclusividade sexual. O posicionamento ético-político apresentado por elas diz respeito ao reconhecimento de que a visão exclusivamente biológica não é suficiente para alcançar uma compreensão completa do comportamento homossexual ou de qualquer outra prática sexual. Elas defendem que é possível justificar a seleção e manutenção da homossexualidade, com alta incidência na espécie humana, tanto pela variabilidade e extensão do prazer sexual quanto por regras sociais de imposição de exclusividade, seja hetero ou homossexual. Neste sentido, se a sexualidade humana pode ser mais ampla e mais variada do que os polos heterossexualidade/homossexualidade, não faria sentido dizer que a homossexualidade é uma patologia, mas sim apenas mais uma expressão sexual dentre tantas possibilidades. O foco dos estudos, então, poderia ser direcionado às reflexões sobre as razões pelas quais um comportamento se constrói a partir da exclusividade sexual exigida pela cultura. Estas autoras não falam sobre planejamento cultural para que seja possível rever os modos como temos lidado com a sexualidade humana, mas incentivam o estudo e a compreensão da extensão dos prazeres sexuais.

No artigo de Carvalho, Silveira e Dittrich (2001) há um posicionamento ético-político contrário às terapias de reversão da homossexualidade. Os autores reconhecem que as “decisões sobre o que deve ser mudado no repertório comportamental de uma pessoa ou grupo e sobre o que é considerado patológico estão estreitamente ligadas às condições históricas e políticas” (p. 79). Neste sentido, os analistas do comportamento devem seguir as normativas da *American Psychological Association* e do Conselho Federal de Psicologia, que vêm se posicionando em prol da aceitação e do respeito à diversidade sexual. Além disso, é exigido do analista do comportamento constante reflexão sobre os aspectos históricos e culturais que determinam o que deve ou não ser tratado e que “decisões éticas nunca podem se pretender indiscutivelmente ‘corretas’” (p. 80).

De modo similar, é possível observar que Couto (2018) também aponta para este tipo de preocupação ético-política. Para esta autora, é fundamental que os analistas do comportamento sigam as diretrizes em prol da diversidade sexual orientadas tanto pelo Conselho Federal de Psicologia quanto pela *American Psychological Association*. Tais diretrizes também fortalecem a ideia de que não é a homossexualidade o problema a ser enfrentado e sim a cultura de discriminação e violência contra homossexuais. Além disso, também há no texto da autora o posicionamento de que é preciso sempre estar atento ao fato de que:

as variáveis controladoras de comportamentos homofóbicos, do ponto de vista do indivíduo homofóbico, são tanto históricas quanto presentes no ambiente imediato. Este ambiente imediato também abrange multideterminações histórico-sociológicas com variáveis históricas e imediatas de diferentes origens e funções, predominantemente mantidas pelos grupos de indivíduos componentes das agências de controle (Couto, 2018, p. 103).

A discussão ético-política de Mizael (2018) também é semelhante a de Couto (2018). Mizael se vale dos dados da APA (2019) sobre as terapias de reversão da sexualidade para defender que tais terapias são danosas aos sujeitos que se submetem a elas, pois foi observado que os pacientes, após os procedimentos de reversão, passaram a experimentar ideação suicida, perda do desejo sexual e transtornos de ansiedade e depressão. Além disso, a autora lembra que no Brasil, pela via do Conselho Federal de Psicologia, as intervenções “curativas” com justificativa moralista e religiosa não podem ser praticadas, conforme orienta a Resolução CFP 001/99. Com isso, a autora defende que os trabalhos dos analistas do comportamento sejam voltados para o acolhimento e aceitação da diversidade e, enquanto isso, o fenômeno da homofobia deve ser amplamente estudado para que seja possível desenvolver formas de superação deste tipo de violência. Nas palavras da autora, vemos que:

pelo menos em tese, a análise do comportamento poderia contribuir no estudo de questões ligadas à homossexualidade, não enquanto uma “busca causal”, mas principalmente no estudo do estabelecimento e manutenção da homofobia/preconceito sexual, e na proposição de modelos experimentais de preconceito e/ou estigmatização, os quais poderiam ser utilizados em aplicações futuras que objetivem diminuir tais preconceitos, entre outras contribuições (Mizael, 2018, p.17).

Em Menezes (2011) há uma crítica do viés biologicista que alguns pesquisadores adotam para considerar a heterossexualidade um padrão natural pela simples atribuição de sua função reprodutora, ignorando, assim, outras funções da prática sexual, tal como a função da busca pelos prazeres. Seu posicionamento ético-político se mostra, principalmente, quando ela incentiva que a homossexualidade também seja vista como mais uma expressão das diversas

possibilidades de prazeres sexuais e não como uma anomalia. A autora ainda levanta uma discussão sobre os estudos que possuem como foco o tema da orientação sexual, revelando que a heterossexualidade, em geral, é apresentada como não passível de investigação dada sua explícita condição natural reprodutiva, sendo a homossexualidade o foco dos estudos por implicar alguma anomalia, pois o comportamento homossexual não tem função reprodutiva. Assim, há o incentivo pelo estudo da extensão dos prazeres sexuais aos quais os humanos estão suscetíveis.

No texto de Barreto e Ribeiro (2014) há reflexões sobre a naturalização das práticas punitivas contra homossexuais, apesar dos prejuízos às vítimas, e o posicionamento ético-político dos autores também se dá pela defesa de que é preciso estudar o fenômeno da homofobia para que se tenha chances de reduzir seus efeitos danosos às vítimas, e que “os psicólogos também podem contribuir com pesquisas e conhecimentos sobre a sexualidade humana em geral, objetivando maior esclarecimento e colaborando para que as pessoas possam exercer sua sexualidade de forma livre e responsável” (p. 108). Neste texto não há outras problematizações sobre as decisões éticas do terapeuta analítico-comportamental ou de seu papel político em relação à diversidade sexual.

De modo similar, no texto de Lima (2016) é possível observar uma preocupação sobre as contingências sociais envolvidas no fenômeno da homofobia e a ideia de que tal problema social pode ser minimizado com planejamento e modificação das práticas culturais homofóbicas. O autor explicita a necessidade de ações governamentais, educativas e midiáticas como forma de transformar a sociedade atual em uma que consiga despatologizar a homossexualidade, seja socialmente inclusiva e protetiva em relação aos homossexuais. Este autor ainda trabalha com a ideia de que “a psicologia pode ter papel fundamental na produção de pesquisas que esclareçam sobre a sexualidade humana, a fim de contribuir para que as pessoas possam exercer sua sexualidade de maneira livre e com responsabilidade” (p. 14).

Em Fazzano e Gallo (2015) há uma crítica aos estudos que buscam desvendar as origens da homossexualidade simplesmente porque ela não atende às normativas sociais vigentes. A preocupação ético-política que é possível captar nesta obra mostra-se quando os autores dizem que:

Partindo-se de um ponto de vista pragmático, não se faz necessário explicar as possíveis causas do fenômeno da homossexualidade para que se promovam políticas públicas que incidam sobre o combate e a prevenção dessa forma de violência, uma vez que a homossexualidade está em vias de ser naturalizada, tal qual a cor da pele ou o gênero. Talvez, tal qual ocorre com essas duas populações, possa haver uma contenção nos números de violência a partir de

formulações de leis que criminalizem a homofobia (Fazzano & Gallo, 2015, p. 543).

E além de pensarem sobre medidas judiciais que visem conter práticas homofóbicas, Fazzano e Gallo (2015) ainda defendem a necessidade de mais investimentos em uma educação sexual que seja emancipatória no sentido de permitir a autonomia na vivência da sexualidade. Mais ainda, os autores defendem que o estudo da sexualidade humana seja sempre com perspectiva social e historicamente contextualizada, bem como seja capaz de ampliar os questionamentos sobre os valores e preconceitos já instituídos.

2.4.1 Discussão e análise da categoria 4.

Como foi possível observar no quadro 3, dos 13 textos selecionados, em 8 deles (Pedrosa, 2006; Baia, 2007; Caixeta, 2007; Barreto & Ribeiro, 2014; Fazzano & Gallo, 2015; Lima, 2016; Couto, 2018; Mizael, 2018) há preocupações ético-políticas quanto às práticas da cultura homofóbica e seus danos às vítimas. Tais preocupações se dão pelo posicionamento e reconhecimento, por parte dos autores, de que é o preconceito sexual que deve ser estudado para que se alcance formas de combatê-lo. Para tanto, faz-se necessário prestar acolhida às vítimas da homofobia e pensar sobre algum tipo de planejamento cultural.

Em dois destes textos (Menezes & Brito, 2007; Menezes, 2011) as ponderações ético-políticas se dão pela crítica ao viés exclusivamente biologicista na compreensão da sexualidade em geral, uma vez que os autores defendem que a formação sexual humana também se dá por influências culturais e que é fundamental identificar e explorar a extensão dos prazeres sexuais aos quais os humanos estão suscetíveis.

Nas outras três obras, as preocupações ético-políticas se dão de modo diferente do que se observa nos demais textos. Em uma delas (Menezes, 2005) há um incentivo em sempre reavaliar os modos pelos quais se dão as pesquisas sobre homossexualidade, pois estas podem estar repletas de preconceitos e visões acríticas. Em outra obra (Carvalho, Silveira & Dittrich, 2011) se discutem os equívocos e perigos das práticas de reversão da homossexualidade e os autores alertam que ainda é preciso se guiar pelas normativas éticas atuais e estudar criticamente as influências sociais e políticas em torno de práticas que prometem a “cura” de comportamentos fora dos padrões culturais impostos. E, por fim, há uma obra (Menezes & Carvalho Neto, 2015) em que se faz uma discussão sobre a neutralidade científica de modo geral e em especial em relação ao tema da homossexualidade, com o incentivo ao estudo crítico das influências sociais e políticas presentes nas pesquisas.

A preocupação apresentada por Menezes (2005) pode funcionar, em linhas gerais, como um alerta às questões sociais e políticas que, de certo modo, influenciam as pesquisas, sobretudo as pesquisas que pretendem lidar com comportamentos socialmente polêmicos. No caso da homossexualidade, seu estudo é amplamente executado em contextos em que a heterossexualidade é hegemônica e, mesmo quando há boa intenção em se debater sobre a homossexualidade, ainda é possível observar que no estudo da sexualidade humana qualquer sexualidade não-heterossexual passa a ser analisada para que se tenha uma chance não de compreender o comportamento, mas sim para adequá-lo às normas heterossexuais vigentes ou exterminá-lo.

A partir desta reflexão, é possível estabelecer conexão com o texto de Menezes e Carvalho Neto (2015) quando os autores ponderam que, mesmo a neutralidade nas pesquisas sendo incentivada, ainda é preciso se posicionar de modo ético e político diante de temas socialmente polêmicos e que em relação à temática da homossexualidade, um posicionamento em prol da diversidade é também um posicionamento em prol da evolução da humanidade e da cultura.

Já as preocupações apresentadas por Pedrosa (2006) e Barreto e Ribeiro (2014) levam ao entendimento de que uma das formas de se lidar com a cultura homofóbica é por meio do desenvolvimento de psicoterapias afirmativas para homossexuais. Estes autores não especificam o que é de fato a psicoterapia afirmativa, mas neste contexto eles defendem que os psicólogos, compreendendo que a homossexualidade não é doença passível de reversão, devem prestar acolhida ao sofrimento do sujeito, auxiliando no entendimento de sua sexualidade, problematizando as normativas sociais coercitivas e levando o sujeito ao entendimento de que sua sexualidade pode ser plenamente vivenciada de modo saudável e responsável. A postura destes autores já se mostra diferente das perspectivas do passado em que a psicologia, principalmente a de base analítico-comportamental, se alinhava às ideias de reversão da homossexualidade e não de sua aceitação.

O reconhecimento de que há uma cultura historicamente violenta contra homossexuais também é visto nas discussões de Baia (2007), Caixeta (2007) e Lima (2016). O diferencial destes autores é que eles, reconhecendo os danos causados às vítimas da homofobia, propõem que haja algum tipo de planejamento cultural a fim de eliminar a cultura homofóbica para que sujeitos homossexuais possam manifestar seus afetos e erotismos sem medo de punições. Porém, não há nos textos destes autores propostas sistemáticas sobre como deveria ocorrer tal planejamento cultural. Há breves sugestões, tais como rever o sistema de regras homofóbicas ou ter auxílio governamental para o combate à homofobia, mas apenas dirigem as reflexões

sobre uma sociedade adequada à experiência homossexual e não a uma ação concreta e efetiva para o combate à homofobia pela via analítico-comportamental.

Adicionalmente, Carvalho, Silveira e Dittrich (2011) se posicionam contra as práticas de reversão da homossexualidade pelo simples fato de que não há nada a ser revertido e que essas iniciativas têm se mostrado mais danosas do que eficazes. Estes autores recomendam que os psicólogos devem se guiar pelas normativas éticas atuais e conhecer criticamente as influências sociais e políticas que permeiam as tentativas de mudar a sexualidade dos outros. De modo similar, Couto (2018) e Mizael (2018) se posicionam contra as práticas de reversão de homossexualidade, mas focam na compreensão da cultura homofóbica que guia este tipo de prática danosa aos indivíduos que a ela se submetem. Estas autoras também incentivam o seguimento das diretrizes éticas da psicologia como forma de minimizar as práticas preconceituosas que podem se mostrar no exercício profissional.

Ainda em relação aos problemas identificados na cultura homofóbica, Fazzano e Gallo (2015) propõem, como forma de desenvolver uma cultura menos preconceituosa e discriminatória, que exista uma educação sexual emancipatória no sentido de ampliar o respeito à diversidade com constante questionamento dos valores socialmente impostos e repensar a autonomia da expressão dos afetos e erotismos. Não há uma explicação sistemática sobre como implementar este tipo de educação, mas, se ela for possível, o problema do preconceito sexual poderá ser revisto e combatido.

De certo modo, a ideia de um novo tipo de educação sexual, mais voltado para a diversidade, também pode ser identificado nos textos de Menezes e Brito (2007) e Menezes (2011). Isso porque as autoras defendem que, na formação da sexualidade humana, há um forte componente cultural e que os aspectos biológicos, apesar de estarem presentes, não são suficientes para explicar todo o fenômeno. Com isso, entender como a cultura estabelece regras rígidas para que algumas formas de sexualidade sejam preservadas e outras eliminadas a partir de um estudo crítico sobre estas variáveis, bem como de um estudo sobre a complexa extensão das possibilidades de prazer sexual, também pode auxiliar no desenvolvimento de uma educação sexual em prol da diversidade.

Como foi possível observar, de modo geral, as preocupações ético-políticas dos autores dos textos selecionados estão relacionadas, principalmente, com a ideia de que as pessoas homossexuais estão inseridas em uma cultura preconceituosa e que é o preconceito contra a homossexualidade que precisa ser combatido. Observa-se que não há propostas de “cura gay” e, embora não tenham apresentado uma ação concreta e sistemática sobre como transformar uma sociedade preconceituosa em uma mais amistosa com a homossexualidade,

os autores indicam como podemos começar. Os caminhos sugeridos vão desde ações governamentais favoráveis à diversidade sexual até o fortalecimento da ideia de práticas da Psicologia mais inclusivas e, acima de tudo, o incentivo pelo estudo crítico das influências sociais e políticas atravessadas no fenômeno da sexualidade humana.

A postura destes autores, ao revelar-se contra o preconceito sexual e, de certo modo, a favor da diversidade sexual, é compatível com os posicionamentos atuais da Psicologia brasileira. Desde a publicação da Resolução CFP 001/99 a Psicologia enquanto instituição e enquanto classe de profissionais no Brasil tem buscado enfrentar e combater, por meio de orientação e fiscalização, a construção de preconceitos contra a população LGBTIQ e, consequentemente, sua marginalização. O mesmo também pode ser observado em relação ao posicionamento da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) que, em 2017, após a polêmica em torno da “cura gay” protagonizada pelo Juiz do Distrito Federal Waldemar Cláudio de Carvalho (conforme explicitado na introdução deste trabalho), publicou uma nota em defesa da Resolução CFP 001/99 e reiterou que:

É ponto pacífico que a pessoa que busca psicoterapia está em sofrimento psicológico e é dever do profissional de psicologia acolher e validar esse sofrimento. Mesmo quando o sofrimento diz respeito a uma experiência egodistônica com relação ao seu desejo sexual, é dever do profissional acolher essa queixa e compreendê-la de modo amplo e despido de preconceitos. Entretanto, é necessário acolher essa demanda considerando o status da homossexualidade enquanto característica, orientação da sexualidade, e não enquanto patologia (Zamignani, 2017, 13º parágrafo).

Em um primeiro olhar, a postura contra o preconceito sexual aqui identificada pode ser vista como uma obediência ingênua ou apenas uma reprodução da postura da ABPMC ou das regras do Conselho Federal de Psicologia; tanto as da Resolução CFP 001/99 quanto do Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) em especial o que dispõe a alínea b do Art. 2º que diz que é vedado ao psicólogo induzir a convicções referentes à orientação sexual. Porém, é importante compreender que princípios ou códigos éticos são produtos de determinados contextos sociais e históricos e tem função de regular as práticas sociais que se estabelecem nestes contextos visando, preferencialmente, o bem maior.

Assim, é possível dizer que a postura identificada nos autores dos textos selecionados de não patologização do comportamento homossexual e de combate à homofobia pode também ser vista como produto social e histórico que, desde os avanços no entendimento da homossexualidade a partir da década de 1970, se faz presente na atualidade, apesar das controvérsias. Sendo um produto social e histórico, a postura favorável ao direito de

expressão da homossexualidade e de combate à homofobia pode estar além do seguimento de regras, estando, também, relacionada com a produção do conhecimento sobre homossexualidade e preconceito até então acumulada.

Considerações finais

Este trabalho buscou alcançar reflexões e críticas sobre as preocupações e ponderações ético-políticas presentes na Análise do Comportamento em relação ao tema da homossexualidade. Para tanto, visando revelar os posicionamentos dos analistas do comportamento brasileiros em relação à homossexualidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para sistematizar e explorar os modos pelos quais os autores dos textos selecionados se posicionaram em relação às seguintes categorias analisadas: 1) Definição e explicação da homossexualidade; 2) Definição e explicação do preconceito contra homossexuais (homofobia); 3) Diálogo com outros autores e áreas; e 4) Ponderações ético-políticas. Foram selecionados 13 textos e foi a partir deles que identificamos parte do cenário da produção de conhecimento acerca da homossexualidade pela perspectiva analítico-comportamental no Brasil desde 1999 até 2019.

Porém, antes da sistematização das análises das categorias, fez-se necessária uma discussão mais ampla, conforme apresentada na introdução deste trabalho. Tal discussão teve como propósito a contextualização e a historicidade do tema, bem como um levantamento inicial do cenário atual em que analistas do comportamento e psicólogos de um modo geral estão inseridos quando precisam debater sobre a homossexualidade. No Brasil, por exemplo, é possível observar um cenário controverso e polarizado em que a homossexualidade é tradicionalmente vista com intolerância e hostilidade, mas, seguindo o movimento internacional de despatologização e descriminalização da diversidade sexual, o Conselho Federal de Psicologia tem orientado os psicólogos brasileiros a compreender a homossexualidade como mais uma forma de expressão da sexualidade humana e não como patologia ou crime.

Ressalta-se que a visão conservadora e a postura violenta que a sociedade brasileira tem em relação à homossexualidade foram historicamente construídas. O elemento central, por assim dizer, da concepção de que a homossexualidade é uma conduta abominável, passível de extermínio, está tradicionalmente presente no pensamento judaico-cristão que, até na atualidade, compreende e prega que o sexo deve ser realizado apenas para fins de procriação e deve ser reservado ao espaço do casamento. Tal perspectiva influenciou os modelos médicos e jurídicos, que se desenvolveram em contextos de hegemonia da perspectiva judaico-cristã. Por muitos séculos, a homossexualidade foi vista não só como pecado, mas como doença ou crime.

Por outro lado, uma postura oposta, historicamente construída, é a de que a homossexualidade é apenas mais um modo de expressão da sexualidade. Este ideal, que se mostra a favor da diversidade sexual, é decorrente tanto da luta dos movimentos militantes pró LGBTIQ quanto dos princípios dos Direitos Humanos. Após décadas de lutas, debates e produções de conhecimentos, temos hoje a ideia de que a expressão da homossexualidade tem o direito de coexistir com demais expressões da sexualidade sem que haja discriminações, marginalizações e/ou violências, embora, por diversas vezes, esses direitos garantidos não se façam plenamente presentes nas relações cotidianas em países como o Brasil, que tem sido considerado um país com alto índice de crimes contra da diversidade sexual ou crimes motivados por homofobia. De acordo com o relatório de Michels e Mott (2018) foram registradas 420 mortes motivadas por violência, preconceito e discriminação de pessoas LGBTIQ no Brasil em 2018. Dos 420 registros de morte, 320 foram decorrentes de homicídios (76%) e 100 por suicídios (24%).

As compreensões polarizadas sobre a temática da homossexualidade no Brasil fazem com que a produção de conhecimento sobre o tema continue sendo extremamente necessária, pois enquanto estas polarizações não são resolvidas, ou levadas a uma posição definitiva sobre o respeito e a defesa dos sujeitos não-heterossexuais, ainda teremos notícias de mais negação de direitos e violências contra pessoas LGBTIQ.

Neste cenário encontramos os psicólogos brasileiros e, entre eles, os que exercem a Psicologia a partir da perspectiva analítico-comportamental. Assim, seguindo os objetivos deste trabalho, fez-se necessária a explicitação, no Capítulo 1, dos aspectos históricos da Análise do Comportamento, bem como dos principais conceitos e princípios do Behaviorismo Radical, para que fosse possível estabelecer uma relação entre os saberes e práticas analítico-comportamentais e o estudo da homossexualidade. Assim, observamos que os primeiros trabalhos analítico-comportamentais que tiveram como foco a homossexualidade foram realizados a partir da década de 1960, período no qual o sujeito que se comportasse como homossexual era visto como portador de uma patologia.

Apesar de Skinner (1953/2003) ter apresentado, antes mesmo da década de 1960, sua perspectiva sobre o comportamento humano como sendo o resultado de um processo complexo, variável e suscetível às múltiplas influências ao longo do tempo, os principais trabalhos analítico-comportamentais cujo foco era a homossexualidade foram realizados a partir da visão patológica presente na época e tendo como principal forma de reversão deste comportamento os procedimentos que focavam seus aspectos biológicos e, assim, utilizavam, por exemplo, choques para inibir respostas de excitação consideradas homossexuais. Além

disso, mesmo com as ponderações de Skinner sobre a cultura e a influência dela nas práticas de um povo, bem como sobre o uso irresponsável da ciência em assuntos humanos, observamos que o tratamento prestado aos homossexuais no período mencionado se deu sem as devidas problematizações sociais e políticas em torno da homossexualidade e sem as preocupações éticas em torno do tratamento que era executado por meio de técnicas aversivas.

Com isso, demonstra-se certa incoerência e distorção dos princípios fundamentais skinnerianos quando os analistas do comportamento utilizaram, sem revelar suas críticas e demais problematizações, técnicas aversivas para a “cura” da homossexualidade, rejeitando, assim, a perspectiva de que o comportamento humano, inclusive a homossexualidade, é tema de investigação que não pode ser simplesmente reduzido à patologia ou a vieses biologizantes e nem a procedimentos de reversão sem que se tenha debates ético-políticos mais amplos.

Após essas implicações, investigamos a produção do conhecimento analítico-comportamental em relação ao tema da homossexualidade no Brasil desde 1999 até 2019 a partir de 4 categorias de análise, conforme explicitado no Capítulo 2.

Na categoria 1 (definição e explicação da homossexualidade) foi possível constatar que os autores dos textos selecionados que propuseram definir e explicar a homossexualidade, seja pela ideia de “comportamento homossexual” ou “orientação sexual”, não recorreram aos modelos explicativos patologizantes, mostrando-se, assim, alinhados com a visão contemporânea sobre a homossexualidade como variante natural e saudável da sexualidade humana. A partir das ideias apresentadas pelos autores, é possível compreender a homossexualidade apenas como mais um padrão de comportamento que se desenvolve e sofisticada ao longo da vida dos sujeitos. Assim, não faz sentido procurar a causa de um fenômeno apenas por ele ser diferente dos padrões vigentes em uma determinada sociedade.

A sexualidade precisa ser compreendida estudando-se a suscetibilidade humana aos mais variados estímulos reforçadores e aversivos que podem estar presentes nos aspectos filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Neste sentido, podemos dizer que a sexualidade humana vai se constituindo tanto pela herança biológica da espécie humana que tornou nosso organismo amplamente sensível às mais variadas estimulações sexuais, quanto pela história individual de aprendizagem e contato com estímulos reforçadores e/ou aversivos relacionados ao sexo, bem como a partir do aprendizado que se dá pelas regras culturais determinantes de como e quais práticas afetivas e sexuais serão incentivadas ou execradas. Assim, não há necessidade de tratar a homossexualidade como uma patologia cujas causas são obscuras e com tratamentos pautados na erradicação de uma mazela. Este tipo de abordagem patologizante, em geral assegurada por algumas agências de controle, tais como religião e

governo, é excludente, discriminatória e pode contribuir para o fortalecimento do preconceito e marginalização de pessoas não-heterossexuais.

Na categoria 2 (definição e explicação do preconceito contra homossexuais) o estudo da homofobia se deu a partir da ideia de que ainda há na sociedade contemporânea a ambição de punir e impedir que a homossexualidade coexista com outras expressões sexuais. Tal ambição tem se fortalecido com o passar das gerações e pode ser vista no posicionamento de algumas instituições que ainda detêm o poder de controlar coercitivamente as relações cotidianas. Na perspectiva do poder coercitivo, caso se tenha sucesso na punição da homossexualidade, então os padrões heterossexuais não serão ameaçados.

Ainda na categoria 2, o estudo da homofobia foi possível a partir dos pressupostos do Behaviorismo Radical, tendo como proposta de análise dos autores dos textos selecionados compreender o fenômeno a partir da aprendizagem entre indivíduos e ambientes ao longo do tempo e não a partir de concepções obscuras ou internalistas que apontem para a homofobia como sendo um entidade psicopatológica que controla a violência contra homossexuais. Na mesma base interpretativa, alguns autores propuseram analisar o fenômeno da “homofobia internalizada” a partir da ênfase na interação indivíduo-ambiente considerando que, após sofrer consequências coercitivas, diretas ou indiretas, por se comportar como homossexual, indivíduos que se sentem atraídos por outros do mesmo gênero poderão fugir ou se esquivar das coerções identificadas por ele.

Além disso, houve nesta dissertação uma sugestão de futuros estudos tanto da homofobia quanto da “homofobia internalizada” considerando, por um lado, o estudo mais amplo do preconceito sexual e, por outro lado, repensar o termo “internalizada” a partir do que se entende, em análise do comportamento, por eventos privados. Com isso, espera-se que o “preconceito sexual privado” seja um tema de investigação para analistas do comportamento. Tal sugestão conceitual poderia evidenciar que este fenômeno será investigado a partir da perspectiva relacional e funcional da análise do comportamento, cujos pressupostos podem direcionar a compreensão do conjunto de eventos privados desconfortáveis experienciados pelo próprio indivíduo em relação à homossexualidade. Assim, a identificação das causas e as propostas de superação do problema poderão ser encontradas nos modos como se dão as relações deste indivíduo com sua comunidade, direcionando, então, arranjos mais específicos de combate ao preconceito sexual e/ou intervenções clínicas para solucionar questões decorrentes de tal preconceito.

Na categoria 3 (diálogo com outros autores e áreas) buscamos identificar como e com quais áreas e autores os analistas do comportamento dialogaram para produzir conhecimento a

respeito da homossexualidade e da homofobia. Menções aos aspectos históricos da homossexualidade e do preconceito sexual, bem como problematizações sobre o determinismo e/ou função biológica do comportamento homossexual, estavam presentes, principalmente na introdução dos textos selecionados, para auxiliar a contextualização dos temas propostos.

No entanto, é preciso considerar que, dos 13 textos selecionados, apenas em três deles (Menezes, 2005; Menezes & Carvalho Neto, 2015; Couto, 2018) a historicidade do tema é apresentada de modo crítico e detalhado, bem como com ponderações sociais e políticas. Nos demais textos, a história do tema não foi mencionada ou foi apresentada apenas como uma simples sucessão de fatos ao longo do tempo. Com isso, ressalta-se que, no estudo da sexualidade humana, é preciso um suporte reflexivo sobre como nossas práticas sexuais estão, em geral, enviesadas por agências de controle que determinam os comportamentos que deverão ser considerados problemáticos e os que deverão ser amplamente incentivados. Analistas do comportamento precisam observar como os fenômenos que estudam são formados ao longo da história e como são influenciados por certos modelos sociais e políticos.

No que diz respeito às questões biológicas relacionadas com a homossexualidade, foi possível observar que alguns autores dos textos selecionados tentaram explorar o determinismo biológico da homossexualidade ou discutiram as funções do comportamento homossexual. Embora não tenham encontrado dados que sustentem o determinismo exclusivamente biológico da sexualidade humana, foi possível notar que o papel da biologia na aquisição e manutenção de padrões sexuais não foi descartado, apenas tratado com moderação pois, pela perspectiva analítico-comportamental, os aspectos biológicos são apenas parte do fenômeno comportamental. Além disso, é interessante notar que em alguns dos textos selecionados há discussões sobre a busca do prazer como uma das funções do sexo, desconstruindo, assim, a ideia de que o sexo tenha apenas a função reprodutora.

Com isso, podemos ressaltar a relevância do diálogo com a História e a Biologia e que este diálogo se faça mais presente em futuras pesquisas sobre a sexualidade humana. A ideia é que os analistas do comportamento ampliem cada vez mais as problematizações em torno do tema para que o conhecimento produzido a partir de seus achados e do diálogo com outros saberes não seja utilizado ou até mesmo distorcido por agências de controle coercitivas.

Por fim, na categoria 4 (ponderações ético-políticas) foi possível identificar diversas preocupações e propostas ético-políticas em relação ao tema da homossexualidade, sendo o combate à cultura homofóbica e a redução dos danos causados às vítimas do preconceito

sexual a principal medida incentivada aos analistas do comportamento. Se considerarmos tudo o que já se sabe sobre a homossexualidade e o contexto tradicionalmente violento contra pessoas não-heterossexuais, então de fato a postura mais ética a ser tomada nestes casos é a que tem sido orientada à classe dos e das profissionais de Psicologia, ou seja, acolher e aceitar a diversidade e não patologizar comportamentos homossexuais. Com isso, a postura política que se faz necessária neste contexto é a de enfrentamento e superação da cultura homofóbica. Para tanto, é possível concordar com os autores dos textos selecionados quando sugerem o estudo crítico dos vieses sócio-políticos em torno das práticas de reversão da homossexualidade, bem como um planejamento específico para transformar a sociedade atual em uma que inclua e proteja a diversidade sexual.

De um modo geral, uma formação teórica e técnica aliada às perspectivas mais reflexivas e críticas pode contribuir na redução de práticas clínicas ou outras formas de atuação com pessoas LGBTIQ baseadas em normas morais, religiosas ou baseadas em valores preconceituosos do analista do comportamento que reproduz o ideal heterossexual. Isso porque, vale mais uma vez ressaltar, não é a homossexualidade o problema a ser enfrentado e sim a cultura de discriminação e violência contra homossexuais.

Como vimos, os trabalhos brasileiros aqui selecionados e analisados não apresentaram propostas de reversão da homossexualidade, tal como se viu nas produções analítico-comportamentais norte-americanas das décadas de 1960 até 1970. Nestes atuais trabalhos brasileiros há a defesa de que a homossexualidade não é uma patologia, que a diversidade sexual deve ser respeitada e que é o preconceito e a discriminação que devem ser vistos como problemas a serem enfrentados. Para tanto, tais trabalhos ainda indicam a necessária e constante visão crítica sobre os aspectos sociais e políticos que incidem sobre a sexualidade humana, bem como é fundamental manter o diálogo com outras áreas do conhecimento. Isso, por si só, já pode ser visto como implicações ético-políticas favoráveis à luta por direitos e ao combate à violência contra homossexuais (nos meios científicos e fora deles).

Por outro lado, ainda é preciso questionar as razões pelas quais a sexualidade humana não adquiriu lugar privilegiado nos trabalhos analítico-comportamentais ao longo do desenvolvimento de seus saberes e práticas. Estes trabalhos existem, mas podem não ser representativos de arsenal teórico e técnico que a Análise do Comportamento tem oferecido para o estudo e intervenções em problemas socialmente relevantes. Fato é que, para esta atual pesquisa, foram encontradas apenas 13 produções que discutiam algum tema relacionado à homossexualidade em um espaço temporal de 20 anos.

Refletindo sobre o que foi investigado até agora, uma justificativa para o silenciamento dos analistas do comportamento em relação à sexualidade humana e mais especificamente em relação à homossexualidade pode ser o fato de que temáticas sexuais são tradicionalmente investigadas por projetos teóricos que atribuem a formação da sexualidade aos aspectos internos inconscientes e/ou às estruturas biológicas, tal como se observa na psicanálise e na biologia. Em relação à sexualidade humana, a psicanálise e a biologia se mostram em lugar de destaque; talvez pela herança teórica com amplo foco na sexualidade deixada por Sigmund Freud e por conta da hegemonia científica que os estudos biológicos alcançaram entre as ciências. Estes dois campos do saber, embora fundamentais na compreensão da manifestação sexual, também podem ter ficado a mercê de distorções e de seus usos para fins ideológicos e, assim, podem ter contribuído para a ideia de que a sexualidade é um fenômeno hereditário, privativo, misterioso e encantador.

Por sua proposta interacionista, por assim dizer, pesquisas behavioristas sobre a sexualidade humana podem ter sido desencorajadas por ameaçarem a suposta natureza subjetiva e especial da sexualidade, pois os analistas do comportamento costumam entender o comportamento sexual como qualquer outro comportamento e que está submetido aos mesmos princípios de condicionamentos ao longo da história dos sujeitos. Além disso, a ideia de que o comportamento sexual se dá pela suscetibilidade do organismo humano ao prazer por meio dos mais variados estímulos e que há uma grande extensão nas formas de se alcançar os prazeres, pode ameaçar o status vigente de que o sexo deve ser apenas uma prática exclusivamente direcionada a um padrão fixo de respostas heterossexuais ou homossexuais.

Referências

- American Psychological Association – APA. (2009). *Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation*. Washington, DC. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www.apa.org/pi/lgb/publications/therapeutic-resp.html>
- Andery, M. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. (2000). Pesquisa histórica em análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 8(2), 137-142. Recuperado em 19 de março de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Baia, F. H. (2007). O lugar das regras na análise das práticas discriminatórias. Em E. N. P. Cillo & M. R. M. Santos (Orgs.), *Ciência do comportamento: conhecer e avançar (Vol. 6)*, (pp. 208-218). Santo André: ESETec.
- Barreto, W., & Ribeiro, M. R. (2014). Homossexualidade, coerção e homofobia em “orações para Bobby”. Em M. R. Ribeiro & de-Farias, A. K. C. (Orgs.), *Skinner Vai ao Cinema (Vol. 2)*, (pp. 90-110). Brasília: Instituto Walden4.
- Baum, W. M. (2005). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed.
- Betim, F. (2017). ‘Cura gay’: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação? Recuperado em 01 de outubro de 2018, de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html
- Borrilo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Burgierman, D. R. (2006). Atração entre iguais. Recuperado em 05 de dezembro de 2019, de <https://super.abril.com.br/ciencia/atracao-entre-iguais/>
- Caixeta, V. C. (2007). O preconceito em relação ao homossexual e o desenvolvimento de um repertório socialmente hábil. Em E. N. P. Cillo & M. R. M. Santos (Orgs.), *Ciência do comportamento: conhecer e avançar (Vol. 6)*, (pp. 208-218). Santo André: ESETec.
- Cançado, C. R. X., Soares, P. G. & Cirino, S. D. (2015). O behaviorismo: Uma proposta do estudo do comportamento. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 205-220). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP. (Originalmente publicado em 1988).
- Carrara, K., & Strapasson, B. A. (2014). Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical?. *Acta Comportamentalia*, 22(1), 101-115. Recuperado em 05 de fevereiro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452014000100008&lng=pt&tlng=pt.

- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(1), 13-18.
- Carvalho, M. R. A., da Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2011). Tratamento dado ao tema “homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81.
- Ceccarelli, P. R. (2008). A invenção da homossexualidade. *Bagoas – estudos gays: Gênero e sexualidade*, 2(2), 74-94. Recuperado em 10 de abril de 2019, de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2268>
- Ceccarelli, P. R. (2011). Enfrentamento à patologização e à homofobia. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia e diversidade sexual: Desafios para uma sociedade de direitos* (pp. 229-238). Brasília: CFP.
- Coelho, R. T. (2015). A tradição judaico-cristã e a homofobia: Substratos ideológicos de um preconceito. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 1, 162-180.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP n. 001/99*, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: CFP. Retirado em 06 de junho de 2018 de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: CFP. Retirado em 06 de junho de 2018 de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução CFP n. 1 de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP. Retirado em 29 de junho de 2019 de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Corino, L. C. P. (2006). Homoerotismo na Grécia antiga: Homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdade. *Biblos*, 19, 19-24.
- Couto, M. L. B. S. (2018). *Preconceito sexual e de gênero como um arranjo de contingências ontogenéticas e culturais*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind: How psychology found its language*. Sage Publications. London.
- Dittrich, A. (2011). Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, 15(n. esp.), 27-33.
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427-433.

- Donahoe, J. W. (1993). The unconventional wisdom of B. F. Skinner: The analysis-interpretation distinction. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 60(2), 453-456. doi: [10.1901/jeab.1993.60-453](https://doi.org/10.1901/jeab.1993.60-453).
- Facchini, R. (2011). Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos* (pp.179-197). Brasília: CFP.
- Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535-545.
- Fernández-Martos, J. M. (1998). Psicologia e homossexualidade. Em M. Vidal e cols. (Orgs.), *Homossexualidade: Ciência e consciência* (R. P. Q. Silva & M. Marcionilo (Trad.), (pp. 45-64). São Paulo: Edições Loyola.
- Franks, C. M. (2008). Origens, história recente, questões atuais e estados futuros da terapia comportamental: Uma revisão conceitual. Em V. E. Caballo (Org.), *Manual de técnica de terapia e modificação do comportamento*. (pp. 3-22). São Paulo: Santos Editora.
- Freire, L. M. (2012). De sodomitas a homossexuais: A construção de uma categoria sexual no Brasil. *Revista Habitus*, 10(1), 88-100.
- Freund, K. (1963). A laboratory method for diagnosing predominance of homo- or hetero-erotic interest in the male. *Behaviour Research and Therapy*, 1(1), 85-93. doi: [10.1016/0005-7967\(63\)90012-3](https://doi.org/10.1016/0005-7967(63)90012-3)
- Fontes, F. F., & Falcão, J. T. R. (2015). A psicologia teórica e filosófica como uma área de pesquisa acadêmica. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 9(1), 72-79.
- Foucault, M. (1984a/2017). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (6ª ed., M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra. (Obra original publicada em 1984).
- Foucault, M. (1984b/2017). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres* (6ª ed., M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra. (Obra original publicada em 1984).
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: Desafios à atuação do psicólogo. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33, 66-77.
- Hobsbawm, E. (2005). O que a história tem a nos dizer sobre a sociedade contemporânea? Em E. Hobsbawm, *Sobre história* (C. K. Moreira, Trad.). (pp. 36-48). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1998).
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. doi: [10.1901/jaba.1978.11-163](https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163).
- Hunziker, M. H. L. (1995). O uso de animais em estudos de processos psicológicos: uma estratégia ultrapassada? *Temas em Psicologia*, 3(3), 65-71.

- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376.
- Lima, J. A. (2016). *A Homofobia e suas implicações coercitivas: um estudo de caso sob a perspectiva do agressor*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Nordeste Devry Brasil, Fortaleza, CE, Brasil.
- Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10(n. esp.), 37-45.
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 208-223. doi: [10.1590/1982-3703160002017](https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017)
- Lopes, C. E. (2016). Relação entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. Em C. Laurenti, C. E. Lopes & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*. (pp.15-40). São Paulo: Hogrefe.
- Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6(2), 127-140.
- Marshall, W. L. (1979). Satiation therapy: A procedure for reducing deviant sexual arousal. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 12(3), 377-389. doi: [10.1901/jaba.1979.12-377](https://doi.org/10.1901/jaba.1979.12-377)
- Marx, M. H & Hillix, W. A. (1997). *Sistemas e teorias em psicologia* (A. Cabral, trad.). São Paulo: Cultrix.
- McCulloch, M. J. & Feldman, M. P. (1967). Aversion therapy in management of 43 homosexuals. *British medical journal*, (2), 594-597. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.2.5552.594>
- McConaghy, N., Armstrong, M. S., & Blaszczynski, A. (1981). Controlled comparison of aversive therapy and covert sensitization in compulsive homosexuality. *Behaviour Research and Therapy*, 19(5), 425-434. doi: [10.1016/0005-7967\(81\)90132-7](https://doi.org/10.1016/0005-7967(81)90132-7)
- Menezes, A. B. C. (2005). *Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Menezes, A. B. C. (2011). *Diferenças de gênero em crianças: uma comparação entre diferentes metodologias*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Menezes, A. B. D. C., & Brito, R. C. S. (2007). Reflexão sobre a homossexualidade como subproduto da evolução do prazer. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 133-139.

- Menezes, A. B., & Carvalho Neto, M. B. (2015). Reflexões sobre a interinfluência entre ciência e política: o caso da homossexualidade. *Temas em Psicologia*, 23(3), 621-634. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-08>.
- Michels, E., & Mott, L. (2018). Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2018. Recuperado em 29 de janeiro de 2019, de <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/10/relatorio.2018-3.pdf>
- Miller, P. M., Bradley, J. B., Gross, R. S., & Wood, G. (1968). Review of homosexuality research (1960– 1966) and some implications for treatment. *Psychotherapy: Theory, Research, and Practice*, 5, 3–6.
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28.
- Mott, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, 14 (2), 509-521.
- Naphy, W. (2006). *Born to be gay: História da Homossexualidade* (J. Araújo. Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Novo, B. N. (2018). Direito Romano. Retirado em 30 de janeiro de 2019 de <https://jus.com.br/artigos/65952/direito-romano>.
- Oliveira, P. S. (1998). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. Em P. S. Oliveira (Org.), *Metodologia das ciências humanas*. (pp. 17-26). São Paulo: Hucitec-Unesp.
- Orientação sexual. (2018). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Retirado em 02 de dezembro de 2019 de <https://dicionario.priberam.org>
- Pedrosa, J. B. (2006). Homofobia como prática coercitiva. Em J. B. Pedrosa (Org.), *Segundo desejo: Perguntas frequentes sobre a homossexualidade*. (pp. 155-136). São Paulo: Iglu.
- Pereira, H., & Leal, I. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 1, 107-113.
- Pompermaier, H. M. (2016). Eventos privados podem ser causa do comportamento? *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 24(1), 109-124.
- Pretes, É. A., & Vianna, T. (2007). História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. *Iniciação científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: destaques*, 1, 313-392.
- Rios, R. R. (2011). Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. *Amazônica*, 3 (2), 288-298.
- Salgueiro, J. E. (2016). Homossexualidade masculina: comportamento, orientação e identidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 60-74.

- Sanabio-Heck, E. T. (2015). Aspectos históricos, epistemológicos e de intervenção clínica analítico-comportamental contemporânea. Em D. U. Hur, F. L. Júnior & M. R. S. Resende (Orgs.), *Psicologia e transformação: Intervenções e debates contemporâneos* (pp. 57-72). Goiânia: Editora UFG.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trans.). Campinas: Editora Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989).
- Silva, E., & Menezes, E. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4ª ed.). Florianópolis: UFSC.
- Silveira, A. P., & Cerqueira-Santos, E. (2019). Homofobia internalizada e satisfação sexual em casais homossexuais. *Psicogente*, 22(41), 1-18. doi: <https://doi.org/10.17081/psico.22.41.3307>
- Shidlo, A. & Schroeder, M. (2002). Changing sexual orientation: A consumers' report. *Professional Psychology: Research and Practice*, 33 (03), 549-259.
- Skinner, B. F. (1974). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1978). *Walden Two: uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trans.). São Paulo: EPU Editora Pedagógica e Universitária. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1989). *Questões recentes na análise do comportamental* (A. L. Neri, Trad.). Campinas: Papyrus Editora.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Cambridge: B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (2002). *Beyond freedom & dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. Pittsburgh: B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1968). Versão eletrônica disponível em <https://www.bfskinner.org/product/the-technology-of-teaching-pdf>.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. (R. Azzi & J. C. Todorov, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por conseqüências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 129-137. (Trabalho original publicado em 1981).
- Strapasson, B. A., & Carrara, K. (2008). John B. Watson: behaviorista metodológico? *Interação em Psicologia*, 12(1), 1-10.
- Sullivan, A. (1996). *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo* (I. M. Lando, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Tannahill, R. (1983). *O sexo na história* (L. Ibañez, Trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Teo, T. (2009). Philosophical concerns in critical psychology. Em D. Fox, & I. Prilleltensky (Eds.), *Critical psychology: An introduction* (2nd. ed.). (pp.36-53). London: Sage.
- Todorov, I. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 10-23.
- Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. esp.), 143-153. doi: [10.1590/S0102-37722010000500013](https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013).
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: A análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41.
- Trevisan, J. S. (2002). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Vainfas, R. (1997). *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Velasco, S. M., Garcia-Mijares, M., & Tomanari, G. Y. (2010). Fundamentos metodológicos da pesquisa em análise experimental do comportamento. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 150-155.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20(2), 158-177. doi: [10.1037/h0074428](https://doi.org/10.1037/h0074428)
- Zamignani, D. R. (2017). Moção de repúdio à decisão proferida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, referente à interpretação da Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Retirado em 19 de janeiro de 2020 de <http://abpmmc.org.br/noticias.php?not=246>
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente* [on line]. São Paulo: Editora UNESP. doi: [10.7476/9788579830907](https://doi.org/10.7476/9788579830907).